



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

FLÁVIO DOS SANTOS

**RESISTÊNCIA PARA UM MODO DE EXISTÊNCIA:
LUTA CAMPONESA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO
ALAGOANO**



SÃO CRISTÓVÃO – SE
FEVEREIRO DE 2020

FLÁVIO DOS SANTOS

**RESISTÊNCIA PARA UM MODO DE EXISTÊNCIA:
LUTA CAMPONESA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO
ALAGOANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos

SÃO CRISTÓVÃO – SE
FEVEREIRO DE 2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237r Santos, Flávio dos
Resistência para um modo de existência : luta camponesa em
defesa das sementes crioulas no semiárido alagoano / Flávio dos
Santos ; orientadora Christiane Senhorinha Soares Campos. - São
Cristóvão, SE, 2020.
177 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2020.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Bancos de
sementes. 4. Capital (Economia). 5. Agricultura e Estado. 6.
Camponeses – Alagoas. 7. Regiões áridas – Alagoas. I. Campos,
Christiane Senhorinha Soares, orient. II. Título.

CDU 911.3:63:338.43.02(813.5)

FLÁVIO DOS SANTOS

**RESISTÊNCIA PARA UM MODO DE EXISTÊNCIA:
LUTA CAMPONESA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO
ALAGOANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Marleide Maria Santos Sergio – Examinadora Interna
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Lucas Gama Lima – Examinador Externo
Universidade Federal de Alagoas

SÃO CRISTÓVÃO – SE
27 DE FEVEREIRO DE 2020

Aos guardiões e guardiãs das sementes crioulas, os
quais bravamente resistem, dia a dia, aos ataques
realizados pelo capital.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois últimos anos, período no qual estive envolvido nas leituras e pesquisas que resultaram nesta dissertação de mestrado, tive a oportunidade de conviver com pessoas que, cada uma ao seu modo, deram importantes contribuições para a conclusão de mais uma etapa da minha vida. São para elas a quem destino os meus profundos agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, essência da minha existência, por me capacitar e possibilitar o alcance de mais uma conquista.

Ao meu pai José Candido dos Santos (*in memoriam*), que em sua simplicidade de vida e no esforço do seu trabalho sempre buscou criar seus filhos com dignidade. À minha mãe, Josefa dos Santos Silva, mulher guerreira, que com muito amor me educou.

Aos meus irmãos Rosângela, Rosivânia, Rosinaldo, Rosinete, Ginaldo, Cícero e Lucinelma, obrigado por todo o amor. Agradeço também à minha cunhada Maria José, pelo seu carinho, e aos meus dois adoráveis sobrinhos: Rafaela e Levy.

À minha querida orientadora, Professora Doutora Christiane Campos, meus profundos agradecimentos. Chris, muito obrigado por seus ensinamentos, por sua paciência, por acreditar em mim e ter aceitado me guiar no percurso desta dissertação.

Ao Professor Doutor Lucas Gama, agradeço por seu companheirismo, por todos os conhecimentos transmitidos desde a graduação, por ter me levado até as sementes crioulas e por suas observações visando o aperfeiçoamento deste trabalho.

À Professora Doutora Marleide Sergio, por ter aceitado participar da trajetória desta dissertação por meio das contribuições dadas na qualificação e na defesa.

Aos professores Eraldo e Mercedes, pelas reflexões realizadas na disciplina Teoria em Geografia Agrária.

À Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes, nas pessoas de Mardônio e Nina, pelo acolhimento e informações socializadas, sem as quais a realização deste trabalho não seria possível.

À Denísia e Dona Maria, integrantes do Banco Comunitário de Sementes do Povoado Tabuleiro, pela receptividade e compartilhamento da história do referido banco, e a Isaquiel, morador da localidade supracitada, que sempre esteve disposto a contribuir com a realização da pesquisa.

Ao povo Jeripankó, nas pessoas do Cacique Cícero, Professor Cícero e Érica, por me receberem, socializarem a história da comunidade e narrarem a importância das sementes

crioulas. Quero, de forma muito especial, aprofundar meus agradecimentos à Érica por sua fundamental contribuição, nunca medindo esforços para me ajudar nos trabalhos de campo.

E foi em minhas andanças pelo Sertão de Alagoas, para realizar as pesquisas de campo, que encontrei o amor, e desde então escrevo as mais belas páginas da minha vida. Alice, obrigado por seu apoio, sobretudo nas fases finais da produção do presente trabalho. Te amo!

A Cícero, agradeço por sua amizade, construída ao longo do mestrado e que se estenderá por toda a minha vida. Pelo apoio no momento de dificuldade, pelas conversas frutíferas e pelo incentivo dado no percurso desta dissertação, muito obrigado, amigo.

A Gustavo, pelas vezes em que me acolheu em sua residência, na cidade de Delmiro Gouveia, e por sua profícua amizade.

À Amanda, que sempre se prontificou em me ajudar durante as pesquisas de campo.

A Rodolfo, por sua ajuda nas minhas idas e vindas da comunidade Jeripankó.

A Felipe, pelo estímulo dado durante o processo de seleção do mestrado.

A José Brito, pela gentil ajuda na tradução do resumo.

A Érikles, amigo com quem tenho conversas sempre agradáveis e alegres.

A Murilo, por seu companheirismo e pelos momentos de descontração.

Ao Professor Leônidas Marques e Karla Tanan, pelo incentivo.

À Rosemi e Maria Clara, pessoas amáveis que sempre me receberam com muita alegria.

Ao Professor Ricardo Almeida, por sua contribuição para meu ingresso no mestrado e por seus conselhos.

A Jobson, secretário do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que sempre me tratou de maneira atenciosa.

Ao Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território, meu grupo de pesquisa, pelas oportunidades de poder participar das atividades sobre as sementes crioulas, as quais foram desenvolvidas com os Indígenas Kalankó e com o povo da comunidade Quilombola Serra das Viúvas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, essencial para a realização da pesquisa e construção da dissertação.

A Universidade Federal de Sergipe, que tão bem me acolheu e ofertou todas as condições para a realização desta pesquisa, bem como para a participação em eventos acadêmicos que muito somaram em minha formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por permitir a realização de um sonho: me tornar Mestre em Geografia.

Ao Sertão alagoano, lugar onde vivenciei importantes momentos da minha vida, conheci pessoas fantásticas e que me proporcionou um grande crescimento: academicamente e como ser humano.

A todos, o meu profundo e sincero obrigado!!!

*Eu sou aquela semente
Nascida em pleno sertão
Nasci em um solo pobre
De toda essa região
Como qualquer catingueiro
O amargo igual o pereiro ardor do cansanção*

*Sou feijão rim de porco
Que produz num pobre chão
Eu sou feijão mão curta
Minguíta chamo chatão
Precoce igual o cachinho
Vendável sou mulatão*

*Eu sou da mesma família
Da semente mulatinho
Eu sou mão curta, sou minguíta
Lavadeira sou cachinho
Eu sou mulato gordo
Eu sou leite, sou pretinho*

*Milho sou sabugo grosso
Também chamo jaboatão
Ligeiro sou batité
Palha roxa sou tardão
Igual dente de cavalo
Milho branco e milho anão*

*De vara sou guandu
De rama fava feijão
Sou a batata amarela
Sou abóbora, sou melão
Sou melancia de cavalo
Que serve como ração*

*Sou feijão fogo na serra
Não sou da família mulatinho
Feijão pau e boi deitado
Grão de galo e mudubim
Todos eles produzem bem
Pois o sertão é assim*

(EU SOU AQUELA SEMENTE – GENO)

RESUMO

No âmbito da reprodução social camponesa as sementes se constituem como um elemento essencial, pois se tratam de organismos importantes para as atividades agrícolas realizadas por esses trabalhadores, fato que proporciona o surgimento de conhecimentos únicos, materializados no plantar, no germinar, no manejo e na colheita. Como fruto desse processo destacamos as chamadas sementes crioulas, organismos que possuem traços biológicos e culturais originados no trabalho camponês, uma semente pura, livres de qualquer melhoramento feito em laboratório, sendo repassadas de geração em geração. Perante esse cenário, corporações empresariais sementeiras vêm intensificando a aplicação dos pacotes biotecnológicos na agricultura, com o intuito de dominar a produção mundial de sementes. Diante desses ataques, camponeses têm realizado ações de resistência a fim de proteger os organismos crioulos, fato que também ocorre no Semiárido alagoano, onde vem sendo empreendido um processo de luta que se materializa na formação de uma rede estadual de Bancos Comunitários de Sementes, espaços de guarda das sementes crioulas e de articulação política. Tendo como aporte metodológico o Materialismo Histórico-Dialético e pautado em uma abordagem quantitativa e qualitativa, esta pesquisa de dissertação teve por objetivo analisar o processo histórico de resistência realizado pelo campesinato na defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano (1980-atualidade), no contexto do avanço da acumulação capitalista no campo brasileiro. Os resultados da pesquisa apontam que a partir da década de 1960, com a modernização da agricultura, o Brasil adentrou nos trilhos para se transformar em um grande produtor de *commodities*, fato consumado com o advento da economia do agronegócio, movimento que teve como uma de suas faces a produção das sementes melhoradas em laboratório: híbridas e transgênicas, as quais, atualmente, vêm sendo disseminadas no espaço agrário brasileiro com maior intensidade. Na realidade alagoana, identificamos que esse avanço tem ocorrido através de políticas públicas, bem como por meio da venda em feiras livres e casas agropecuárias. Frente a esse contexto, camponeses vêm ampliando as estratégias de resistência a fim de salvaguardar as sementes crioulas, processo que se dá em um cenário de intensificação da acumulação capitalista no campo, a qual se espacializa no Semiárido alagoano e, em conjunto com as ações do Estado, vem potencializando as contradições na produção espacial, engendrando múltiplos desafios para que os Bancos Comunitários de Sementes sigam escrevendo sua história de resistência.

Palavras-chave: Sementes Crioulas; Semiárido Alagoano; Campesinato; Capital; Estado.

ABSTRACT

In the context of peasant social reproduction, seeds are an essential element, as they are important organisms for agricultural activities carried out by these workers, a fact that provides the emergence of unique knowledge, materialized in planting, germinating, handling and harvest. As a result of this process, we highlight the so-called Creole seeds, organisms that have biological and cultural traits originated in peasant work, a pure seed, free from any improvement made in the laboratory, being passed on from generation to generation. Against this backdrop, seed business corporations have been intensifying the application of biotechnological packages in agriculture, in order to dominate world seed production. In the face of these attacks, peasants have been carrying out resistance actions in order to protect Creole organisms, a fact that also occurs in the semiarid region of Alagoas, where a process of struggle has been undertaken that materializes in the formation of a state network of Community Seed Banks, spaces custody of Creole seeds and political articulation. Having as methodological support the Historical-Dialectic Materialism and guided by a quantitative and qualitative approach, this dissertation research aimed to analyze the historical process of resistance carried out by the peasantry in the defense of Creole seeds in the semiarid of Alagoas (1980-present), in the context the advance of capitalist accumulation in the Brazilian field. The results of the research show that from the 1960s, with the modernization of agriculture, Brazil entered the tracks to become a great producer of commodities, a fact accomplished with the advent of the agribusiness economy, a movement that had as one of its faces the production of improved seeds in the laboratory: hybrid and transgenic, which, currently, are being disseminated in the Brazilian agrarian space with greater intensity. In the reality of Alagoas, we identified that this advance has occurred through public politics, as well as through sales in open markets and agricultural houses. Faced with this context, peasants have been expanding resistance strategies in order to safeguard Creole seeds, a process that takes place in a scenario of intensification of capitalist accumulation in the countryside, which is spatialized in the Alagoas Semiarid and, together with the actions of the State, has been potentiating the contradictions in space production, creating multiple challenges for the Community Seed Banks to continue writing their history of resistance.

Keywords: Creole Seeds; Alagoas Semiarid; Peasant; Capital; State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Valor obtido por meio das exportações de sementes em todo o globo (2011-2015) – em bilhões (US\$).....	44
Figura 02: Área mundial agricultável ocupada com insumos biotecnológicos (1996-2016) – em milhões de hectares.....	51
Figura 03: Área com cultivo de transgênicos entre os cinco principais países produtores do mundo (2005-2016) – em milhões de hectares.....	54
Figura 04: Brasil: importações e exportações de sementes (2011-2016) – em toneladas...	55
Figura 05: Delimitação do Semiárido brasileiro (2017).....	99
Figura 06: Delimitação do Semiárido alagoano.....	102
Figura 07: Localização do Povoado Tabuleiro, Água Branca – AL.....	105
Figura 08: BCS do Povoado Tabuleiro.....	109
Figura 09: Sementes crioulas expostas no BCS do Povoado Tabuleiro.....	109
Figura 10: Acervo fotográfico, localizado dentro do BCS do Povoado Tabuleiro, expõe os registros históricos da luta.....	109
Figura 11: Sede da COPPABACS, Delmiro Gouveia – AL.....	111
Figura 12: Distribuição dos BCS do Semiárido alagoano, por município (2019).....	114
Figura 13: Localização da Aldeia Ouricuri, Pariconha – AL.....	118
Figura 14: BCS da Comunidade Jeripankó.....	121
Figura 15: Sementes crioulas expostas no BCS Jeripankó.....	121
Figura 16: Recursos destinados pelo estado de Alagoas para a compra de sementes (2007-2018) – em milhões (R\$).....	124
Figura 17: Quantidade de sementes compradas pelo estado de Alagoas, em quilos (2011-2018).....	125
Figura 18: Publicidade destaca as ações do Grupo Santana em Alagoas.....	127
Figura 19: Localização do Povoado Rolas, Pariconha – AL.....	131
Figura 20: Teste de transgenia realizado pela COPPABACS.....	132
Figura 21: Encontro Nacional de Sementes 2019.....	136
Figura 22: Encontro Estadual de Sementes 2019.....	136
Figura 23: Início das celebrações da Festa da Colheita 2019.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Distribuição dos BCS do Semiárido alagoano, por localidade (2019).....	115
Quadro 02: Amostra das variedades de sementes preservadas nos BCS do Semiárido alagoano (2019).....	116
Quadro 03: BCS associados à COPPABACS, por município e localidade (2019).....	117
Quadro 04: Proteínas presentes em sementes transgênicas: características e empresas que as comercializam.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição da posse da terra e do crédito agrícola no Brasil (1975).....	33
Tabela 02: Despesas com aquisição de sementes, por fornecedor (2008-2018) – em R\$...	126

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
BACS	Banco de Armazenamento e Comercialização de Sementes
BCS	Banco Comunitário de Sementes
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COPPABACS	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER – AL	Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
FECOEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
FETAG – AL	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IOCS	Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas
ISAAA	International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications
ISF	International Seed Federation
MAC	Movimento de Adolescentes e Crianças
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
P1+2	Programa 1 Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAGRI – AL	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO: PROCESSOS, AGENTES, ESCALAS E REBATIMENTOS SOCIOESPACIAIS	27
1.1 Da modernização ao agronegócio: a intensificação da acumulação capitalista no espaço agrário brasileiro	29
1.2 A aplicação da ciência na agricultura: Revolução Verde e as inovações biotecnológicas na produção de sementes	41
1.3 A mundialização do capital e o mercado mundial de sementes: um olhar para contexto brasileiro	45
1.4 Os rebatimentos da mundialização do capital e da modernização da agricultura na produção do espaço geográfico.....	56
CAPÍTULO 2 – CAMPESINATO E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL: DO DEBATE TEÓRICO À REALIDADE BRASILEIRA E ALAGOANA ..	61
2.1 Campesinato: concepções teóricas e aspectos históricos	63
2.2 A trajetória do campesinato no contexto brasileiro	72
2.3 Da restinga ao Sertão: reflexões sobre o campesinato em Alagoas	79
2.4 O território como elemento de resistência camponesa e o recrudescimento do processo de acumulação primitiva na atualidade.....	89
CAPÍTULO 3 – SEMENTES DA RESISTÊNCIA: UM OLHAR PARA A LUTA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO	95
3.1 Semiárido brasileiro: espaço de lutas e resistências	97
3.2 O surgimento da luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano	104
3.3 Um Banco Comunitário de Sementes em um processo incipiente: a luta da comunidade indígena Jeripankó	117
3.4 O perigo bate à porta: avanço das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano e as novas estratégias de resistência na defesa das sementes crioulas	123
3.5 Fortalecer as lutas hoje para construir as resistências do amanhã: as atuais conjunturas dos BCS do Povoado Tabuleiro e da comunidade Jeripankó	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES	157

INTRODUÇÃO



8º Encontro Estadual de Sementes e Agroecologia (2019), Igaci – AL.
Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

No âmbito da reprodução social camponesa as sementes se constituem como elemento essencial, pois se tratam de organismos importantes para as atividades agrícolas realizadas por esses trabalhadores, processo que garante o alimento da família, assim como suscita o surgimento de conhecimentos únicos por meio das relações de trabalho e do contato com a natureza, materializado no plantar, no germinar, no manejo e na colheita.

Essa importância desempenhada pelas sementes é verificada desde os primórdios da agricultura, em que se tinha o manejo de diferentes espécies (LABOURIAU, 1990), fato primordial para a reprodução da vida humana, assim como para a ampliação biológica das variedades de sementes existentes.

Como fruto desse processo destacamos as chamadas sementes crioulas¹, as quais “são organismos vivos de amplo conhecimento dos agricultores e agricultoras, pois foram transmitidas de geração em geração” (LIMA, 2017), transportando traços biológicos e códigos culturais originados no trabalho camponês e no cotidiano desses povos, fatos que se materializam em uma semente pura, livres de qualquer melhoramento feito em laboratório.

O cultivo e a preservação das sementes crioulas configuram-se como uma prática que é realizada por trabalhadores ao redor do mundo. Considerando o contexto brasileiro, o plantio desses organismos é feito desde o período pré-colonial pelas comunidades indígenas (LINS, 2014), prática que nos dias atuais continua sendo realizada por trabalhadores camponeses e povos tradicionais residentes nas diferentes regiões brasileiras, os quais são denominados de guardiões de sementes.

Dentre os guardiões brasileiros, destacamos os que residem no Semiárido do país, região marcada por suas intempéries climáticas, fato que tem seu impacto na agricultura. Na realidade da referida região a produção agrícola é feita majoritariamente por meio do sistema de sequeiro, dependendo desse modo da ocorrência de chuvas para se realizar o plantio e obter uma boa colheita.

Nesse sentido, as sementes crioulas possuem uma grande importância para reprodução dos camponeses que habitam no Semiárido, pois são organismos que por meio do seu manejo na natureza estão adaptados aos aspectos edafoclimáticos da região citada. Perante tal fato, guardiões do Semiárido brasileiro vem realizando um trabalho comunitário voltado para a preservação dos organismos crioulos, de modo a proteger esse patrimônio genético e garantir o plantio.

¹Segundo Trindade (2006, p. 04), essas “sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos”.

Esse processo teve seu limiar na década de 1970 e surgiu por meio das ações desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica, cujo objetivo era o de evidenciar a importância das sementes crioulas e a essencial necessidade de preservar as mesmas. Como fruto dessas atividades surgiram os Bancos Comunitários de Sementes (BCS), um espaço de atuação comunitária voltado para a guarda e preservação dos organismos crioulos (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002).

De acordo com Almeida e Cordeiro (2002, p. 31), o BCS é um modelo de gestão voltado para a estocagem das sementes crioulas, sendo estruturado do seguinte modo:

As famílias associam-se ao banco espontaneamente e têm o direito a empréstimo de uma certa quantidade de sementes, a qual é restituída após a colheita em uma quantia superior àquela emprestada, segundo regras definidas pelo conjunto de associados do banco. Este sistema assegura que cada família produza e beneficie sua própria semente, destinando parte a produção para um estoque comunitário gerenciado coletivamente.

Para além de ser espaços de guarda de sementes, os BCS se configuram também como um ambiente de formação política. Um local de estabelecimento de vínculos, onde os trabalhadores se reúnem para tratar não somente da questão dos organismos crioulos, mas também para debater sobre os diferentes problemas existentes na comunidade e delinear os caminhos a serem trilhados a fim de solucionar os mesmos.

Segundo Almeida e Cordeiro (2002), as motivações que impulsionaram às atividades realizadas pelas CEBs e levaram ao surgimento dos BCS no Nordeste podem ser explicadas por duas condicionantes sociais: a) as condições singulares de vida no Sertão, marcadas pela irregularidade da ocorrência de chuvas, o que levou os camponeses a pensarem em estratégias de melhor guardar suas sementes; b) a busca pela libertação das amarras que colocavam esses trabalhadores em situações de dependência.

A partir desse fato, Almeida e Cordeiro (2002) elucidam que as décadas posteriores a de 1970 foram palcos de uma expansão dos BCS no Nordeste, com destaque para os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, de modo que em 1996, segundo as autoras, registou-se na referida região um quantitativo de 250 bancos, englobando mais de 9.200 famílias.

Com a intenção de melhorar o gerenciamento dos BCS surgidos, e impulsionar a disseminação desse modelo de guarda de sementes, Almeida e Cordeiro (2002) evidenciam que na década de 1990 houve a elaboração de propostas visando a qualificação técnica dos camponeses associados a esses bancos, assim como o estabelecimento de parcerias nas diferentes escalas (estadual, regional e nacional). Como fruto desse processo histórico de

surgimento e organização, os BCS difundiram-se nos distintos espaços do Semiárido brasileiro, fato que na atualidade se materializa na existência de mais de 1.000 bancos ativos (BOND, 2019), os quais garantem a preservação de uma vasta variedade de sementes crioulas, estas que recebem diferentes denominações entre os estados que integram o Semiárido.

No âmbito dessas lutas realizadas, destacamos as ocorridas no estado de Alagoas, onde na sua região Semiárida trabalhadores camponeses, também organizados inicialmente pelas CEBs, vem empreendendo desde a década de 1980 uma resistência na defesa das sementes crioulas, processo cuja concretude ocorre por meio da construção de uma rede estadual de BCS, os quais são mantidos “[...] pelos próprios camponeses, que buscam preservar esse patrimônio genético e cultural” que são os organismos crioulos (LIMA; SANTOS, 2018, p. 193).

Considerando-se o contexto histórico da década de 1980 as CEBs apontaram, por meio de suas ações junto às comunidades, a construção de BCS como uma estratégia de resistência frente às dificuldades existentes naquele período. Porém, com a expansão do capital sobre o campo, intensificada nas últimas décadas, a resistência voltada para a guarda das sementes ganharam um sentido mais amplo, de cunho político contra a subordinação ao capital.

Nesse aspecto, a resistência é ampliada, ganhando novas faces, sendo esse processo o que vem ocorrendo atualmente no Semiárido de Alagoas, onde a luta camponesa na defesa das sementes crioulas se intensifica perante a ofensiva do capital, a qual tem ocorrido por meio da disseminação das sementes do agronegócio², fato que tem suscitado a preocupação dos camponeses guardiões e de suas respectivas organizações, levando à elaboração de estratégias voltadas para frear o avanço do agronegócio sementeiro e assim evitar a destruição das sementes crioulas (LIMA; SANTOS, 2018).

Diante do cenário apresentado, e considerando a importância social das sementes crioulas, a presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo histórico de resistência realizado pelo campesinato na defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano (1980-atualidade), no contexto do avanço da acumulação capitalista no campo brasileiro. Para tal, enquanto objetivos específicos delimitamos: i) analisar a resistência camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano; ii) compreender o processo de surgimento e espacialização dos Bancos Comunitários de Sementes no Semiárido alagoano; iii) analisar o avanço das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano e o papel do Estado nesse processo.

²Utilizaremos o termo “Sementes do Agronegócio” para nos referir às Sementes Híbridas e aos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).

Tendo como universo da pesquisa os povos camponeses do Semiárido de Alagoas que participam dos BCS e considerando-se que o investigador deve, seja em pesquisa qualitativa ou quantitativa, recorrer ao que se denomina amostra de sujeitos, essencial para a compreensão do universo estudado (TURATO, 2003), nossa amostra está circunscrita a duas localidades: Povoado Tabuleiro, localizado no município de Água Branca, e Aldeia Ouricuri, localizada no município de Pariconha e núcleo principal da comunidade indígena Jeripankó.

O Povoado Tabuleiro constitui-se como o berço da luta em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano, estando nessa localidade o primeiro BCS do estado de Alagoas, surgido na década de 1980, sendo, portanto, importante para a compreensão histórica da luta. A comunidade Jeripankó, por sua vez, se insere no contexto de expansão dos BCS, pois o banco da comunidade foi construído em 2016, estando em um estágio inicial de organização, oferecendo assim subsídios para uma leitura atual desse processo de resistência, bem como para a compreensão da importância das sementes crioulas para os povos tradicionais.

O delineamento dos objetivos da pesquisa, bem como a seleção das localidades a serem estudadas, teve como norte os seguintes questionamentos, os quais nos levaram a refletir sobre a trajetória realizada pelos camponeses na defesa das sementes: quais as estratégias de resistência adotadas pelo campesinato na defesa das sementes crioulas? Como se deu o surgimento dos BCS? Quais sementes são preservadas nesses bancos? De que forma essa resistência se espacializa e materializa? Quais os mecanismos adotados pelo capital para desintegrar essa luta? Quais as ações adotadas pelo Estado, considerando-se a ótica multiescalar, para enfraquecer a resistência camponesa e facilitar a acumulação de capital?

A luz dos respectivos questionamentos, bem como dos objetivos apontados, nosso estudo se desenvolveu tendo como alicerce metodológico a concepção materialista histórico-dialética, a qual se caracteriza enquanto uma episteme voltada para a compreensão do “movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir [...] as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história” (PIRES, 1997, p. 83).

A leitura materialista histórico-dialética da sociedade centra-se na compreensão da materialidade historicamente constituída pelos homens na relação sociedade-natureza, mediada pelo trabalho, assim como as contradições inerentes a esse processo, entendimento este proporcionado por meio das abstrações do pensamento que, à luz da teoria, rompe a barreira da aparência do objeto e desvela a essência do mesmo, conforme aponta Suertegaray (1999, p. 26-27):

Da análise da essência para além das aparências, o que significa esclarecer a dimensão imediata (palpável) e a dimensão mediata (não palpável). As mediações entre realidades estabelecem a unidade dos contrários, princípio básico do Materialismo Histórico, pois é o fundamento do movimento.

Outrossim, Richter (2012, p. 237) ao refletir sobre a obra “Dialética do Concreto”, de Karel Kosík (1976), aponta que para esse autor “a realidade não se apresenta imediatamente ao homem”, fazendo com que o homem permaneça na superficialidade. Nesse sentido, segundo Richter (2012), Kosík (1976) destaca a importância de se transpor a chamada pseudoconcreticidade:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade* (KOSÍK, 1976, p. 15, grifo do autor).

Seguindo esse raciocínio, Cardoso (2005, p. 03) argumenta:

Marx fala da abstração do que parece concreto enquanto é apreendido sem suas determinações e da abstração que permite ao pensamento alcançar as relações determinantes que podem conduzir à reprodução mental do concreto não mais como uma representação caótica do todo. O método que Marx define como cientificamente correto vai do abstrato (conceitos que expressam determinações) ao concreto (“reproduction du concret au cours du cheminement de la pensée”). Sua démarche é teórica. Enquanto procedimento se passa inteiramente no pensamento.

Mergulhados na teoria, uma vez que essa é quem nos permite a apropriação do objeto, e mediante a abstração do fenômeno, saímos do aparente e chegamos na essência, portanto ao concreto pensado, permitindo assim a apropriação dos elementos inerentes ao objeto, bem como a compreensão das especificidades históricas do concreto, fazendo-nos sair da superficialidade inicialmente apresentada.

Nesse sentido, ancorada no Materialismo Histórico-Dialético e no entendimento de que a pesquisa de campo é “um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo” (SUERTEGARAY, 2002, p. 67), a presente dissertação se apresenta como uma investigação do tipo explicativa, a qual, de acordo com Gil (2008, p. 28), tem como cerne “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, sendo desse modo “o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2008, p. 28).

À luz dos delineamentos teóricos apresentados, lançamos mão das abordagens quantitativa e qualitativa, uma vez que a análise da materialidade histórica dos homens em sociedade requer, necessariamente, um estudo que se assente em dados quantitativos e qualitativos, de modo a usufruir das contribuições que ambas abordagens oferecem.

Ao destrinchar sobre a pesquisa quantitativa, Minayo e Sanches (1993, p. 247) apontam que ela tem como “campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados”. Godoy (1995, p. 58), por sua vez, salienta que “num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido *a priori*, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas” (grifo da autora).

Perante o quadro apresentado, nota-se que a pesquisa quantitativa, oriunda das ciências naturais, lança mão de dados matemáticos a fim de analisar e compreender a realidade social, partindo o pesquisador de uma estrutura de trabalho previamente definida, com hipóteses bem delimitadas.

Em relação à pesquisa qualitativa, consideramos pertinente a reflexão de Chizzotti (2003, p. 222), que aponta as principais características da referida abordagem:

Diferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas inscrevem-se como direções de pesquisa, sob o abrigo qualitativo, advogando os mais variados métodos de pesquisa, como entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso e qualificam a pesquisa como pesquisa clínica, pesquisa participativa, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, teoria engendrada.

Seguindo nessa direção, Minayo e Sanches (1993, p. 247) colocam que a pesquisa qualitativa “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”. Assim, temos a pesquisa qualitativa enquanto metodologia voltada para a compreensão da realidade social a partir da análise das sociabilidades historicamente estabelecidas, conforme corrobora Godoy (1995, p. 21) ao apontar alguns vieses da pesquisa qualitativa:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados ‘qualitativos’. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Destrinchando sobre as nuances ontológicas da pesquisa quantitativa e da qualitativa, Triviños (1987, p. 117) destaca que “a quantificação dos fenômenos sociais apóia-se no positivismo e, naturalmente, também no empiricismo. As posições qualitativas baseiam-se especialmente na fenomenologia e no marxismo”.

As diferentes naturezas da pesquisa quantitativa e da qualitativa propiciaram o surgimento de entendimentos que enxergavam, erroneamente, ambas as abordagens como dicotômicas. Nesse aspecto, bebemos em Minayo; Sanches (1993) e Triviños (1987) para apontar a falseabilidade dos discursos que colocam a pesquisa quantitativa e a qualitativa como opostas.

Ao versar sobre essa questão, Triviños (1987, p. 116) constata que foi criada uma situação que se levou a uma “falsa dicotomia entre quantitativo-qualitativo”. Falsa dicotomia, pois a pesquisa quantitativa e a qualitativa não se constituem enquanto dicotômicas, pelo contrário, embora tenham naturezas diferentes, ambas podem ser complementares uma da outra, conforme delineiam Minayo e Sanches (1993, p. 240):

[...] ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade.

Corroborando tal assertiva, Pessôa (2012, p. 04) discorre que pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa não excluem uma a outra, no fundo “o importante é a definição, pelo pesquisador, dos instrumentos (as técnicas) a serem utilizados para responder às indagações propostas em consonância com o método de interpretação”. Desse modo, esta pesquisa possui um caráter quantitativa-qualitativa e foi realizada por meio do levantamento de dados junto às seguintes fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), International Seed Federation – ISF (2016), International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications – ISAAA (2016), Produção Agrícola Municipal (2017), Articulação Semiárido Brasileiro – ASA (2019), Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS (2019), Portal da Transparência Graciliano Ramos (2018) e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (2019).

Ademais, no tocante à pesquisa em campo, nossa inserção nas localidades estudadas se deu por meio da técnica da observação, em conjunto com o registro fotográfico, bem como através da realização de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e roteiros previamente definidos, nas quais buscamos dar voz aos sujeitos envolvidos no processo de luta na defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano.

Com os dados e informações obtidos por meio dos levantamentos de dados e das entrevistas, realizamos a apreciação dos mesmos à luz da Análise de Conteúdo, que corresponde a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 37) cujos campos de aplicação abrangem elementos linguísticos (escritos e orais) e não linguísticos (RICHARDSON, 2008), buscando analisar o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Com base no percurso metodológico descrito, alicerçados pela teoria e orientados pelos objetivos da pesquisa, as reflexões presentes nesta dissertação encontram-se dispostas ao longo de três capítulos. No primeiro, intitulado **“O avanço do capitalismo no campo brasileiro: processos, agentes, escalas e rebatimentos socioespaciais”** realizamos uma leitura sobre os reflexos da mundialização na agricultura, com ênfase na realidade brasileira, notadamente na modernização que foi implementada no país a partir da década de 1960. Ancorado em Silva (1982), Müller (1989), Gonçalves Neto (1997) e Delgado (2012), apontamos os aspectos inerentes a modernização da agricultura brasileira, seus impactos sociais no campo e como a mesma se constituiu enquanto um mecanismo que colocou o Brasil na rota para se transformar em um grande produtor de *commodities*. Seguindo esse raciocínio, baseado em Oliveira (2016), destrinchamos sobre a emergência do mercado mundial de sementes, situando o mesmo como um dos reflexos da mundialização do capital na agricultura, e destacamos o papel ocupado pelo Brasil nesse contexto. Por fim, bebemos em Smith (1988) e Harvey (2005) para evidenciar como esse movimento de reprodução capitalista se materializa na produção geográfica do espaço.

No segundo capítulo, cujo título é **“Campesinato e suas estratégias de reprodução social: do debate teórico à realidade brasileira e alagoana”**, norteados pelos escritos de Shanin (1979; 2008), Kautsky (1980), Chayanov (1981), Moura (1986) e Marques (2008), desenvolvemos uma reflexão sobre o conceito de campesinato e a trajetória historicamente realizada por essa classe social. À luz desse debate, dissertamos sobre a formação histórica do campesinato brasileiro, tendo como aporte Martins (1995) e Oliveira (2007), assim como discorremos sobre a constituição do camponês alagoano, guiados pelos textos de Lindoso (2011), Albuquerque (2017) e Cosme (2019). Concluindo o capítulo, ancorado nos estudos de Raffestin (1993), Corrêa (1998), Souza (2000), Oliveira (2004) e Fabrini (2008), trazemos a discussão sobre o conceito de território, apontando como o mesmo por um lado é apropriado pelo capital, mas por outro também se ergue como fruto da resistência camponesa.

O terceiro capítulo, denominado **“Sementes da resistência: um olhar para a luta dos Bancos Comunitários no Semiárido alagoano”**, contém os resultados da pesquisa, reflexões

tecidas por meio das análises dos levantamentos quantitativos e qualitativos, assim como das entrevistas realizadas. Desse modo, desenvolvemos uma leitura evidenciando o processo histórico de resistência camponesa na defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano, apontando o nascedouro dessa luta, sua espacialização e materialização, tendo como foco os casos do Povoado Tabuleiro e da comunidade Jeripankó. Ilustramos também os ataques realizados pelo capital contra os organismos crioulos e o papel do estado de Alagoas nesse contexto.

Nas considerações finais, sintetizamos as reflexões feitas ao longo do primeiro e segundo capítulo e as articulamos com os elementos do terceiro, de modo a apontar a contribuição do pensamento marxista para a leitura atual da questão agrária, bem como os desafios que estão postos para o caminhar da resistência camponesa em defesa das sementes crioulas no contexto do Semiárido de Alagoas.

De antemão, antes de adentrarmos nas reflexões tecidas ao longo dos capítulos, queremos destacar a relevância de abordar o tema das sementes crioulas na Geografia, buscando realizar a leitura da produção do espaço no campo e das contradições deste processo, que se expressam na paisagem e sobretudo na relação sociedade-natureza. Neste sentido, enfatizamos também o pioneirismo desta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFS), por tratar esta temática (sementes crioulas) a partir do aporte teórico metodológico do materialismo dialético, buscando trazer à tona tanto a construção do mercado capitalista de sementes, em múltiplas escalas, quanto a resistência camponesa que se espacializa através dos Bancos Comunitários de Sementes no Semiárido alagoano.

CAPÍTULO 1

O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO: PROCESSOS, AGENTES, ESCALAS E REBATIMENTOS SOCIOESPACIAIS



Feijão crioulo, comunidade Jeripankó, Pariconha – AL.
Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

O processo de mundialização do capital tem realizado, ao longo das décadas, grandes mudanças no setor agrícola em todo o globo, transformações essas materializadas por meio do avanço do agronegócio e do imperialismo das multinacionais do ramo de alimentos, químicos e biotecnológicos, domínio exercido por meio da coerção econômica, face característica do capital imperialista (WOOD, 2014).

Conforme aponta Lima (2018, p. 02) a mundialização do capital, cujo advento se dá nas décadas de 1960/1970 (CHESNAIS, 1996), pode ser entendida como “um fenômeno decorrente da internacionalização do capitalismo, que articulou em escala global as cadeias de produção, distribuição e circulação em um patamar desprovido de paralelo histórico”, sendo tal processo ocorrido sob a égide do Estado, estrutura de grande importância nessa lógica, uma vez que atua de maneira subserviente aos interesses do capital, garantindo sua espacialização e reprodução.

Uma das searas de maior intensificação da ofensiva do capital mundializado é a agricultura, um setor de extrema importância nas economias nacionais, de tal modo que o capital tem implantado seu domínio sobre esse setor da economia devido ao grande quantitativo de lucro que pode ser obtido por meio da sua exploração.

Neste aspecto, Lima (2018) destaca que a estratégia utilizada pelo capital, a fim de intensificar sua acumulação no campo, tem sido estruturada por meio das grandes corporações do agronegócio, as quais, através de técnicas modernas da ciência, tem engendrado ao longo das décadas, em diferentes espaços agrários na escala mundial, elementos voltados para o desenvolvimento das forças produtivas com o intuito de aumentar a acumulação.

Seguindo esse caminho, o Brasil adentrou nos trilhos da modernização de sua agricultura em meados da década de 1960, fato que resultou em grandes modificações na estrutura produtiva do campo brasileiro, decorrentes da incorporação de técnicas agrícolas que ampliaram o uso de fertilizantes, defensivos químicos e maquinários, acarretando em profundas mazelas sociais cuja concretude se revelou na manutenção da desigual estrutura agrária, na seletividade regional da modernização, na cooptação dos créditos rurais por parte dos grandes produtores e na deterioração das condições de trabalho.

Diante da reflexão realizada, no presente capítulo abordaremos sobre o processo de modernização realizado na agricultura brasileira, de modo a apontar suas nuances socioespaciais e econômicas, ilustrar como este movimento de penetração do capital no campo se configurou como uma das ramificações do pacote da Revolução Verde e de que forma o país adentrou em uma economia pautada no agronegócio. Seguindo nesse raciocínio, elucidaremos como o desenvolvimento das forças produtivas na seara agrícola elevou o Brasil à condição de grande produtor e exportador de *commodities*, ocupando um papel importante no emergente

mercado mundial de sementes, bem como destrincharemos sobre como estes aspectos inerentes a mundialização da agricultura estão inseridos nas engrenagens da produção do espaço pelo capital.

1.1 Da modernização ao agronegócio: a intensificação da acumulação capitalista no espaço agrário brasileiro

A década de 1960 marcou o limiar de profundas transformações na agricultura brasileira, consequência de um amplo processo de desenvolvimento das forças produtivas que ocorreu por meio da implementação de inovações tecnológicas no campo, cujo objetivo assentava-se na busca por potencializar, através da modernização da agricultura, o desenvolvimento econômico do país. Neste aspecto, torna-se importante aludirmos ao contexto histórico da época, a fim de melhor elucidar em que conjuntura se dá a gênese desse processo.

Müller (1989) fornece interessantes pistas para a compreensão dos motivos pelos quais o Brasil entrou nos caminhos da modernização. Fazendo uma reflexão ampla sobre a história da estrutura agrária brasileira, o autor afirma que com a dissolução do chamado padrão latifúndio-minifúndio, que predominou no Brasil entre 1870 e 1930, o país adentrou no período industrial, que se estendeu até meados da década de 1960 e se caracterizou “pela diversificação do investimento e pela transição para uma economia industrial” (MÜLLER, 1989, p. 29).

Segundo Müller (1989, p. 29) o período industrial brasileiro se constituiu como “um sistema econômico dominado pelo capital industrial, tanto em termos de acumulação como de contribuição para o crescimento”. Sob o ponto de vista do campo brasileiro, a industrialização provocou rebatimentos na estrutura agrária do país, em especial o rompimento do “complexo latifúndio-minifúndio na agricultura de importantes áreas do Sul e Sudeste, sua persistência na região Nordeste e a recriação da agricultura atrasada nas fronteiras agrícolas” (MÜLLER, 1989, p. 30).

Entretanto, com o gradual esgotamento do modelo de substituição de importações, elemento fundante do processo de industrialização, começou-se a pensar, nos altos escalões do Estado brasileiro, em novos caminhos a serem trilhados pela indústria, a fim de revigorar a economia do país, conforme atesta Gonçalves Neto (1997, p. 53) ao mencionar que

[...] no início dos anos 60 discutia-se intensamente os rumos da economia brasileira, enfatizando-se sobretudo a continuidade do processo de industrialização, em razão do esgotamento do modelo de substituição de importações.

Neste cenário, os olhares começaram a ser direcionados para o campo brasileiro, uma vez que este era enxergado como um sistema arcaico de produção, constituindo-se como um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Tal entendimento fez emergir, segundo Gonçalves Neto (1997, p. 20) duas diferentes vertentes teóricas:

[...] uma, de cunho conservador, que advoga a funcionalidade da agricultura às demandas de mercado e prega a modernização do campo; e outra, de caráter crítico, que postula inicialmente pela reforma agrária e termina por apresentar observações contundentes sobre o processo de modernização da agricultura.

Com o golpe militar de 1964, e a consequente instauração da ditadura, ganhou força o discurso que defendia a necessidade de se realizar a modernização da agricultura brasileira como um mecanismo voltado para catapultar a economia do país. Os desejos defendidos por essa corrente coadunavam com os anseios do grupo que se apossou do Estado, pois os militares também pretendiam realizar uma modernização no conjunto da sociedade brasileira (ARRUDA, 1997).

Diante deste cenário que se desenhava, Silva (1982, p. 17) constata que a intensificação da industrialização era vista como “a fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento; e o setor agrícola [...] deveria ceder a uma posição dominante na economia”. Desse modo, o entendimento era o de que “só com a modernização, ou seja, com a eliminação do ‘arcaico’, a agricultura poderá desempenhar eficazmente seu papel” (SILVA, 1982, p. 19). A agricultura, tida como o elemento responsável por ocasionar o relativo atraso da economia, deveria então ser inserida em um processo de modernização, de modo a ampliar a produtividade, propiciar um aumento nos rendimentos e gerar mais empregos (SILVA, 1982).

Isto posto, a partir da década de 1960, o Brasil inicia uma profunda transformação do campo por meio de um intenso investimento voltado para o desenvolvimento das forças produtivas, fato que marca de forma efetiva o início da modernização da agricultura brasileira, em um processo alicerçado nos imperativos do capital, pois como elucida Müller (1989, p. 27) “[...] o capital se apodera da agricultura, inicialmente, pelas vias de circulação, e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir”.

Precisamente sobre o processo de desenvolvimento das forças produtivas, é imprescindível nos remetermos a Marx (1996), que no capítulo 10 do livro 1 de “O Capital” realiza um primoroso debate sobre os mecanismos adotados pelo capital com o intuito de ampliar a produção de mercadorias sem aumentar a jornada de trabalho, fato que o referido autor denomina de aumento da força produtiva, que é possibilitado pela revolução técnica e social do trabalho.

A partir da revolução das técnicas utilizadas no processo produtivo, juntamente com as mudanças engendradas nas relações sociais de trabalho, o capital preconiza diminuir o tempo socialmente necessário para o fabrico das mercadorias, de modo a produzir um maior quantitativo de produtos em um menor tempo de trabalho. Este processo é materializado por meio do desenvolvimento das forças produtivas, que Marx (1996, p. 431) assim define:

Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso (grifos do autor).

Com o desenvolvimento dos meios necessários para a produção de mercadorias, têm-se um reflexo desse processo na produção da mais-valia. Como atesta Marx (1996), quando fruto do puro prolongamento da jornada de trabalho temos a mais-valia absoluta, uma vez que o aumento do volume de mercadorias produzidas ocorreu em função da ampliação da jornada de trabalho. Contudo, Marx (1996) enfatiza que o desenvolvimento das forças produtivas, ao ampliar a quantidade de mercadorias produzidas sem aumentar a jornada de trabalho, gera a mais-valia relativa, resultante da redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado produto.

Destrinchando sobre essa definição de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, Marx (1996, p. 431-432) afirma:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.

O autor evidencia que a mais-valia absoluta pode ser obtida pelo capitalista individual, prolongando o tempo de uso da força de trabalho que adquiriu. Enquanto a mais-valia relativa implica em um movimento de transformações nos processos produtivos que resultam na redução do valor médio da força de trabalho, neste sentido, a redução do custo de produção de itens que impactam diretamente na reprodução social da classe trabalhadora, como os alimentos, é parte essencial deste processo.

Ao buscar ampliar a produção da mais-valia relativa por meio do desenvolvimento das forças produtivas, o capital apresenta uma estratégia voltada para ampliar o processo de acumulação, por conseguinte intensificar a exploração da força de trabalho, uma vez que ao se reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário o capital diminui o tempo em que o

trabalhador necessita para prover sua própria reprodução, ampliando assim o tempo no qual o assalariado irá trabalhar gratuitamente para o capitalista, acarretando no barateamento das mercadorias, incluindo a força de trabalho (MARX, 1996).

Nesse contexto, Marx (1996, p. 435) elucida que “[...] é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador”. Alicerçado na reflexão de Marx (1996) sobre os elementos componentes do desenvolvimento das forças produtivas, evidenciamos assim um dos principais elementos da modernização da agricultura brasileira, uma vez que o investimento realizado na adoção de maquinários e insumos modernos estava direcionado na busca pela ampliação da produção agrícola, de modo a intensificar a acumulação por meio da mais-valia relativa, bem como realizar mudanças nas relações de trabalho.

Importante pontuar, também, que a modernização buscava ampliar a oferta interna de alimentos a preços mais baratos, de modo a contribuir para a redução do custo da força de trabalho, sobretudo nos centros urbanos, assim como fornecer matérias primas para o setor industrial e ampliar o papel da agricultura como consumidora dos produtos oriundos do mesmo, como tratores e insumos químicos.

Ancorado nesses objetivos, e com o intuito de potencializar a modernização, o Brasil abriu suas portas ao “[...] capital internacional, incumbido de financiar a inovação tecnológica e boa parte das mudanças previstas” (ARRUDA, 1997, p. 10). Dessa forma, se implementou as modificações na agricultura, iniciando um processo cujas principais magnitudes estão entre os anos de 1965 a 1985, período que marca “a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo” (DELGADO, 2012, p. 13).

Nesse contexto, Delgado (2012) elucida que a modernização da agricultura brasileira realizou-se tendo como alicerce os preceitos da chamada Revolução Verde, a qual era tida como sinônimo de novas tecnologias, de desenvolvimento econômico e de alta produtividade. Assim, procedeu-se a implantação de uma grande estrutura de novas técnicas no campo, estando esse processo articulado com a industrialização, faceta característica da modernização que estava sendo realizada e que acarretou na consubstanciação entre agricultura e indústria.

Segundo Müller (1989, p. 17):

As relações entre indústria e agricultura passaram por transformações notáveis no Brasil a partir de meados dos anos 60. As agroindústrias cresceram como consumidoras dos produtos da agropecuária, ao tempo em que se

remodelaram; surgiram novas agroindústrias, de grande porte, ligadas ao exigente mercado internacional.

Esse processo de integração indústria-agricultura, materializado fortemente no contexto da modernização, é denominado por Müller (1989) de Complexo Agroindustrial, o qual “[...] pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989, p. 42).

Delgado (2012, p. 17) coloca que o Complexo Agroindustrial constitui “uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais”. Desse modo, a integração da indústria com a agricultura é um elemento potencializador da intensificação da acumulação capitalista, pois como assevera Silva (1982, p. 45) “não se deve esquecer, todavia, que o sentido último do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria *industrialização da agricultura*” (grifo do autor).

O Estado brasileiro foi a estrutura vital para a concretude da modernização, uma vez que a implementação das novas técnicas agrícolas no campo não poderia ocorrer sem os volumosos créditos rurais fornecidos, sem os quais dificilmente a modernização se realizaria. De acordo com Müller (1989, p. 18), o Estado “atuou, sobretudo, através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e toda uma bateria de políticas incentivadoras das exportações”. Neste cenário, a principal política pública implantada foi o Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965, que constituiu “a base principal sobre a qual se apoia a modernização técnica da agricultura brasileira” (DELGADO, 2012 p. 102), uma política extremamente segregadora, uma vez que beneficiou principalmente os grandes proprietários de terras.

Nesse aspecto, Luís Carlos Guedes Pinto (1981), citado por Gonçalves Neto (1997), apresenta importantes dados sobre a distribuição dos recursos realizadas por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1975, ilustrando assim a contribuição dessa política para as elites agrárias brasileiras, conforme podemos visualizar na Tabela 01:

Tabela 01: Distribuição da posse da terra e do crédito agrícola no Brasil (1975).

Indicador	Distribuição da terra	Distribuição do crédito agrícola
Índice de Gini	0,855	0,808
50% menores contratos	2,5%	4,5%
5% maiores contratos	68,6%	60,8%
1% maiores contratos	44,9%	38,2%

Fonte: PINTO (1981) *apud* GONÇALVES NETO (1997).

Elaboração e adaptação da tabela: SANTOS, Flávio (2020).

O Índice de Gini³ referente a distribuição da terra e do crédito agrícola no Brasil, em 1975, evidencia os traços da desigual estrutura fundiária do país e a seletividade que marcou o Sistema Nacional de Crédito Rural, com sua distribuição assimétrica, fato ainda mais notório quando verificamos que 5% dos maiores contratos detinham a posse de 68,6% da terra e abocanharam 60,8% do crédito. Igualmente, 1% dos maiores contratos se beneficiaram com 38,2% dos recursos e controlavam quase metade das terras (44,9%). Por outro lado, 50% dos menores contratos possuíam apenas 2,5% de posse das terras e receberam ínfimos 4,5% de créditos agrícolas.

Diante desse quadro, vemos como a estrutura fundiária exerceu forte influência no Sistema Nacional de Crédito Rural, o qual nutriu os setores dominantes da agricultura brasileira, permitindo assim a materialização da modernização do campo. Seguindo esse raciocínio, Delgado (2012, p. 16) enfatiza “que a expansão do crédito rural e agroindustrial dos anos 1970 propiciou condições para a articulação das relações técnicas agricultura-indústria num patamar de alta densidade, fato que é amplamente documentado por forte evidência empírica”. Assim, com os generosos subsídios creditícios e as políticas de incentivos fiscais, os governos militares ofertaram as condições perfeitas para que a modernização do campo brasileiro se realizasse.

A década de 1960 e, sobretudo, as de 1970 e 1980 testemunharam as impactantes mudanças ocorridas na agricultura. Por meio da integração indústria-agricultura, consequência da adoção dos pacotes tecnológicos, intensificou-se o uso de fertilizantes, defensivos agrícolas e máquinas no campo. Ao fazer uma análise dessas mudanças, considerando as décadas de 1960 a 1980, Müller (1989, p. 42) expõe:

[...] o montante de fertilizantes consumido saltou de 305 mil t. de NPK em 1960, para mais de dez milhões de t. em 1980; o número de tratores se elevou de oito mil unidades em 1961 para 540 mil em 1980; as rações passaram de 1.700 t em 1965 para 15.000 t em 1980; o consumo de defensivos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) cresceu de 13,2 mil t. em 1970 para cerca de 70,5 mil t. em 1978.

Gonçalves Neto (1997) cita que os créditos fornecidos pelo Estado tinham como uma das principais finalidades o investimento em pacotes tecnológicos para que, através da industrialização da agricultura, os insumos (fertilizantes, defensivos, sementes, maquinários etc.) pudessem ser desenvolvidos e produzidos no próprio mercado interno, a fim de

³De acordo com Wolffenbüttel (2004), o Índice de Gini “[...] é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza”.

impulsionar a economia e dinamizar o comércio local. Nesse contexto, Müller (1989, p. 60) coloca que “a agricultura brasileira transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o predomínio do modo moderno, que combina insumos e serviços industriais com terra e trabalho”.

A partir do uso intenso de fertilizantes, defensivos agrícolas, das novas tecnologias no melhoramento de sementes e com o uso de novas máquinas no processo produtivo, buscava-se promover o aumento da produção no setor agrícola brasileiro para, desse modo, alavancar a economia do país. Entretanto, ao transpor a barreira da aparência da modernização e adentrar na essência da mesma, nos deparamos com os agravantes rebatimentos espaciais ocasionados por este processo, uma vez que se tratou de uma modernização de cunho conservadora, seletiva e enraizada nos imperativos do capital.

Delgado (2012) intitula esse processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo, no período de 1965-1985, de modernização conservadora, uma vez que se introduziu novas técnicas agrícolas, contudo manteve-se inalterada a estrutura agrária brasileira, a qual assenta-se no latifúndio e no domínio de grupos locais, proporcionando a manutenção das heterogeneidades da agricultura do país.

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial (DELGADO, 2012, p. 14).

Nesse aspecto, a modernização da agricultura brasileira integrou o moderno com o arcaico no sentido de que se realizou o desenvolvimento das forças produtivas no campo, contudo se manteve inalterada a estrutura agrária do país, corroborando a tese de que a modernização simbolizou a derrota de um projeto de reforma agrária para o Brasil (DELGADO, 2012). Ademais, o referido processo de modernização foi, do ponto de vista regional, extremamente seletivo, desenvolvendo-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste, posteriormente expandindo-se para o Centro-Oeste, deixando à margem as regiões Norte e Nordeste, o que evidencia a permanência do moderno com o considerado arcaico.

Diante disso, Silva (1982) coloca que o caráter seletivo da modernização teve como rebatimento espacial a formação de três macrorregiões brasileiras, as quais passaram a apresentar, a partir da década de 1960, diferenças no que tange a agricultura:

- “a) o Centro-Sul, onde a agricultura se modernizou rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas etc.);
- b) o Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados dos anos 1960) e mais recentemente a da Bahia, permaneceu sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária;
- c) a Amazônia, incluindo aí boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que apenas vem sendo recentemente incorporada” (SILVA, 1982, p. 57).

Como já aludido, a modernização desenvolveu-se com maior intensidade nas regiões Sul, Sudeste e posteriormente no Centro-Oeste, as quais incorporaram grandes quantitativos dos novos insumos agrícolas, enquanto que Norte e Nordeste pouco absorveram desse pacote tecnológico. Outrossim, a seletividade não se restringiu apenas a questão regional brasileira, uma vez que tal fato foi reflexo de outro processo que está na base da modernização: a disponibilização assimétrica dos créditos rurais.

O sistema de crédito rural não se voltou para os pequenos produtores, pelo contrário, os principais favorecidos foram os grandes proprietários de terras que, ao colocarem suas propriedades como garantia, absorveram enormes quantidades de créditos (SILVA, 1982), fato que desvela a subserviência do Estado para com as classes dominantes, as quais são controladoras das ações estruturadas e implementadas, como atesta Smith (1988, p. 88):

Para a expansão integral do capitalismo, o estado capitalista desenvolve-se. Como todo Estado anterior, sua função social central está no controle em favor da classe dominante, o que significa que na sociedade capitalista ele se torna o controlador do capital privado incapaz de se fazer por si.

Outra faceta do processo da modernização, no conjunto da economia brasileira, foi a reconcentração de renda que se registrou nas décadas de 1960 e 1970 (SILVA, 1982). Com as modificações das relações de trabalho no campo ocasionadas pelas novas técnicas implantadas na agricultura, sucedeu-se uma “[...] consequente deterioração da distribuição de renda no setor agrícola” (SILVA, 1982, p. 29), fato que ilustra uma vez mais os impactos sociais provocados pela modernização.

Sobre as transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho, Silva (1982, p. 62) expõe:

Antes as fazendas produziam quase tudo o que era necessário à atividade produtiva: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalho, bem como a própria alimentação dos seus trabalhadores. Agora não: os adubos, são produzidos pela indústria de adubos, parte dos animais de trabalho foram substituídos pelas máquinas produzidas pela indústria de máquinas e

equipamentos agrícolas, e os alimentos dos trabalhadores são comprados nas cidades.

Desse modo, Silva (1982) atribui uma outra denominação para o processo aqui destrinchado: modernização dolorosa, uma vez que esta representou, como vimos, a introdução de um grande pacote tecnológico no campo voltado para a intensificação da acumulação capitalista, mantendo a desigual estrutura fundiária do país e beneficiando os grandes proprietários em detrimento dos pequenos, agravando as disparidades regionais e ocasionando profundas alterações nas relações sociais de trabalho no campo.

Implementada a modernização no campo, a década de 1980 marcou o início de novos rumos para a agricultura brasileira dentro da economia. Delgado (2012) elucida que tal fato se deu em função do esgotamento do modelo de crescimento adotado pelos governos militares, sendo fundamental para isso a ocorrência de dois fatores: a crise da dívida externa de 1982 e a promulgação da Constituição Federal em 1988.

Segundo Delgado (2012, p. 78):

Os anos de 1982 e 1999 têm algo em comum para o Brasil. São marcos de duas graves crises cambiais, que em cada contexto histórico demarcaram grave desorganização do sistema econômico. Isso pressiona à adoção de ajustes conjunturais, que implicam em forçada reestruturação econômica, tendo em vista atender o constrangimento externo. Nesse contexto, o lugar da agricultura terá papel macroeconômico muito relevante, muito além do tamanho esperado do setor agrícola na contabilidade nacional do Produto Interno Bruto.

O período correspondente às duas crises cambiais aludidas ocorreu em um contexto de grandes mudanças no Brasil, uma vez que o país saiu de um regime ditatorial para o reestabelecimento da democracia. No que tange a economia, o Brasil adentrou em um período obscuro, marcado pelo agravamento da dívida externa e pela desvalorização da moeda nacional, de modo que a agricultura se manteve na mira do Estado, continuando a ser enxergada como uma área vital para a recuperação econômica do país.

Nas palavras de Delgado (2012, p. 78):

A partir do início da década de 1980 a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo. Nesse contexto, o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período.

Delgado (2012) apresenta a tese de que, o período entre a crise de 1982 e a de 1999, constitui-se em um momento de transição no que concerne a exploração capitalista na

agricultura, acarretando em novos elementos para a questão agrária. Campos (2011) elucida que o referido contexto histórico, marcado por profundas mudanças sociais e econômicas, delegou novas funções quanto às estratégias do Estado, este que passou a beber profundamente na fonte do neoliberalismo, de modo que sob o ponto de vista da agricultura abriu-se ainda mais as portas para a penetração do capital no campo. Nesse aspecto, emergiu no Brasil uma nova roupagem para o processo de exploração capitalista na agricultura, denominado de agronegócio, que pode ser compreendido

[...] como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *lócus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificado as múltiplas desigualdades socioespaciais (CAMPOS, 2011, p. 109, grifo da autora).

O contexto histórico brasileiro em que se inicia o enraizamento do agronegócio, na década de 1990, foi marcado por um conjunto de fatores políticos e econômicos imprescindíveis para a materialização da nova forma de exploração capitalista no campo, com destaque para a adoção das reformas liberais (CAMPOS, 2011). Tal fato representou profundas mudanças quanto ao papel desempenhado pelo Estado, o qual cedeu lugar para o agronegócio que, por meio dos grandes grupos internacionais, passou a delimitar quais os projetos a serem desenvolvidos pelos governos.

Ao refletir sobre a função delegada ao Estado no seio do referido contexto histórico, Campos (2011, p. 106) assevera:

[...] o Estado reduz drasticamente seu papel social e econômico, no sentido de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, o que propicia o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio, a intensificação dos processos concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, engendrando múltiplos aspectos socioespaciais.

Seguindo seu raciocínio, Campos (2001) também destaca que, no tocante a política econômica, o agronegócio se coloca como defensor das propostas neoliberais, ocasionando o aumento da acumulação de capital por meio das privatizações, das parcerias público privadas e da redução do papel desempenhado pelo Estado.

Como fruto da agenda neoliberal adotada, assistiu-se a importantes ações direcionadas para facilitar a expansão do agronegócio no país. Nesse cenário, destacam-se os esforços

empreendidos pela chamada Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), voltados para a divulgação do agronegócio e para a articulação de diversos setores que atuaram na defesa desse novo pacote (CAMPOS, 2011).

As medidas adotadas pela ABAG inserem-se em um contexto maior das estratégias adotadas pelo agronegócio visando sua territorialização no Brasil, as quais foram possíveis por meio da materialização de “[...] uma tríplice aliança formada pelo agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país, a partir da década de 1990” (CAMPOS, 2011, p. 121).

Uma das principais estratégias adotadas pelo agronegócio foi a captura da política brasileira, pois através de planos de governo e de alianças com integrantes da política nacional, se buscou intensificar o emparelhamento do Estado aos interesses do capital, evidenciando assim uma das principais características desse novo modo de exploração do campo. Refletindo sobre esse cenário, Campos (2011, p. 119) expõe:

[...] as estratégias políticas eleitorais do agronegócio, tanto de forma unitária quanto setorial, são fundamentais para garantir aprovação de legislações favoráveis, a realização de investimentos estatais que beneficiem direta ou indiretamente o setor, e também para impedir a aprovação de medidas que possam contrariar seus interesses.

No contexto da modernização da agricultura, presenciou-se as profundas modificações no campo proporcionadas por meio das medidas adotadas pelo Estado, obviamente a serviço do capital, entretanto salientamos que tais ações assentavam-se em uma ótica desenvolvimentista, visando o crescimento do país. O esgotamento da modernização e a posterior chegada do agronegócio implicaram em profundas modificações nesse cenário, uma vez que, como destrinchado, houve alterações quanto ao papel desenvolvido pelo Estado, este que enquanto uma estrutura genuinamente capitalista continuou a realizar ações voltadas para facilitar a acumulação de capital no campo. Contudo, o agronegócio passou a exercer o papel de deliberador das estratégias a serem executadas, utilizando-se de medidas voltadas para a intensificação do controle sobre a superestrutura do Estado (executivo, legislativo e judiciário), com o objetivo de eliminar as barreiras que dificultam o processo de acumulação.

As mudanças aludidas, ocorridas no âmbito da agenda neoliberal, não representam a diminuição da importância do Estado nesse processo, pelo contrário, como elucida Ellen Wood (2014), no contexto de intensificação da acumulação capitalista na escala mundial, materializado por meio das medidas neoliberais e da atuação das grandes empresas

multinacionais, o Estado continua sendo um elemento essencial para o funcionamento das engrenagens desse sistema, de modo que as mudanças estão nas novas atribuições, sobretudo no limiar do século XXI.

Considerando o contexto histórico destrinchado, e também compreendendo a nova estratégia de acumulação de capital no campo brasileiro como uma economia do agronegócio, Delgado (2012) enfatiza que no início do século XXI, anos 2000, o agronegócio se fortalece, marcando um novo ciclo que perdura até os dias atuais.

Perante o delineado, Delgado (2012, p. 109) argumenta:

O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio.

E conclui:

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicionais e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012, p. 109).

Esse novo pacto fez emergir a economia do agronegócio, marcado pelas novas ações do Estado voltadas para a agricultura, com o fortalecimento dos complexos agroindustriais, a intensificação da captura da terra e sua sujeição aos imperativos do capital, este que continuou a ampliar seus tentáculos no campo por meio do uso de fertilizantes, defensivos, e maquinários, fato que de acordo com Delgado (2012) evidencia o aumento da influência exercida pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, sendo uma das suas principais raízes o ramo da biotecnologia, o qual, na atualidade, tem se notabilizado pelos altos investimentos na produção de sementes melhoradas.

Tal fato corrobora a assertiva de Lima (2018), segundo o qual com a ampliação da mundialização do capital e o advento do capitalismo financeiro, grandes corporações do agronegócio do ramo de sementes tem se fundido, constituindo megacorporações com o intuito de dominar o setor agrícola, sendo o controle da produção de sementes um elemento essencial para este fim, conforme discutiremos a seguir.

1.2 A aplicação da ciência na agricultura: Revolução Verde e as inovações biotecnológicas na produção de sementes

Como demonstrado, a partir da década de 1960 a agricultura brasileira entrou nos trilhos da modernização, a qual se materializou por meio da aplicação intensa das novas técnicas agrícolas, corporificadas no uso acentuado de fertilizantes, defensivos, sementes melhoradas e maquinários. O pacote tecnológico adotado refletia os preceitos da chamada Revolução Verde, a qual se difundiu sobretudo a partir da década de 1950 e consistiu em

[...] em uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos dependentes das condições naturais e mais dependentes dos insumos e equipamentos artificiais, ampliando muito o mercado de produção e venda desses produtos (CAMPOS, 2011, p. 102)

Embora os ideais da Revolução Verde tenham se disseminado com maior voracidade no período do pós Segunda Guerra Mundial, o embrião desse processo pode ser verificado antes do fim do referido conflito, conforme atestam Andrades e Ganimi (2007, p. 45) ao apontarem que “ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a *Rockfeller* e a *Ford*, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes” (grifos dos autores).

O projeto da Revolução Verde foi um mecanismo pensado pelo capital visando a acumulação, direcionando sua ótica para a produção de alimentos, com destaque para o “trigo, o milho e o arroz, sementes que são a base da alimentação da população mundial” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 45). Tendo como um dos principais nomes o engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug, o qual foi responsável por nortear a aplicação de avanços da ciência na agricultura, iniciou-se um processo de incentivo para uso de agrotóxicos e pesados maquinários no campo (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Todavia, a disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde deve ser compreendida no contexto geopolítico do Pós Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no bojo do conflito político, ideológico e econômico que ficou conhecido como Guerra Fria, ocorrido entre 1945-1991. Conforme Andrades e Ganimi (2007), a disputa ocorrida entre os Estados Unidos e a então União Soviética suscitou, de ambos os lados, a elaboração de estratégias com a intenção de ampliar seus domínios territoriais, uma vez que naquele contexto histórico verificava-se a necessidade, por parte dos demais países do globo, em se aliar ou ao bloco capitalista estadunidense ou ao regime socialista soviético.

Foi nesse contexto que os Estados Unidos, por meio de um discurso político, social e econômico lançou mão dos ideais da Revolução Verde, utilizando a retórica de que a mesma

compreendia um pacote com alta tecnologia voltada para o campo, com a missão de ampliar a produção de alimentos e assim exterminar a fome no mundo (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Segundo Andrades e Ganimi (2007), Antônio Vitor Rosa (1988), na obra “Agricultura e Meio Ambiente”, elucida que a estratégia adotada pelos Estados Unidos se realizou em um contexto no qual o problema da fome se agravava mundialmente, de modo que os estadunidenses, e as grandes empresas capitalistas, temiam que tal fato acarretasse em graves consequências no seio da geopolítica mundial daquele momento histórico, com uma possível ampliação dos territórios sob influência soviética:

O problema da fome tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, e o governo americano e os grandes capitalistas temiam que se tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia ampliar o número de nações sob o regime comunista, particularmente na Ásia e na América Central, tradicionais zonas de influência norte-americana (ROSA, 1998, *apud* ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 21).

Destarte, a Revolução Verde, que se apresentou enquanto um conjunto de técnicas voltadas para o desenvolvimento das forças produtivas no campo, e nesse mesmo sentido para ampliar a produção, mostrou sua verdadeira essência: um instrumento adotado pelo capital com o intuito de ampliar o domínio dos Estados Unidos sobre os demais países, assim como intensificar a acumulação no campo.

Como visto, o discurso apresentado pelos defensores da referida revolução apontava para a necessidade de implantar de forma intensa as inovações tecnológicas na agricultura, a fim de proporcionar um aumento na produção de alimentos para combater a fome em todo o mundo (ROCES, 2011). Nesse sentido, a Revolução Verde trouxe para o cerne do debate a necessidade de se estreitar as relações entre agricultura e ciência, de modo a implementar na primeira os avanços tecnológicos desenvolvidos no âmbito da segunda.

Tal fato rememora os apontamentos que Kaustsky (1980) fizera no século XIX, em que ao analisar a agricultura europeia naquele contexto histórico, aludiu ao fato da ciência estar adentrado no setor agrícola, imprimindo nele alguns traços de elementos considerados modernos para a época, como a utilização da máquina a vapor e os avanços da ciência no que se refere aos agentes biológicos ligados à fertilidade do solo.

Com a Revolução Verde, as relações entre ciência e agricultura tornaram-se bastante próximas, de modo que os anseios preconizados pelos defensores da dita Revolução passaram a ser implantados no campo, com destaque para o melhoramento genético de sementes, proporcionado por meio do avanço da ciência na área das biotecnológicas, haja vista que as

sementes apresentavam-se como um elemento essencial no seio das novas técnicas voltadas para a modernização do campo.

Nesse aspecto, ao refletir sobre os rebatimentos espaciais do pacote da Revolução Verde, Lima (2018) destaca os impactos ambientais e sociais ocasionados por ela, sobretudo no que concerne a manipulação de sementes em laboratório e sua consequente disseminação pelos distintos espaços do globo. Nas palavras de Lima (2018, p. 03):

A famigerada Revolução Verde, balizada na disseminação de sementes confeccionadas em laboratório, agrotóxicos e máquinas agrícolas, foi pródiga em impulsionar a produção de alimentos. Abriu-se um perigoso precedente para a aceleração da agressão social e ambiental, ao se empregar um conjunto de insumos químicos que conduziram à simplificação dos agroecossistemas – com o amplo uso de herbicidas, pesticidas, inseticidas e fertilizantes químicos – além da produção *ex situ* (em laboratório), patentização e mercantilização de organismos vivos, como as sementes híbridas (grifo do autor).

Conforme exposto, a Revolução Verde representou o advento de uma acumulação de capital ainda mais voraz na escala mundial. No tocante especificamente à questão das sementes, haja vista sua importância para a reprodução social, vemos que as mesmas foram transformadas em mercadorias, voltadas para subordinar o uso da terra e as relações de trabalho ao capital:

A mundialização do capital catapultou a mercantilização das sementes, cujo volume não encontra paralelo similar na história humana. Esses organismos vivos, já tratados como mercadoria durante a Revolução Verde, tornaram-se uma das dimensões mais lucrativas das quatro principais megacorporações do ramo agroquímico, que hoje exercem o controle de mais de 60% da oferta global de sementes (LIMA, 2018, p. 10).

O controle sobre a produção de sementes tornou-se, ao longo das últimas décadas, um elemento estratégico sob o ponto de vista da monopolização do território (OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, as corporações empresariais sementeiras têm adotado ferramentas a fim de disseminar com mais intensidade as sementes do agronegócio, essas que são protegidas por poderosas patentes, garantindo para as corporações a manutenção da acumulação de capital, confirmando a tese de Mascaro (2013) o qual assevera que, nas formas sociais da reprodução capitalista, o Estado se utiliza da superestrutura jurídica e estabelece os vínculos contratuais, mecanismo fundamental para o processo de troca de mercadorias, sendo as patentes um elemento integrante desse processo.

Nesta perspectiva, Roces (2011, p. 13) afirma que as sementes do agronegócio são “[...] *patenteadas por monopolios, y su uso da lugar a dependencia tecnológica y altos costos de producción, así como a la acumulación en manos de pocos productores industriales y a que las*

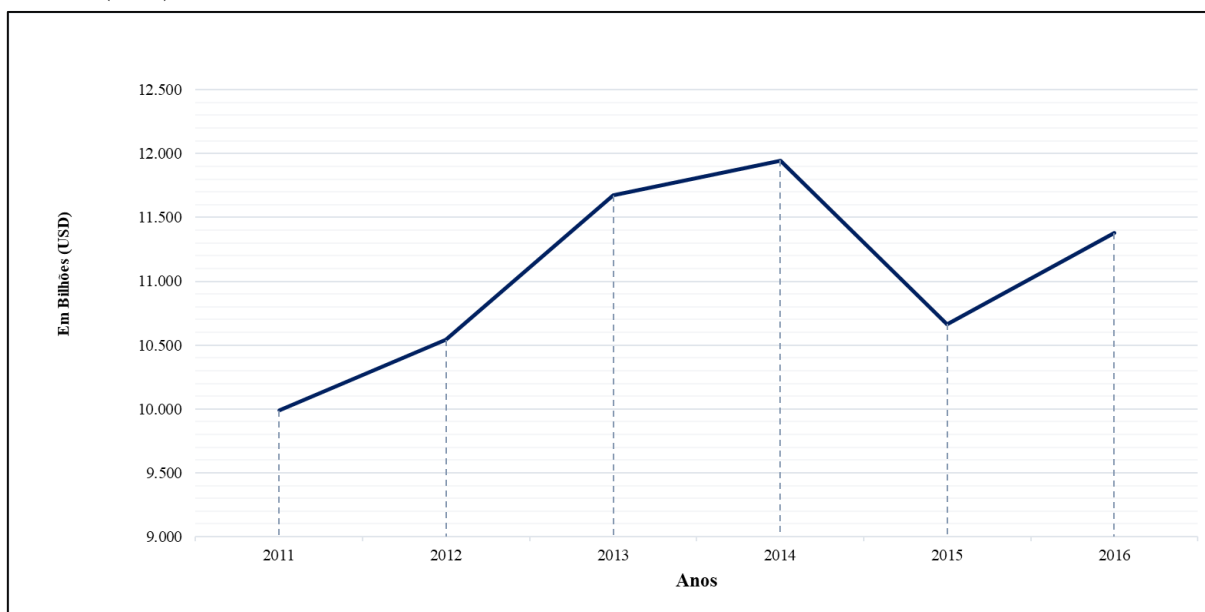
corporaciones transnacionales tengan el control de las semillas y las mejores tierras”. Conforme aludido anteriormente, o controle da produção de sementes é a chave que o agronegócio possui para subordinar aos seus imperativos o processo produtivo no campo, monopolizando o território e transformando as relações de trabalho.

Lima (2018) enfatiza que a emergência do mercado mundial de sementes tem levado as corporações empresariais sementeiras a adotarem medidas ainda mais frenéticas visando a ampliação desse mercado. Dentre essas ações, destacamos as gigantescas fusões e a formação de grupos multinacionais ainda mais poderosos, que objetivam alargar a sua hegemonia, de modo a estabelecer um controle mais rígido sobre a produção no campo, conforme apontam Campos e Campos (2007, p. 01):

[...] as atividades agropecuárias vêm sendo cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que atuam em escala mundial determinando o que, quanto, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos de origem vegetal e animal.

A produção das sementes do agronegócio por parte dessas corporações empresariais sementeiras revela-se, sob a ótica do mercado mundial, como um lucrativo negócio, que segundo dados da International Seed Federation – ISF (2016) movimentava bilhões de dólares anualmente, conforme pode-se verificar na Figura 01:

Figura 01: Valor obtido por meio das exportações de sementes em todo o globo (2011-2015) – em bilhões (US\$).



Fonte: ISF (2016).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

Os dados da Figura 01 apresentam o quantitativo de dinheiro, em bilhões de dólares, obtido por meio das exportações de sementes considerando a escala mundial, no período recente de 2011 a 2016. Considerando-se o período de 2011 a 2014, verifica-se um crescimento do valor obtido, com um declínio no ano de 2015 e posterior ascensão em 2016. Ao todo, houve a obtenção de um montante de mais de 65 bilhões de dólares no período, o que evidencia como o mercado mundial de sementes constitui-se em um negócio extremamente lucrativo e valioso para o capital.

Os rebatimentos espaciais provocados pela emergência e consolidação do mercado mundial de sementes, elemento fruto da mundialização do capital e surgimento das corporações empresariais sementeiras, engendraram impactantes mudanças no setor produtivo nos diversos espaços agrários do mundo. Tais modificações, materializadas por meio do desenvolvimento das forças produtivas, teve como uma das principais facetas a adoção de pacotes biotecnológicos, os quais foram impulsionados pela Revolução Verde e cuja utilização recrudescceu ao longo dos últimos anos.

É o caso do Brasil, que a partir da modernização da agricultura e posterior abertura à economia do agronegócio, absorveu um grande aparato biotecnológico voltado para o campo, dando continuidade, com novas roupagens, ao processo iniciado na década de 1960, sendo a produção de sementes uma das áreas mais desenvolvidas, a qual fez o país assumir uma posição de destaque no âmbito mundial, conforme discutiremos no item a seguir.

1.3 A mundialização do capital e o mercado mundial de sementes: um olhar para contexto brasileiro

A mundialização do capital, como já discutido, emerge no bojo da década de 1960/1970 como uma leitura das mudanças que ocorriam no âmbito da economia mundial, em consequência da agenda pregada pelo neoliberalismo, este que se caracteriza como “uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Conforme Oliveira (2011, p. 11), a corrente neoliberal pode ser entendida como

[...] uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial.

Com o discurso voltado para necessidade de se buscar a redução do tamanho do Estado, e conseqüentemente promover a não interferência dele na dinâmica da economia, de forma a

instituir um mercado auto regulador e livre de qualquer amarra, a agenda neoliberal atingiu as diversas searas cotidianas da sociedade, dentre as quais o mundo acadêmico, que através de um discurso econômico, político e cultural foi sendo moldado pelo/para o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2016).

Perante o exposto, Oliveira (2016, p. 95) destaca a figura de François Chesnais, economista francês que “formulou o conceito de mundialização, exatamente em decorrência da presença do neoliberalismo no mundo acadêmico”. Desse modo, “o conceito de mundialização nasceu no mundo acadêmico visando explicar os elementos fundantes deste novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo” (OLIVEIRA, 2016, p. 95).

Nesse aspecto, Oliveira (2016, p. 95), a partir da contribuição de Chesnais, discorre que a mundialização do capital foi constituída mediante a formação de uma aliança, ocorrida no interior da classe burguesa capitalista mundial, que promoveu “a remoção dos entraves nacionais e a construção de uma consciência mundial fundada nos interesses comuns e na cooperação entre as burguesias nacionais”. Assim, o referido autor argumenta que

[...] a mundialização do capitalismo monopolista amalgamou em escala mundial o capital distribuído entre os diferentes países. A construção dessa nova hegemonia foi possível, de um lado, em decorrência da emergência dos Estados Unidos como, praticamente única potência militar e econômica do mundo, e de outro, pelo processo de consolidação dos novos oligopólios internacionais: as empresas mundiais (OLIVEIRA, 2016, p. 95-96).

Destarte, a consolidação do referido processo somente foi possível em decorrência de três fatores: i) da necessidade em se promover, à nível mundial, uma movimentação de capitais⁴; ii) do desejo em se proporcionar uma ampliação da produção capitalista em todo o globo; iii) das ações desenvolvidas pelos governos em nível global como consequência dos dois movimentos mencionados, assim como em função da necessidade de se realizar a intervenção estatal na economia (OLIVEIRA, 2016, p. 96).

Ancorado nessas três condicionantes, o capital encontrou o sustentáculo para realizar a articulação entre os diferentes capitais disseminados nos diversos espaços do mundo, necessitando para tal das ações realizadas pelos Estados que, contraditoriamente ao preconizado pelo neoliberalismo, exerceu um papel essencial para mundialização do capital, e neste sentido, para a expansão e fortalecimento das multinacionais, conforme aponta Oliveira (2016, p. 98-99):

⁴Tal fato foi condicionado pela “necessidade de reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial” (OLIVEIRA, 2016, p. 96).

[...] a raiz das novas alianças entre os Estados nacionais e as empresas multinacionais reside no fato de que elas necessitam do Estado nacional para o enfrentamento da mundialização, mas, para se mundializarem, os Estados nacionais necessitam das empresas monopolistas mundializadas para conseguirem sua legitimidade.

A reflexão acima exposta evidencia a importância do Estado para o surgimento, disseminação e consolidação do capital mundializado, bem como para a concretude da hegemonia imposta pelas multinacionais. Nessa perspectiva, nota-se a reafirmação da importância do Estado para a reprodução do capital, corroborando a assertiva de Wood (2014, p. 29), segundo a qual “o Estado-nação foi um instrumento indispensável no processo de difusão dos imperativos capitalistas”.

Ao questionar as visões que apontam para o declínio do papel desempenhado pelo Estado-nação no interior da economia mundializada, Wood (2014) discorda dessa ótica argumentando que, na realidade, o que tem se presenciado é um processo antagônico, pois os Estados têm assumido posições cada vez mais essenciais perante a mundialização do capital.

Seguindo nesse raciocínio, a autora disserta:

Somos constantemente informados de que, hoje, com a globalização da economia capitalista, o Estado-nação já não desempenha os papéis essenciais de antes e está cada vez mais se tornando irrelevante. Mas nenhuma organização multinacional chegou perto de assumir as funções essenciais na manutenção do sistema de propriedade e da ordem social, muito menos a função de coerção que está na base de todas as outras. Não existe forma concebível de “governança global” capaz de oferecer o tipo de regularidade diária das condições de acumulação de que o capital necessita. O mundo hoje, na verdade, é mais do que nunca um mundo de Estados-nação (WOOD, 2014, p. 27).

No contexto atual, o Estado adquire novas funções, intensifica a elaboração de mecanismos para uma melhor fluidez da acumulação e reitera sua importância para a expansão do capital. Perante o delineado, destacamos as reflexões de Mascaro (2013, p. 17-18) para quem o Estado, tal como se apresenta atualmente, é uma manifestação “especificamente moderna, capitalista”, um instrumento “necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada”. Trata-se da manutenção da natureza do Estado moderno, o qual é uma estrutura enraizada no capital.

Ancorado nessa reflexão, e resgatando os três pilares sobre os quais se sustentou a mundialização do capital, Oliveira (2016, p. 99) conclui que os referidos processos, voltados para a “necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista mundial

e a existência de ações de governos em nível mundial, estão na base da formação do mercado mundial”.

O espriar da mundialização acarretou grandes mudanças nos diferentes setores produtivos, dentre os quais destacamos a agricultura, campo vital para a reprodução social da vida e que com a disseminação do capitalismo monopolista e do neoliberalismo sofreu grandes transformações (OLIVEIRA, 2016). Nesse contexto, Oliveira (2016) destaca que a penetração de ambos os processos na agricultura gerou impactos que podem ser sistematizados em quatro níveis:

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em **primeiro lugar**, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em **segundo lugar**, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. Em **terceiro lugar**, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em **quarto lugar**, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (OLIVEIRA, 2016, p. 13, grifos nossos).

Os ideais preconizados pelo neoliberalismo, alinhado com o capital mundializado, recrudesceu os ataques contra a agricultura camponesa e realizou mudanças nas ações governamentais no que tange a questão alimentar, delegando às multinacionais o papel de exercer o controle sobre essa área, ratificando tal decisão mediante o surgimento de organizações criadas para exercer, a nível mundial, o papel de reguladora das relações comerciais entre os países. Diante desse cenário, Oliveira (2016, p. 123) constata que a agricultura “passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”.

Discernindo sobre os três elementos componentes do referido tripé, Oliveira (2016) elucida que o primeiro “teve como objetivo transformar toda produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial” (OLIVEIRA, 2016, p. 123, grifo do autor); o segundo, por sua vez, compreende “as bolsas de mercadorias e futuro que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*” (OLIVEIRA, 2016, p. 124, grifo do autor); por fim, o terceiro aspecto da tríade envolve a “formação das empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), que permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do campo” (OLIVEIRA, 2016, p. 125, grifos do autor).

Os aspectos apresentados permitiram a ascensão de corporações empresariais do agronegócio do ramo de alimentos, que por meio de grandes fusões vem, paulatinamente, ampliando domínio sobre este setor produtivo e expandindo seu domínio sobre a agricultura mundial, sendo tais fatos possibilitados pelas políticas gestadas e implementadas pelos Estados, que atuam como facilitador da acumulação.

Nas entranhas do processo de emergência, expansão e consolidação das corporações empresariais do agronegócio, sobretudo àquelas voltadas para produção de *commodities*, situam-se dois movimentos resultantes do desenvolvimento do capital e que estão totalmente atrelados com o crescimento da acumulação e surgimento das grandes empresas multinacionais. Tratam-se dos processos de concentração e centralização de capital, os quais são definidos e analisados por Marx (1996) no capítulo 23 do livro 2 de “O Capital”.

De acordo com Marx (1996), a concentração de capital engloba os meios de produção, a força de trabalho e a concorrência, estando ela condicionada ao desenvolvimento econômico, uma vez que o aumento da riqueza social é condição necessária para a materialização do processo de concentração. Desse modo, impulsionada pelo desenvolvimento econômico, e consequentemente pela ampliação da riqueza social, os capitais maiores se fortalecem, enquanto os menores entram em um estágio de crescimento, proporcionando assim uma concentração de vários segmentos da economia, conforme narra o próprio Marx (1996):

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital global da sociedade (p. 256-257).

Diferente da concentração, o processo de centralização de capital não está condicionado à ocorrência do desenvolvimento econômico, e neste sentido ao aumento da riqueza social. Por este motivo, na centralização ocorre a junção de capitais já constituídos, de modo que os maiores e mais bem desenvolvidos absorvem os menores (MARX, 1996).

Discorrendo sobre o processo de centralização, Marx (1996, p. 257) assim o define:

É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se

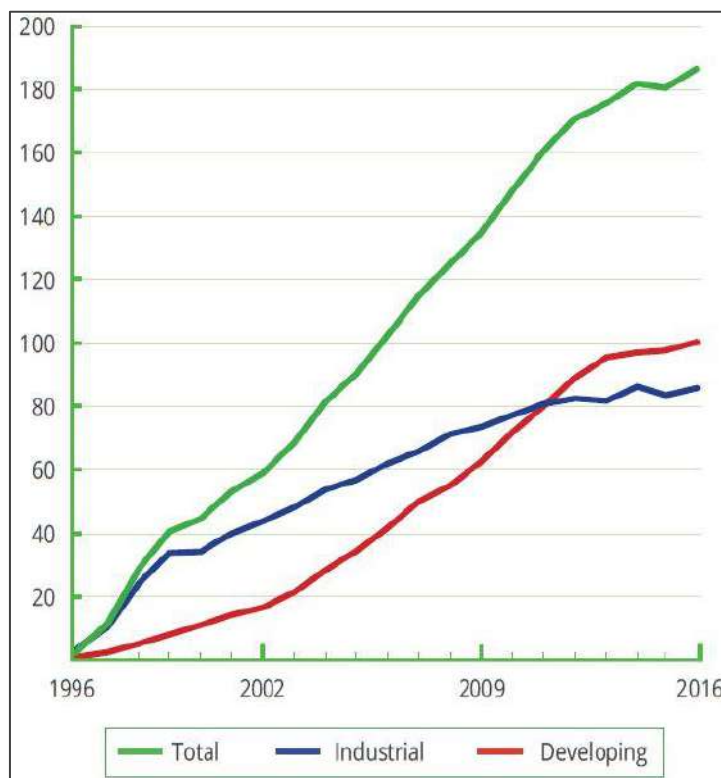
distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração.

No contexto atual da acumulação capitalista, sobretudo no seio do agronegócio, a centralização aparece como um processo bastante presente, que se materializa por meio das fusões entre empresas multinacionais, fazendo surgir corporações de magnitudes gigantescas, as quais são possuidoras de um grande domínio no que diz respeito ao processo produtivo agrícola mundial, exercendo também seu controle sobre os grupos empresariais de menor envergadura.

Desse modo, a compreensão dos processos de concentração e centralização de capital são fundamentais para o entendimento da presente fase de expansão do capitalismo, sobretudo no espaço agrário mundial, permitindo assim a leitura dos movimentos que estão sendo realizados pelos grupos multinacionais. Na conjuntura atual, uma das principais investidas das grandes empresas do agronegócio tem sido as ações direcionadas para o setor de sementes, uma vez que se trata de um insumo basilar no âmbito da agricultura, de modo que o controle da sua produção se caracteriza como um aspecto fundamental para o comando das atividades agrícolas. Tal fato vem acarretando, como já apontado, na formação de um mercado mundial de sementes, lógica que envolve a produção de *commodities* e a inserção destas no âmbito do capital financeiro, por meio das bolsas de valores.

A fim de ampliar os lucros obtidos no seio do mercado mundial de sementes, corporações empresariais sementeiras têm intensificado a aplicação de pacotes tecnológicos na agricultura, com o objetivo de desenvolver as forças produtivas e assim aumentar a produção. Nesse contexto, situamos as sementes híbridas (resultantes do cruzamento entre sementes de variedades distintas, mas, do ponto de vista biológico, organismos da mesma família) e os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), os quais compreendem as sementes que sofreram alterações em seu material genético, tornando-as mais resistentes a pragas e proporcionando uma maior produtividade em termos quantitativos (OLIVEIRA, 2016). Esses organismos vêm sendo disseminados com extrema voracidade no espaço agrário mundial, abrangendo parcelas maiores das áreas agricultáveis do mundo (Figura 02).

Figura 02: Área mundial agricultável ocupada com insumos biotecnológicos (1996-2016) – em milhões de hectares.



Fonte: ISAAA (2016).

A Figura 02, fruto do relatório publicado em 2016 pelo International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA), ilustra a evolução da área mundial ocupada com o cultivo de insumos biotecnológicos entre os anos de 1996-2016, diferenciando o crescimento registrado nos países ditos desenvolvidos (denominados de industriais) e nos países em desenvolvimento. Em ambos os casos, se verifica uma constante ascensão, sendo que a partir de 2011 os países em desenvolvimento passaram a dispor de uma maior área agricultável ocupada com insumos biotecnológicos, com aproximadamente 100 milhões de hectares, evidenciando a estratégia adotada pelo capital de monopolizar o território desses países a fim de tornar os mesmos um mercado privilegiado para as multinacionais, como se verifica na publicação feita pelo ISAAA (2018, p. 01):

As more developing countries, now 19 in total including India, Pakistan, Brazil, Bolivia, Sudan, Mexico, Colombia, Vietnam, Honduras, and Bangladesh have increased their biotech crop area and continue to allow farmers to adopt biotechnology in food production, smallholder farmers see the direct improvements this offers, allowing them to provide better lives for themselves and their families. In fact, developing countries now account for 53 percent of the global biotech area planted. From 1996-2016, PG Economics reported biotech crops provided \$186.1 billion in economic gains to some 17

million farmers, many of whom are female, smallholder farmers solely responsible for the livelihood of their families and communities.

Com o discurso de proporcionar para os pequenos agricultores uma melhoria nas condições de vida, através da adoção dos pacotes biotecnológicos oferecidos pelas multinacionais, revelam-se alguns dos mecanismos adotados pelo capital para monopolizar o território e sujeitar a renda da terra dos países periféricos.

Considerando-se o ano de 2015, os dados do ISAAA (2016) identificaram que 11% da área agricultável no mundo estava ocupada com insumos biotecnológicos, um percentual considerável levando-se em conta que estamos tratando da escala global. Destaca-se também, nesse processo, o ressurgimento dos discursos da Revolução Verde, que pregava a necessidade de se modernizar a agricultura a fim de alavancar a produção de alimentos e combater a fome no mundo. No contexto da mundialização, tal retórica se faz presente e ganha novos contornos, porém, mantém a mesma essência, como pode ser comprovado por meio da fala de Graham Brookes, diretor da PG Economics, empresa britânica que fornece serviços de consultoria sobre biotecnologia para setores o agronegócio:

Global food insecurity is a huge problem in developing countries, with around 108 million people in food crisis-affected countries still at risk or experiencing food insecurity. [...] We have seen for more than 20 years now how crop biotechnology adoption in developing countries has contributed to higher yields, more secure production, and increased incomes greatly contributing to decreasing poverty, hunger and malnutrition in some regions of the globe most prone to these challenges (ISAAA, 2018, p. 01).

Conforme observado no discurso de Graham Brookes, as falácias advindas da Revolução Verde continuam a serem utilizadas como marketing pelos grupos multinacionais que monopolizam, não só as terras e o mercado de sementes, como também a produção mundial de alimentos, sendo os espaços agrários dos países considerados periféricos, ou em desenvolvimento, um *locus* ideal para a produção de *commodities*.

Nesse debate sobre a posição ocupada pelos países subdesenvolvidos no âmbito do capitalismo mundial, Marini (2013) traz importantes contribuições para o entendimento dessa questão, com ênfase na realidade da América Latina, pois segundo o referido autor “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial (MARINI, 2013, p. 47)”.

Seguindo nesse raciocínio, Marini (2013) destaca que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo e a expansão desse sistema no espaço mundial, delegou aos países da América Latina, sobretudo a partir do século XIX, o papel de serem economias

arraigadas no modelo exportador, estando subordinada às consideradas economias centrais, estabelecendo assim uma relação de dependência e sujeição. De acordo com o referido autor:

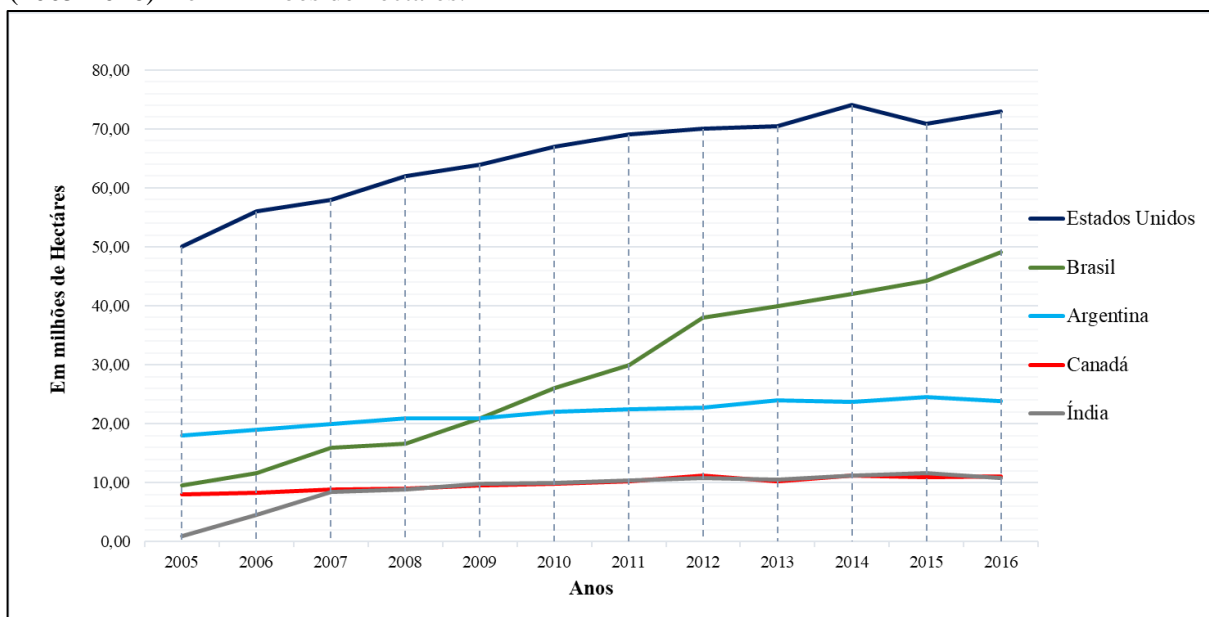
[...] com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela da ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (MARINI, 2013, p. 52).

À luz das reflexões desenvolvidas por Marini (2013), torna-se evidente o recrudescimento da posição ocupada pelos países latino-americanos no contexto do capitalismo mundial, de serem economias periféricas subservientes aos ditames das economias centrais. Nesse cenário, a posição ocupada pela América Latina serve como norte para que se possa compreender o papel delegado aos demais países subdesenvolvidos do mundo, os quais juntamente com a América Latina são tidos como espaços possuidores de grande potencial para a implantação de um agronegócio pautado no mercado mundial de sementes.

Essa conjuntura, notadamente marcada pela alta produção de sementes e sua inserção na lógica das *commodities*, já se constitui como uma realidade no contexto brasileiro, sendo resultado de um processo gestado a partir da modernização da agricultura, na qual já se realizava pesquisas voltadas para o melhoramento de sementes, fato que se constituiu enquanto um importante insumo moderno, considerando obviamente aquele momento histórico (GONÇALVES NETO, 1997).

Com a superação da modernização e a posterior entrada do país na economia do agronegócio, intensificou-se o avanço do capital no campo brasileiro e se ampliou a produção, fato que acarretou na posição que país passou a ocupar no mercado mundial de sementes, tornando-se um grande produtor de *commodities* e alcançando o posto de segundo país, no mundo, com a maior área agricultável ocupada com insumos provenientes do pacote biotecnológico, com destaque para o plantio de sementes transgênicas, como se verifica na Figura 03.

Figura 03: Área com cultivo de transgênicos entre os cinco principais países produtores do mundo (2005-2016) – em milhões de hectares.



Fonte: ISAAA (2016).

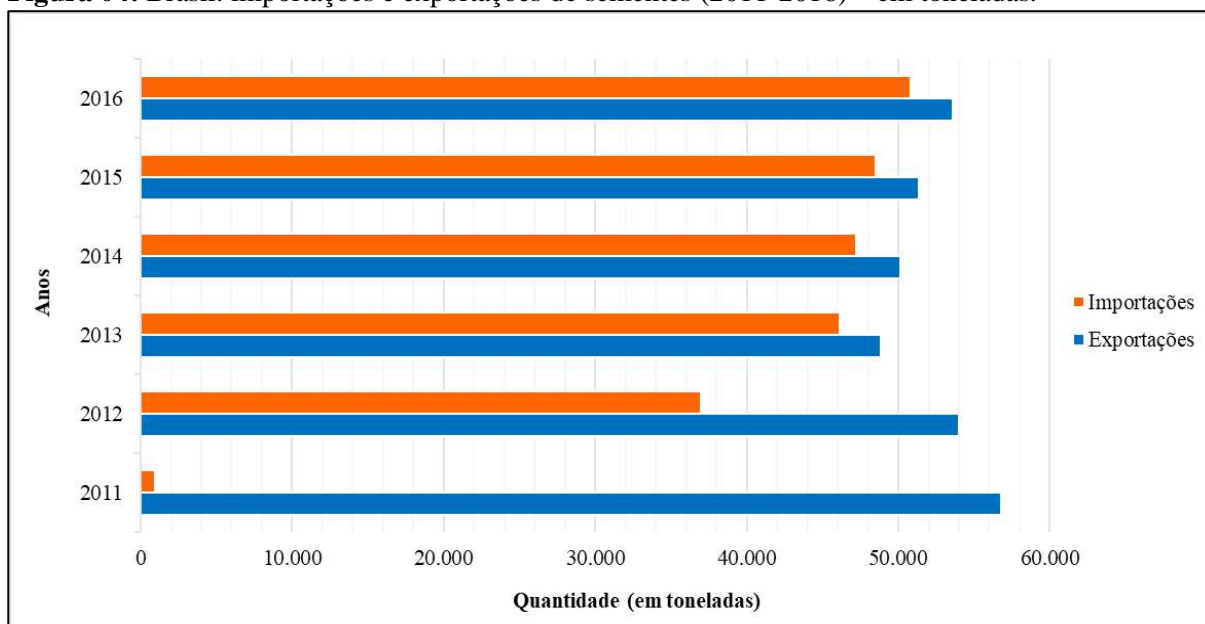
Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

Adaptado de: Consumo Responsável (2016).

A Figura 03 revela o colossal crescimento, no Brasil, das áreas ocupadas com cultivos de sementes transgênicas, no período de 11 anos (2005-2016): de uma área de aproximadamente 10 milhões de hectares, em 2005, para quase 50 milhões de hectares em 2016, um aumento de aproximadamente 40 milhões ha., fazendo o país ocupar o segundo lugar dentre as maiores áreas cultivadas com insumos biotecnológicos no mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos (70 milhões ha.). Argentina (23,80 milhões ha.), Canadá (11,10 milhões ha.) e Índia (10,80 milhões ha.) completam, considerando apenas os dados de 2016, o *top five*.

De acordo com Oliveira (2016), as principais *commodities* brasileiras são a soja, o milho e algodão, e como coadjuvantes figuram as produções de feijão, cana-de-açúcar e eucalipto, fato que coloca o Brasil como um grande polo exportador do agronegócio, mas também como um importante centro importador, sobretudo de sementes, como pode ser visto na Figura 04.

Figura 04: Brasil: importações e exportações de sementes (2011-2016) – em toneladas.



Fonte: ISF (2016).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

Analisando os dados da Figura 04, verifica-se um considerável aumento no quantitativo de importações de sementes realizados pelo Brasil: de 946 toneladas, em 2011, para 50.795 toneladas em 2016, um aumento de aproximadamente 5.000%. A Figura 04 revela também que o crescimento mais acentuado ocorreu entre 2011 e 2012, mantendo-se em ascensão até o ano de 2016, resultando em um total de 224.564 toneladas em todo o período, evidenciando que as sementes do agronegócio têm entrado e se disseminado em alta escala no campo brasileiro.

Em relação às exportações, o período de 2011 a 2013 registrou uma leve queda desse quantitativo, voltando a crescer a partir de 2014 e resultando em um total de 314.735 toneladas de sementes exportadas no período (2011-2016), o que corrobora a posição do Brasil, a nível mundial, como um grande produtor e exportador de *commodities*.

De acordo com dados da ISF (2016), com as importações de sementes realizadas pelo Brasil, entre 2011 a 2016, houve a movimentação de 771 milhões de dólares, ao passo que com as exportações obteve-se o quantitativo de 986 milhões (US\$). Os dados apresentados, relativos ao Brasil, corroboram a assertiva de Lima (2018, p. 05) que, ao analisar esse processo considerando a escala mundial, destaca: “o crescimento do mercado global de sementes transforma países portadores de rica agrobiodiversidade em natos importadores de sementes”.

Perante o quadro delineado, a consolidação do mercado mundial de sementes tem provocado grandes alterações na produção de alimentos, uma vez que as sementes passaram a ser tratadas como “uma mercadoria com preços determinados pela dinâmica especulativa global

e que, não necessariamente, são produzidos para atender a demanda alimentar” (LIMA, 2018, p. 10).

Nesse aspecto, além de atentar contra a produção de alimentos, o mercado mundial de sementes tem representado uma grande ameaça para camponeses e povos tradicionais, uma vez que as corporações empresariais sementeiras têm orquestrado esforços para impor sua lógica de produção, e consequentemente as sementes do agronegócio, culminando na expropriação dos trabalhadores camponeses das condições necessárias a sua reprodução social. Para tal, como de praxe, essas corporações contam com a anuência do Estado, que em todo o processo histórico de entrada e intensificação da acumulação capitalista na agricultura tem sido um grande aliado do capital, oferecendo as condições necessárias para que o mesmo se difunda, provocando transformações no espaço.

1.4 Os rebatimentos da mundialização do capital e da modernização da agricultura na produção do espaço geográfico

Conforme debatido até aqui, o processo de mundialização provocou mudanças na estrutura do sistema capitalista em âmbito mundial, cujos reflexos se materializam nos diversos setores da economia, dentre os quais a agricultura, que no contexto da expansão e intensificação do capital mundializado, tornou-se um uma área estratégica para ampliação da acumulação capitalista.

Com o fenômeno da mundialização na agricultura abriu-se o caminho para o surgimento, expansão e consolidação de corporações empresariais do agronegócio, que por meio de um grande investimento no desenvolvimento das forças produtivas, buscam alargar as áreas cultivadas e ampliar a produção no campo, de modo a obter quantitativos maiores de lucro. Para tal, o investimento em pacotes biotecnológicos tem se intensificado, notadamente o melhoramento genético de sementes, o uso de fertilizantes químicos e de maquinários portadores de alta tecnologia.

Esse processo de expansão e intensificação da acumulação capitalista, sobretudo na agricultura, assenta-se, dentre outros elementos, na relação sociedade-natureza, uma vez que é a partir do contato com a natureza, e da exploração dos recursos inerentes a ela, que a sociedade obtém as matérias primas necessárias para a sua reprodução. Nesse contexto, a ampliação da relação social de produção capitalista, ao se apropriar da natureza, provoca transformações na mesma e consequentemente na estrutura espacial.

Ao refletir sobre os rebatimentos ocasionados por meio da relação entre o capital e a natureza, e as diferentes visões sobre esse processo, Smith (1988, p. 27) explicita que:

Mais que qualquer outro acontecimento conhecido, a emergência do capitalismo industrial é responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a natureza. Tanto para o apologista quanto para o detrator, a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza.

Como destacado por Smith (1988), com o surgimento e expansão do capitalismo industrial, ocorreu um movimento de intensificação da exploração dos recursos naturais, fato que proporcionou a emergência de diferentes óticas sobre o referido processo, porém, todas possuindo o mesmo entendimento de que o capitalismo provoca grandes transformações na natureza, esta que segundo Smith (1988, p. 28) pode assim ser entendida:

A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina.

No âmbito do capital, a natureza é cooptada e inserida na lógica da acumulação, uma vez que ela é condição necessária para a sobrevivência desse modo de produção, pois fornece a matéria prima, o elemento basilar para o fabrico das mercadorias. A partir disso, o capitalismo fortalece a sua estrutura, amplia seu raio de abrangência e recrudesce a exploração da força de trabalho.

Nessa perspectiva, Smith (1988, p. 88) é enfático ao elucidar o processo de apropriação da natureza pelo capital:

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista.

Na busca por obter cada vez maiores quantitativos de lucro, o capital procura a todo instante expandir o seu domínio, a fim de tornar-se o modo de produção hegemônico na escala mundial. Desse modo, o “sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p. 43).

Ao se apropriar da natureza e expandir-se de forma cada vez mais frenética, o capital vai se reproduzindo de maneira desequilibrada, gerando desse modo desigualdades entre os distintos espaços em que impera essa relação social de produção, impactando diretamente na relação sociedade-natureza. Perante esse quadro, Smith (1988, p. 67) realiza a seguinte reflexão:

Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais de desenvolvimento desigual. No nível mais abstrato, todavia, é na produção da natureza que se fundem e se unem os valores-de-uso e os valores-de-troca, e o espaço da sociedade.

Smith (1988) aponta que, por meio da exploração capitalista, há um processo de produção da natureza e conseqüentemente do espaço, pois como narra o referido autor, “a menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza (SMITH, 1988, p. 109).

Seguindo nesse raciocínio, Smith (1988, p. 130) define o espaço geográfico como

[...] a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvido e desenvolvido, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico com um todo.

Conforme elucidado por Smith (1988), o espaço geográfico, fruto da exploração capitalista da natureza, é reflexo da relação social de produção pautada no capital, sendo desse modo um elemento que está para além das partes, compreendendo assim o todo. É o palco que apresenta a materialidade da relação sociedade-natureza sob a lógica capitalista, esta que por meio do desenvolvimento das forças produtivas busca sempre intensificar a acumulação.

Através dos investimentos realizados para desenvolver os meios de produção, o capital busca acelerar a realização da mais-valia mediante a supressão do espaço pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, tese apresentada por Harvey (2005) na obra “A produção capitalista do espaço”. Nas palavras do autor:

[...] a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução de comunicação e transporte (HARVEY, 2005, p. 50).

Nesse processo de encurtamento do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, e o conseqüente aumento da quantidade de lucro obtido, o capital amplia seus tentáculos e adquire maior robustez para dar seguimento a sua insaciável sede por mais-valia, buscando abarcar novas áreas para exploração. Desse modo, o movimento de expansão do capital se materializa, como já citado, de forma desigual entre os distintos espaços, sendo tal fato uma face característica dessa relação social de produção, como delineia Smith (1988, p. 131) ao versar sobre a produção espacial no âmbito do capitalismo:

O espaço não é igualizado fora da existência, nem é diferenciado infinitamente. Antes, o padrão resultante é o do desenvolvimento desigual não num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo.

A partir do desenvolvimento desigual, o capital faz com que alguns espaços possuam uma maior relevância econômica e uma melhor fluidez do que outros. Tal assertiva é fundamental para a compreensão do capitalismo no contexto mundial, em que os países desenvolvidos são os possuidores do poder econômico, sujeitando e colocando os países subdesenvolvidos em uma condição de subserviência.

A luz dessa reflexão, vemos que o desenvolvimento desigual está na base da divisão internacional do trabalho, uma vez que os países centrais ocupam uma posição de comando na esfera produtiva mundial, enquanto que aos países periféricos foi delegado o papel de sujeição no que se refere as funções a serem desempenhadas no processo produtivo global.

Os rebatimentos espaciais provocados pelo desenvolvimento do capitalismo se materializam de forma intensa no âmbito da agricultura, uma vez que, como destrinchado ao longo do capítulo, no seio da mundialização do capital, com a disseminação das biotecnologias do agronegócio, sobretudo as sementes, os países periféricos e possuidores de uma rica biodiversidade são vistos como espaços ideais para a introdução desses pacotes biotecnológicos, cujo objetivo consiste em tornar tais países em grandes produtores e exportadores de *commodities*.

Nesse sentido, o avanço do domínio exercido pelas multinacionais do agronegócio, sobretudo pelas corporações empresariais sementeiras, acarreta em grandes transformações na relação sociedade-natureza dos países periféricos. Desse modo, o entendimento da produção espacial ocasionada pelo capitalismo se constitui como um elemento essencial para se compreender as engrenagens presentes na estrutura do capital e como estas se materializam nos diferentes espaços.

A partir das reflexões realizadas ao longo deste capítulo, ilustramos como o capital penetrou no campo brasileiro por meio da modernização da agricultura e como esse processo, marcado por seu conservadorismo que modificou a base técnica e manteve a estrutura agrária, gradativamente impulsionou o país para a condição de importante produtor de *commodities* na escala mundial, sobretudo na seara das sementes, fato que se ampliou com a emergência da economia do agronegócio.

Essas mudanças ocorridas na agricultura brasileira se inserem em um conjunto de transformações ocorridas mundialmente, possibilitadas por meio da mundialização do capital, que através da concentração e centralização, propiciou o surgimento de grandes grupos do agronegócio, com destaque para as corporações empresariais sementeiras, que passaram a atuar monopolizando os territórios dos países periféricos, caso do Brasil, possuidor de uma rica biodiversidade, um espaço ideal para a reprodução do agronegócio.

Esse movimento do capital, ao se disseminar mundialmente, amplia a exploração da natureza, realiza uma produção espacial e ocasiona transformações nas relações de trabalho, no campo e na cidade. Dentro desse processo, destacamos os rebatimentos que afetam o campesinato, classe que se caracteriza por seus conhecimentos únicos, saberes estes que os capitalistas buscam suplantar, contudo os trabalhadores camponeses continuam a seguir sua trajetória de lutas e resistências, as quais foram construídas ao longo da história e materializadas no espaço por diferentes formas, como discutiremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

CAMPESINATO E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL: DO DEBATE TEÓRICO À REALIDADE BRASILEIRA E ALAGOANA



Plantação de feijão de corda crioulo, comunidade Jeripankó, Pariconha – AL.
Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

O campesinato compreende uma classe social cuja trajetória histórica é marcada por processos de lutas, resistência e recriações, que lhe permitiram continuar existindo mesmo sob um modo de produção que lhe é antagônico. A economia capitalista funciona em uma lógica oposta à economia familiar camponesa. Enquanto essa se pauta em uma relação íntima com a natureza e, por meio do trabalho, gera uma produção que se volta prioritariamente para o atendimento das necessidades, a produção capitalista nunca tem como objetivo o atendimento de necessidades sociais (MARX, 1996), pelo contrário, visa em primeiro lugar o lucro e se alicerça na exploração da força de trabalho e da natureza.

Partindo dessa premissa, Shanin (1979, p. 214-215) realiza a seguinte reflexão sobre os aspectos inerentes ao campesinato e seu modo de vida:

El campesinado se compone de pequeños productores agrícolas que, con la ayuda de equipo sencillo y el trabajo de sus familias, producen sobre todo para su propio consumo y para el cumplimiento de sus obligaciones con los detentadores del poder político y el económico. Tal definición implica una relación específica con la tierra, con la granja familiar campesina y con la comunidad aldeana campesina como las unidades básicas de la interacción social; una estructura ocupacional específica, e influencias de la historia pasada y patrones específicos de desarrollo. Tales características conducen además a algunas peculiaridades de la posición en la sociedad y de la acción política típica.

Como destacado por Shanin (1979), o camponês se configura enquanto um sujeito social que tem na terra, e no trabalho familiar, as bases para garantir a sua reprodução, essa que perpassa pelo formato não capitalista. Por meio da ligação com a natureza, o campesinato construiu ao longo dos anos um acervo de saberes que são repassados por gerações, sendo essenciais para a existência camponesa.

Ancorado nessa reflexão temos por objetivo realizar, neste capítulo, um debate sobre o campesinato, de modo a apontar as principais concepções teóricas que envolvem a temática e analisar o processo de formação dessa classe social nos contextos brasileiro e alagoano, a fim de ilustrar as condicionantes históricas e sociais que se fizeram presentes na trajetória desses trabalhadores no Brasil.

A partir desse debate, discorreremos sobre os processos de luta e resistência enquanto elementos fundantes do território, neste caso o território camponês, e destacaremos como o capitalismo atou ao longo da história, por meio da acumulação primitiva, na busca para desintegrar a terra e o território do campesinato. Por fim, apontaremos como o processo de acumulação primitiva continua atuante nos dias de hoje, o qual vem expropriando do camponês

não somente a terra, mas também outros elementos essenciais para a reprodução social desses trabalhadores.

2.1 Campesinato: concepções teóricas e aspectos históricos

Refletir teoricamente sobre as concepções que envolvem o campesinato constitui-se sempre como uma tarefa desafiadora, mas também como uma atividade muito estimulante, pois somos levados a pensar sobre uma classe cuja trajetória histórica é permeada por processos de lutas, resistências, recriações e contradições, de modo que a leitura da própria história da humanidade requer necessariamente um olhar para o camponês, seus modos de vida e reprodução social, pois o campesinato é um elemento essencial no processo histórico de desenvolvimento da sociedade (SHANIN, 1979).

Corroborando nossa assertiva, Marques (2008, p. 58), ao discorrer sobre a importância de se debater sobre os elementos históricos que envolvem o campesinato, elucida que a definição “[...] de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar”. Como apontado por Marques (2008), refletir sobre os aspectos teóricos e históricos do campesinato constitui-se como uma prática primordial para que possamos compreender o universo que envolve o sujeito camponês.

Partindo dessa premissa, entendemos ser de grande valia lançarmos mão das leituras clássicas sobre o campesinato, para que possamos compreender o papel social desses trabalhadores, tanto no âmbito teórico quanto histórico. Nesse aspecto, Moura (1986) nos fornece, na sua clássica obra “Camponeses”, de 1986, um debate teórico que se apresenta enquanto base para as discussões sobre campesinato. Ao discorrer sobre os aspectos que caracterizam o processo de reprodução social do camponês, Moura (1986, p. 09) assim coloca:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a sua casa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência* (grifo da autora).

A definição trazida por Moura (1986) compreende uma leitura clássica do camponês feudal, o qual era um trabalhador cujos frutos obtidos por meio da lida na terra eram destinados para seu próprio consumo, bem como para cevar a nobreza, o tecelão e o soldado. Uma atividade

no campo que era muito importante para a manutenção de todos os que vivam naquelas localidades, uma vez que o produto do trabalho camponês era o alimento que a todos nutriam. Embora se trate da descrição de um camponês típico do feudalismo, da reflexão de Moura (1986) podemos tirar muitos aspectos que fazem parte da própria natureza do camponês, como a relação com a terra, os conhecimentos sobre os fenômenos da natureza e a produção para abastecer a sua residência, elementos esses que nem as transformações no tempo e no espaço, impostas pelo capitalismo, foram capazes de apagar ou arrefecer.

Esse fato nos suscita muitas indagações sobre o modo de produção que é realizado pelo campesinato, uma vez que se trata de uma reprodução social única, inerente a essa classe social, e aqui abrimos um parêntese para evidenciar nossa posição de concordância com Marques (2008, p. 58), a qual entende “[...] o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida”.

Para que se possa compreender a forma singular de produção inerente ao campesinato é imprescindível a leitura das contribuições de Alexander Chayanov (1981), economista russo, autor de um rico acervo teórico que versa sobre as características presentes no interior daquilo que o referido autor denominou de unidade econômica familiar, que predominava na produção agrária russa no início do século XX.

Na obra “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”, publicada originalmente em 1924, Chayanov (1981) debate sobre os sistemas de produção que não se encaixam na lógica capitalista, bem como realiza uma crítica às visões que desconsideram os modos de produção que não estejam no interior dos mecanismos do capital, conforme pode-se verificar na seguinte reflexão:

Na moderna teoria da economia nacional tornou-se costume pensar *todos* os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (ou seja, a quantidade máxima da parcela de renda bruta que resta, após se deduzirem os custos materiais de produção e os salários (CHAYANOV, 1981, p. 133, grifo do autor).

Como apontado anteriormente, o autor realiza uma crítica sobre a teoria moderna econômica, que naquele momento histórico, lia a economia nacional apenas sob a ótica do modo capitalista de produção, deixando a margem as demais formas de vida econômica, as quais eram vistas como “[...] insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não têm

influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico” (CHAYANOV, 1981, p. 133).

Na contramão dessa ótica reducionista, realizada pela teoria moderna econômica, Chayanov (1981) destaca a importância de se romper com esse horizonte e direcionar os olhares para as demais formas econômicas presentes na sociedade, uma vez que elas não se constituíam como elementos insignificantes, mas sim como diferentes modos de produção cujas características deveriam ser analisadas, tendo assim seu devido espaço na teoria econômica.

Neste sentido, adverte:

[...] Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera da produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. (CHAYANOV, 1981, p. 133-134)

Ao destacar a importância de se analisar as relações sociais de produção que seguem existindo, mesmo sob a hegemonia social do modo de produção capitalista, Chayanov (1981) alude as atividades econômicas realizadas no seio da agricultura, enfatizando que as mesmas se constituem como relações diferentes daquelas ocorridas na lógica do capitalismo. Neste cenário, começamos a enxergar a presença do campesinato e de sua forma de trabalho não assalariada, assentada nas relações familiares.

Destrinchando sobre as características da economia familiar camponesa, Chayanov (1981, p. 134) assim discorre:

As expressões unidade econômica familiar, unidade econômica de trabalho, unidade econômica de trabalho familiar e unidade econômica familiar de trabalho significam neste artigo, mesmo quando essa característica não estiver explícita, a exploração econômica da família camponesa ou artesã que não emprega trabalhadores pagos, mas utiliza apenas o trabalho de seus próprios membros.

A unidade econômica familiar caracteriza-se como uma relação de produção que não utiliza o trabalho assalariado, mas cuja lida na terra é desempenhada pelos próprios membros da família, não existindo, desse modo, a exploração da força de trabalho e a obtenção de mais-valia, elementos presentes nas relações capitalistas. Na economia familiar, os frutos obtidos por meio do trabalho realizado pelos braços dos integrantes da família são destinados para o atendimento das próprias necessidades, sendo a produção condicionada pela quantidade de membros, fazendo o quantitativo se sobrepor ao qualitativo, como aponta Chayanov (1981, p. 136):

Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, um produto *in natura* qualitativamente correspondente (grifo do autor).

Ao pontuar os aspectos presentes no interior da economia familiar, Chayanov (1981) começa a desvelar a essência dessa relação de produção e consequentemente a expor o antagonismo existente entre ela e a capitalista, esta que engloba “[...] um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda [...]” que “[...] determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes” (CHAYANOV, 1981, p. 136).

O modo de produção capitalista necessita de relações de trabalho assalariadas, das quais é extraída a mais-valia, fazendo assim as engrenagens desse sistema funcionar pois, como atesta Chayanov (1981), a ausência de uma das peças que compõe a estrutura capitalista coloca sob risco o seu funcionamento. Por seu turno, nas relações de trabalho presentes na economia familiar camponesa não se têm essas engrenagens da exploração capitalista, dentre as quais destacamos o trabalho assalariado e a obtenção de mais-valia.

Chayanov (1981), dentre outros aspectos, atribui uma certa ênfase a questão do trabalho assalariado, uma vez que para o autor um dos principais elementos diferenciadores da produção capitalista para a produção camponesa consiste nas relações de trabalho assalariadas, a qual está presente na primeira e ausente na segunda, evidentemente que considerando a realidade social russa das primeiras décadas do século XX, que toma como referência:

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua forma de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981, p. 137-138).

Conforme destacado por Chayanov (1981), o resultado do trabalho desenvolvido pelo camponês na terra é a obtenção de uma quantidade de produtos que são destinados, em primeiro plano, para a sua reprodução. Neste cenário, trata-se de um trabalho isento de assalariamento como relação fundamental para a produção de riqueza, diferenciando-se então do modo capitalista de produção, pois a lida na terra realizada pelo camponês não está voltada

prioritariamente para a obtenção do lucro e sim para o atendimento das necessidades da reprodução social familiar.

Essa reflexão, desenvolvida por Chayanov (1981), é uma contribuição chave para o entendimento, sob o ponto de vista econômico, das relações de produção camponesas e como estas se realizam por meio de relações não capitalistas. Todavia, como bem coloca Mészáros (2011), o capital constitui-se como um sistema inexorável, que está em constante movimento na busca por ampliar o seu domínio.

Em se tratando da classe camponesa e das relações com a natureza que desenvolve, mediadas pelo trabalho, muitos são os movimentos realizados pelo capital a fim de sujeitar o campesinato aos imperativos capitalistas. Esses movimentos se manifestam no espaço por meio de diferentes formas, dentre as quais se destaca o avanço da indústria no campo, processo que não está circunscrito ao período da mundialização, mas cujas raízes já se verificam no limiar do século XIX, fato que naquela época suscitou debates sobre o futuro do campesinato no interior do sistema capitalista, fazendo surgir a reflexão sobre a possível tendência de desaparecimento do camponês, o qual seria retirado da terra e transformado em um trabalhador assalariado.

Uma das principais teorias a respeito da tendência de desaparecimento do campesinato foi a formulada por Karl Kautsky, desenvolvida no século XIX, contexto histórico em que também surgiu a tese chayanoviana. As formulações teóricas de Kautsky (1980) estão presentes na obra “A questão agrária” (1980), na qual o referido autor reflete sobre a entrada da indústria na agricultura, considerando a realidade europeia, e os impactos que este processo implicaria para o campesinato.

Os estudos realizados por Kautsky (1980) foram desenvolvidos no âmbito da social-democracia alemã, da qual ele foi um dos principais nomes, pois se trata de um autor de grande contributo para a construção do próprio pensamento social-democrata. Nesse sentido, Kautsky (1980), iniciando sua discussão sobre o avanço da indústria no campo e a situação do campesinato diante desse processo, realiza considerações sobre sistema capitalista em si, apontando a necessidade de não se analisar a sociedade apenas sob o ponto de vista do modo capitalista de produção, conforme se verifica na seguinte passagem:

O teórico desejoso de pesquisar as leis fundamentais que governam a vida da sociedade atual não pode desencaminhar-se por essa multidão de fenômenos. Ele deve considerar o modo de produção capitalista na sua essência, nas suas formas clássicas, separando-o de todos os restos e germes ambientes de outras formas de produção. Inversamente, o político prático cometeria uma grave falta se considerasse os capitalistas e os proletários como os únicos fatores da

sociedade atual e desviasse os olhos das outras classes (KAUTSKY, 1980, p. 10).

Kautsky (1980) enfatiza a necessidade de olhar o sistema capitalista para se ler as dinâmicas que permeiam a vida social, todavia o autor destaca ser um grave erro circunscrever a análise da sociedade considerando apenas as ações do capitalismo, pois outras classes sociais estariam sendo deixadas à margem. Percebemos nessa reflexão de Kautsky (1980) uma sintonia com a teoria apresentada por Chayanov (1981), uma vez que ambos trazem para o debate a necessidade de não se desconsiderar as relações de produção não capitalistas que seguem existindo, mesmo sob esse modo de produção. Dessa maneira, Kautsky (1980) e Chayanov (1981) colocam que a classe camponesa não deve ser desconsiderada, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico.

No tocante a posição do campesinato na seara social, Kautsky (1980) evidencia que naquele contexto histórico (século XIX) os partidos políticos tinha um olhar instigante sobre os camponeses, os quais eram uma parcela considerável da população dos países e tidos como um sujeito “[...] misterioso, estranho, às vezes mesmo muito inquietante” (KAUSTSKY, 1980, p. 10-11). Porém, segundo Kautsky (1980), na social-democracia, *a priori*, não havia uma preocupação com o camponês, pois se tinha a concepção de que o desenvolvimento econômico realizaria transformações no campo de tal modo que a pequena propriedade camponesa seria suprimida.

Sobre esse processo, Kautsky (1980, p. 11) assim descreve:

A Social-Democracia, no começo, pouco se preocupou com o camponês. Isto se explica por não ser ela um partido democrático no sentido burguês da palavra, uma benfeitora de todo o mundo, visando satisfazer os interesses de todas as classes, por mais opostas que sejam uma das outras. Ela é um partido de luta de classe. A organização do proletariado urbano reclamou, nos primeiros anos de sua existência, todos os cuidados. E ela esperava que a evolução econômica lhe preparasse o caminho no campo como na cidade, e que a luta entre a pequena e grande exploração conduzisse à supressão da primeira, de maneira que lhe fosse então fácil tarefa a conquista, ainda como partido puramente proletário, da massa da população agrícola.

A social-democracia possuía o entendimento de que, com a penetração do capital na agricultura, naturalmente seria aberto um caminho para que as ideias sociais-democratas pudessem chegar ao campo. Do mesmo modo, compreendia-se que o processo de evolução econômica tenderia a diminuir a quantidade das pequenas propriedades, as quais seriam abarcadas pelas grandes, desintegrando o modo de produção camponês e inserindo esses trabalhadores em um movimento rumo a proletarização. Todavia, Kautsky (1980) enfatiza que

a materialidade da entrada do capital no campo não estava ocasionando o desaparecimento da produção camponesa, como acreditava a social-democracia, pelo contrário: o que se presenciava era uma resistência do campesinato. Nas palavras do autor:

Hoje, a Social-Democracia cresceu tão consideravelmente que as cidades já não lhe apresentam esferas de ação suficiente. Mas, assim que penetra no meio rural, ela se choca com essa força misteriosa que já reservou tantas surpresas a outros partidos democráticos revolucionários. Ela vê que a pequena exploração na agricultura não obedece de modo algum a um processo de desaparecimento rápido, que as grandes explorações só lentamente conquistam terreno, perdendo-o mesmo em alguns lugares (KAUTSKY, 1980, p. 11).

Contrariando a ideia que os colocavam na rota do desaparecimento, o campesinato mostrou sua força e capacidade de resiliência. Como descrito por Kautsky (1980), a propriedade camponesa não se encaixava na lógica capitalista, a qual previa o seu rápido desaparecimento, este que ocorreria, como já mencionado, em função das mudanças injetadas pelo capital no campo. Segundo Kautsky (1980), essas mudanças se materializavam por meio da entrada da indústria na agricultura, processo que naquele contexto histórico já ocorria com certa intensidade, provocando assim mudanças nos modos de vida e nas relações de trabalho no campo. Sobre esse processo, Kautsky (1980, p. 13) assim narra:

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro.

A presença da indústria no campo gerou um impacto na vida do camponês, este que ao ter sua produção afetada pela chegada das novas técnicas na agricultura, passou gradativamente a se tornar subordinado à lógica capitalista, ainda que se reproduzindo sob relações não capitalistas. O dinheiro passou a ser uma necessidade para a compra de mercadorias essenciais para a sobrevivência. A posse da terra ficou ameaçada e a lida na mesma já não garantia a produção necessária para o abastecimento da família. Tais mudanças engendradas pelo capital visavam desintegrar a produção camponesa e converter esses trabalhadores em proletários, como destaca Kautsky (1980, p. 14):

O que antes não podiam as más colheitas, o fogo e a espada, realizam-no as crises do mercado de cereais e de gado. Elas não acarretam para o camponês apenas um mal passageiro. Podem arrancar-lhe o ganha-pão – a sua terra – e finalmente separá-lo inteiramente dela, para transformá-lo num proletário.

O que antes não conseguiam as intempéries da natureza, o capital estava logrando, este que ao buscar romper com a economia camponesa e retirar desses trabalhadores o elemento essencial para a sua reprodução – a terra –, visava transformá-los em assalariados. Todavia, mesmo diante de tamanha voracidade realizada pelo capitalismo, esse processo não estava ocasionando o desaparecimento da propriedade camponesa, sendo tal fato atestado por Kautsky (1980) ao analisar um conjunto de dados estatísticos, os quais mostravam que não se verificava

[...] o desaparecimento rápido da pequena propriedade agrícola diante da grande - desaparecimento que, a exemplo da Inglaterra, era esperado ou temido no continente, depois que a exploração capitalista em larga escala tomou, pelas alturas de 1850-1860, proporções consideráveis. Em certos lugares verificou-se mesmo uma tendência à multiplicação das explorações exíguas pela superfície (KAUTSKY, 1980, p. 80).

Ainda seguindo nesse raciocínio, Kautsky (1980) destaca que, mesmo nos locais onde se tinha uma forte presença dos maquinários no campo, não estava ocorrendo o desaparecimento das pequenas propriedades camponesas, demonstrando a não materialidade da tendência ao desaparecimento do campesinato. O que os estudos do autor evidenciam é a subordinação, tanto da grande propriedade capitalista, quanto da pequena propriedade camponesa, à dinâmica da relação capital na medida em que a industrialização da agricultura inviabilizava a autonomia campesina. O debate trazido por Kautsky (1980) desvela a magnífica capacidade de adaptação e resistência que está na natureza da classe camponesa, que nos mais diferentes contextos históricos superaram barreiras e continuaram a existir.

Sobre essa capacidade formidável do campesinato de se ajustar às mais adversas realidades, Shanin (2008, 24-25), ao considerar os acontecimentos ocorridos nos séculos XX e XXI, coloca que as “[...] comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida”. Por meio do seu modo não capitalista de produzir, das suas relações com a natureza e dos saberes únicos obtidos nas relações de trabalho e transmitidos por gerações, o campesinato realiza uma articulação única e dinâmica, dando-lhe as condições para resistir aos diferentes percalços de suas vidas.

Sobre esse processo de resistência apresentado pelo campesinato, Shanin (2008, p. 25) traz a seguinte reflexão:

[...] a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser

muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses tem provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso.

A resposta dada pelo o campesinato diante das situações desfavoráveis são frutos, como mencionado, de uma rica combinação de fatores originados no cotidiano camponês. O não desaparecimento do campesinato no século XIX, debatido por Kautsky (1980), e a resistência desses trabalhadores perante os ataques do capital são elementos que desvelam a capacidade de resiliência camponesa, sendo a economia familiar uma componente essencial para essa resistência, como destrincha Shanin (2008, p. 25-26):

A flexibilidade da adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

A economia familiar, esmiuçada por Chayanov (1981), constitui-se nessa peça fundamental para a existência camponesa, que se materializa pelas relações de trabalho familiar, realizadas em íntimo contato com a terra e com a natureza, bem como por meio dos saberes herdados dos antepassados. Nessa perspectiva, trazemos a reflexão de Shanin (2008, p. 34) de que o campesinato “[...] corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos”.

E esse modo de vida, no âmbito da lógica capitalista, é também regado pelas contradições, pois se por um lado o capital busca suplantar a produção camponesa, por outro ele continua a coexistir com essas relações de produção, buscando a sujeitar aos seus interesses. Por sua vez, na medida em que resiste ao capitalismo, o campesinato também é subordinado por esse sistema. Perante essa conjuntura, Marques (2008, p. 59) é categórica ao afirmar:

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista.

Em que pese essa relação contraditória com o capital, Marques (2008) destaca que o campesinato é uma organização social singular, dotada de práticas e conhecimentos únicos, e é por meio dessa combinação única de saberes e fazeres que o campesinato constrói sua resistência, sua capacidade de adaptação diante das mudanças injetadas pelo capital nas diversas searas da sociedade, nos diferentes espaços e contextos históricos. Como destacado por Fabrini

(2008, p. 239) o processo de “[...] construção do lugar social dos camponeses está relacionado às suas lutas e resistências, realizados em diferentes espaços e momentos históricos”.

Perante o exposto, e ancorado nas contribuições teóricas debatidas até aqui, vemos como o camponês se apresenta enquanto um sujeito que possui na sua natureza a predisposição para a luta e resistência, as quais ganham diferentes significados a partir dos distintos contextos históricos e condicionantes espaciais, fazendo com que os camponeses carreguem consigo, também, as marcas das lutas originadas das suas realidades locais. Com base nessa assertiva, situamos a realidade do campesinato brasileiro e as lutas que os mesmos vêm empreendendo ao longo da história, como debateremos no item seguinte.

2.2 A trajetória do campesinato no contexto brasileiro

Pensar sobre a origem do campesinato brasileiro é refletir sobre um processo que se inicia na colonização do país e toma corpo com a miscigenação da qual a sociedade brasileira é fruto. Desse modo, o campesinato brasileiro tem sua origem no europeu colonizador, e sobretudo, no negro africano e nas populações indígenas, uma junção de povos ocorrida por meio da violência, do derramamento de sangue e da exploração, processo dolorido que criou um campesinato no âmbito de “[...] uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60).

Juntamente com o contexto histórico, pensar sobre o campesinato do Brasil implica necessariamente em se refletir sobre a questão agrária brasileira, notadamente sobre a luta pela terra, de modo que não se pode dissociar a trajetória do camponês brasileiro das lutas contra o latifúndio e em defesa da reforma agrária. No Brasil, o campesinato se destacou historicamente como sujeitos de luta e trabalhadores migrantes (MARTINS, 1995; MARQUES, 2008), mas sem perder sua relação com a terra.

Nessa perspectiva, Marques (2008, p. 65) enfatiza a característica de migrante do camponês brasileiro e sua relação com a terra, mesmo em situações de expropriação:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc.

A reflexão trazida por Marquês (2008), sobre o viés migrante do camponês brasileiro e sua luta pela terra, se conecta com o pensamento de Martins (1995, p. 16) a respeito da natureza do campesinato do Brasil, o qual se caracteriza como

[...] *um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação (grifo do autor).

Esse camponês brasileiro, envolvido no processo de mobilidade espacial e na luta pela terra, somente irá começar a ganhar espaço nas ciências sociais no limiar dos anos 1950 (MARQUES, 2008), de modo que, como assevera Martins (1995, p. 21) “as palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes no vocabulário [...]” do país, sendo as mesmas “[...] introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas”.

Embora os vocábulos camponês e campesinato sejam, considerando a história brasileira, palavras não tão presentes no linguajar cotidiano, a atuação dessa classe social se verifica desde os primórdios da história do Brasil, se estendendo ao longo da mesma, tendo destaque as importantes revoltas empreendidas contra o Estado. Nesse aspecto, Martins (1995, p. 41) argumenta que “as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do Império e o começo da República”.

Seguindo esse raciocínio, Martins (1995) discorre que as ações adotadas pelo Estado brasileiro em benefício das elites do país, como a Lei de Terras de 1850 (que converteu a terra em mercadoria ao determinar que o acesso a ela somente poderia ocorrer através da compra, venda ou doação) não representou um arrefecimento das resistências camponesas, uma vez que importantes atos insurgentes contra o Estado foram realizados e duramente combatidos, conforme elucida o autor:

As movimentações predominantemente camponesas, mas não exclusivamente, do Sertão de Canudos, na Bahia (1893-1897), e do Sertão do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916), foram apresentadas e violentamente combatidas, por forças militares compostas por milhares de soldados do Exército e das polícias estaduais, como se fossem tentativas de restauração monárquicas (MARTINS, 1995, p. 41).

Como apontado por Martins (1995), a Guerra de Canudos e a do Contestado configuram-se como dois momentos da história brasileira em que o campesinato do país mostrou sua capacidade de luta e insurgência. Do mesmo modo, ambos os movimentos foram duramente reprimidos pelo Estado, fato que ilustra a violência que historicamente é empreendida no Brasil contra o campesinato.

Em se tratando das ideologias presentes nas insurgências realizadas pelos camponeses brasileiros, Martins (1995) alude o caráter messiânico presente em muitas delas, a exemplo de

Canudos, organização camponesa cuja liderança religiosa, exercida por Antônio Conselheiro, era demasiada influente. Além do messianismo, Martins (1995) destaca o cangaço, este ocorrido no Nordeste, enquanto outra manifestação da rebeldia camponesa contra opressão do Estado.

Segundo Martins (1995), o messianismo e o cangaço se constituíram como as principais formas de organização camponesa até meados de 1940. Nesse sentido, Martins (1995, p. 67) coloca que entre 1940 e 1964, ano em que ocorre o golpe militar no Brasil, “[...] foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país”, os quais se destacavam pelas manifestações camponesas contra as opressões realizadas pelas classes dominantes:

[...] a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos (MARTINS, 1995, p. 10).

Ao discorrer sobre esse período da história brasileira, Oliveira (2007) argumenta que a emergência das manifestações camponesas, a partir de 1950, foi fruto de todo um trabalho realizado no anos precedentes, sendo importante para isso a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual buscava articular trabalhadores camponeses e assalariados rurais, processo que suscitou na ocorrência de muitos conflitos no campo. Nas palavras de Oliveira (2007, p. 104):

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro.

Nesse contexto histórico que envolveu a década de 1950, várias lutas camponesas foram realizadas, como o movimento de Trombas e Formoso, ocorrido no Norte de Goiás, que se caracterizou pela resistência armada contra a expropriação de terras realizadas por grileiros contra camponeses (DOURADO, 2014). Outro movimento ocorrido no bojo da década de 1950, e que adquiriu grandes proporções, foram as chamadas Ligas Camponesas, surgidas no dia 1º de

janeiro de 1955, no Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, em uma ação “[...] contra a elevação absurda do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos” (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Segundo Martins (1995, p. 76), para além de um levante contra o aumento do valor do foro, as Ligas Camponesas surgem motivadas, também, pelo “[...] contexto da crise política regional”. Desse modo, as Ligas se difundiram de forma rápida pelo Nordeste brasileiro, “[...] contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica” (MARTINS, 1995, p. 76).

Para Oliveira (2007, p. 107), as Ligas Camponesas exerceram um papel extremamente importante no contexto da questão agrária brasileira, pois foi “[...] o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional”. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 106) destaca que “[...] as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio”.

As Ligas Camponesas foram, portanto, um movimento insurgente nascido no Nordeste que se colocou contra um quadro social marcado pelo latifúndio, domínio das elites e injustiças sociais. Segundo Oliveira (2007, p. 108), as Ligas devem ser entendidas

[...] não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país.

Com o golpe militar de 1964, e a perseguição instaurada contra as lideranças das Ligas Camponesas, esse movimento sofreu um forte abalo, que culminou na sua desarticulação (OLIVEIRA, 2007). Desse modo, com as medidas repressivas adotadas pelo Estado, e com as mudanças injetadas na agricultura por meio do pacote da modernização, um novo cenário de lutas começou a ser desenhado para o campesinato brasileiro.

Sobre esse processo, Martins (1995) escreve que a princípio as Ligas Camponesas viram sua influência diminuir, cedendo assim espaço para emergência dos sindicatos, fato que não excluiu totalmente a participação das Ligas na organização camponesa. A partir da chegada dos militares ao poder, e com a consequente desarticulação das Ligas, ganharam força as articulações dos camponeses por meio dos movimentos sociais, como coloca Marques (2008, p. 61):

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e

novos movimentos sociais entram em cena como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc.

O cenário narrado por Marques (2008) representou uma nova etapa na história do campesinato brasileiro, uma vez que a década de 1980 foi palco de importantes eventos históricos no país, com destaque para o movimento de redemocratização, processo este que significou para os camponeses uma espécie de recomposição, de modo que a organização por meio dos movimentos sociais passou a ser a forma pela qual o campesinato brasileiro se articulou, entrando em cena as lutas conjuntas entre o campo e a cidade.

Como fruto desse novo papel assumido pelo campesinato, importantes movimentos surgiram no âmbito da década de 1980. Todavia, ainda um pouco antes desse período, temos o primeiro sinal da recomposição da organização camponesa, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, fruto da atuação de setores progressistas da Igreja Católica.

Ao aludir as motivações que levaram ao surgimento da CPT, Balduino (2004, p. 21) assim narra:

Em 1975, a Igreja criou, em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra. Foi, na realidade, um gesto samaritano, uma corrida em defesa solícita dos caídos do campo vítimas do golpe militar de 1964, dado com o objetivo, entre outros, de impedir que o trabalhador rural chegasse à cena política. O camponês poderia sindicalizar-se. Jamais se politizar.

O surgimento da CPT se configurou como um importante ato realizado pela Igreja no tocante ao acompanhamento dos conflitos por terra no Brasil, bem como para a articulação do campesinato brasileiro. Nesse sentido, é importante frisar o papel desempenhado pelas CEBs, movimento também ligado à Igreja Católica e que se difundiu no território brasileiro a partir da década de 1960, tendo como norte a pregação, e vivência, do evangelho como uma prática de luta e libertação perante as forças sociais opressoras.

Segundo Balduino (2004), as CEBs são frutos do Concílio Vaticano II, ocorrido em 1965 e que resultou em uma nova visão construída dentro da Igreja Católica, a qual deveria se abrir para o mundo, neste caso o mundo dos pobres, este que passaria a ser “[...] respeitado e assumido como sujeito, autor e destinatário de sua própria história. A Igreja fez opção preferencial pelos pobres sem procurar substituir as suas organizações de classe autônomas [...]” (BALDUÍNO, 2004, p. 21).

Perante o exposto, abrimos um parêntese para evidenciar que, na trajetória do campesinato brasileiro, a Igreja Católica, juntamente com outros atores, como o próprio PCB, exerceu uma influência no que tange o processo de organização política dos camponeses. Nesse

sentido, Martins (1995) destaca que a Igreja Católica e o PCB disputaram entre si quem exerceria a maior influência nos movimentos do campesinato. Conforme destaca o autor, “a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato” (MARTINS, 1995, p. 81).

Retomando nossa reflexão sobre os movimentos surgidos no período da década de 1980, destacamos a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, sendo esses dois fatos expressões da nova articulação da classe trabalhadora do campo e da cidade. Já em 1984 surge uma das principais organizações camponesas no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido com o propósito de lutar por terra, reforma agrária e pelo socialismo (MST, 2019).

Por meio desse processo de recomposição, o campesinato participou das lutas contra a ditadura brasileira, alcançando importantes conquistas no seio da redemocratização do país, como os avanços presentes na Constituição Federal de 1988, precisamente os artigos 184 e 185, do Capítulo III, os quais versam sobre a função social da terra (BRASIL, 1988), sendo os referidos artigos regulamentados pela Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, a qual trata dos “[...] dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal” (BRASIL, 1993).

Embora seja um elemento constitucional, a reforma agrária não foi realizada no Brasil, fato que vem direcionando boa parte das ações realizadas pelos movimentos camponeses: a luta pela terra, ideal que vem sendo buscado pelo campesinato brasileiro até os dias atuais. Apesar do avanço do capital no campo e das medidas violentas adotadas pelo Estado para desintegrar a resistência camponesa, como o massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995, o campesinato brasileiro não teve seu ímpeto de luta arrefecido, ele continua seguindo sua trajetória em busca do direito à terra e à justiça social.

O debate sobre a trajetória de lutas e resistências do campesinato brasileiro nos revela como essa classe social se constituiu no Brasil. Todavia, compreendemos que o processo de construção do camponês no território brasileiro não deve ser lido de forma descolada da realidade do campesinato da América Latina, assim como não podemos desconsiderar as ligações que o camponês latino-americano possui com os povos indígenas, estes que foram os primeiros camponeses que aqui habitaram.

Perante o exposto, Verges (2010) oferece uma importante contribuição para o entendimento do processo de formação do campesinato da América Latina, ao levantar a seguinte questão: “*si o campesino son los muchos campesinos y su construcción como clase es*

cuento de nunca acabar, cabe preguntarse: ¿cómo se ha ido inventando a sí mismo el campesino específicamente latinoamericano?” (VERGES, 2010, p. 33).

Ao lançar a indagação sobre as condicionantes históricas e sociais que forjaram o campesinato latino-americano, Verges (2010) traz para essa reflexão o contexto da colonização da América Latina e destaca o papel dos povos indígenas no processo de formação do campesinato da referida região, evidenciando que os povos originários são a base da população camponesa que aqui se constituiu.

Ao colocar os povos indígenas como a base do campesinato que se formou na América Latina, o autor aponta que os povos camponeses latino-americanos são, em essência, uma população de campesíndios. Nesse viés, Verges (2010, p. 34) afirma:

La comunidad agraria es *ethos* milenario, pero los hombres e las mujeres de la tierra fueron creados por sucesivos órdenes sociales dominantes y lo que hoy llamamos campesinos, los *campesinos modernos*, son producto del capitalismo e de su resistencia al capitalismo. Sólo que hay de campesinos a campesinos y los de nuestro continente tienen como trasfondo histórico el sometimiento colonial y sus secuelas. Los campesinos por acá son, en sentido, estricto, *campesíndios* (grifos do autor).

Como narrado por Verges (2010), o processo histórico que moldou o campesinato como um todo envolveu uma série de condicionantes históricas e sociais, sobretudo no âmbito do sistema capitalista, este que forjou aquilo que o autor supracitado denomina de camponês moderno. Diante desse quadro, Verges (2010) coloca que essa construção histórica do camponês criou diferentes camponeses, uma unidade do ponto de vista das relações de produção, mas uma pluralidade no que diz respeito aos modos de vida, estes que se relacionam com as realidades locais.

Nessa perspectiva, situamos o campesinato latino-americano, que engloba trabalhadores e trabalhadoras cujas origens estão nos povos originários, estes que foram duramente oprimidos pelo colonizador europeu (VERGES, 2010). Desse modo, na América Latina se formou um camponês com raízes nas populações indígenas, relação essa que não pode ser entendida no sentido literal, das cosmovisões e religiosidades inerentes aos nativos, mas no sentido das raízes, da relação com a terra e das práticas na agricultura.

Sobre essa questão, Verges (2010, p. 34) é categórico ao afirmar:

Se dirá que no todos tienen ancestros originarios de por acá. Lo que es verdad, pero importa poco cuando de la clase campesina se trata, porque – ya lo he dicho – ésta tiene una base socioeconómica compleja y mudable, de modo que no todos los que de ella forman parte comparten el conjunto de atributos que la definen.

Como ponderado por Verges (2010), não se trata de afirmar que todos os camponeses da América Latina são indígenas, uma vez que a questão da ancestralidade junto aos povos originários não é algo que engloba a totalidade do campesinato latino-americano. Todavia, Verges (2010) enfatiza a existência histórica da ligação entre o indígena e o camponês na América Latina, um entrelaçar cuja essência está nas relações de trabalho, nos saberes, no contato com a natureza.

Ancorado na reflexão trazida por Verges (2010), e cientes do grande debate que envolve a questão sobre o indígena ser um camponês, entendemos que os povos indígenas são camponeses, pois enxergamos na cotidianidade dos povos originários a existência das relações de produção camponesas, o qual se assenta nas relações de trabalho familiar e na ligação íntima com a terra.

A partir dessas considerações a respeito dos elementos inerentes ao campesinato latino-americano, bem como alicerçado no debate sobre a trajetória do camponês no território brasileiro, sucederemos para a discussão sobre a formação do campesinato no estado de Alagoas.

2.3 Da restinga ao Sertão: reflexões sobre o campesinato em Alagoas

O processo de criação do campesinato no território alagoano reflete a própria formação do camponês brasileiro, pois em Alagoas essa classe forjou-se em um movimento histórico e social marcado pela colonização e luta pela terra, de modo que não podemos analisar, sobretudo no contexto atual, a trajetória do campesinato alagoano sem considerar as lutas por terra e reforma agrária, bem como as resistências empreendidas diante do domínio exercido pelos latifundiários da cana-de-açúcar.

Corroborando essa assertiva, Albuquerque (2016, p. 30) coloca que

o campesinato alagoano tem suas raízes construídas no período colonial, é herdeiro direto de um campesinato tradicional e luta tenazmente contra um modelo totalizante de sociedade, representado pelo latifúndio, que, permanentemente, tenta avançar sobre suas terras.

Seguindo tal raciocínio, Albuquerque (2017, p. 19), ao considerar a surgimento do campesinato em Alagoas, esclarece que esse processo se insere um movimento mais amplo, que engloba “[...] a constituição do campesinato nordestino, brasileiro e latino-americano”. Trata-se, portanto, de um campesinato fruto de um contexto social marcado pela exploração e pelos conflitos.

Segundo Albuquerque (2017), em que pese a importância de se analisar a trajetória da classe camponesa em Alagoas, ainda são exíguos os estudos sobre esse tema, e até mesmo os já realizados possuem sérias limitações, uma vez que eles foram construídos conforme o ideário da classe dominante. Os poucos trabalhos existentes sobre o campesinato alagoano configuram-se como “[...] uma das faces da pobreza em Alagoas” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 18).

A origem do campesinato em Alagoas tem fortes raízes com a zona da mata alagoana, correspondente a região canavieira do estado, pois foi nela onde ocorreram as primeiras manifestações camponesas em terras alagoanas, as quais compreenderam atos de resistência que levaram a ocorrência de conflitos. Destrinchando sobre as primeiras insurgências camponesas em Alagoas, Albuquerque (2017, p. 56) discorre:

A presença do campesinato na região canavieira se dá em claro conflito com a grande propriedade da terra. Entre tantos, compete registrar a existência de dois acontecimentos históricos de grande porte nas terras alagoanas: o Quilombo dos Palmares e a Guerra dos Cabanos.

Um dos primeiros atos insurgentes foi o Quilombo dos Palmares, resistência ocorrida entre os anos de 1597-1695 (COSME, 2019), transpassando as fronteiras alagoanas e ganhando uma repercussão nacional. De acordo com Albuquerque (2017, p. 41), “o Quilombo dos Palmares foi a primeira e mais duradoura posse camponesa de nossa história. Em seu significado original, ele foi o mais veemente exemplar da resistência camponesa em terras brasileiras”.

O Quilombo dos Palmares, além de um importante levante do povo negro contra a escravidão imposta pelo colonizador, também se constituiu enquanto um *locus* de resistência camponesa, instituindo durante o período em que existiu um território livre da exploração capitalista, sendo controlado pelas relações de trabalho camponesas.

A destruição do Quilombo dos Palmares não representou o desaparecimento do camponês negro que lá habitava, pelo contrário, apesar do fim do quilombo se constituir como um duro golpe, por outro lado a sua desintegração impulsionou a formação de um campesinato que passou a se distribuir pelo território alagoano (ALBUQUERQUE, 2017).

Nesse sentido, Lindoso (2011, p. 41), ao versar sobre a influência que a destruição do Quilombo dos Palmares exerceu sobre a migração negra para os sertões do Nordeste, coloca que “os negros que chegaram ao sertão eram negros fugidos da destruição do Quilombo do Palmares, negros que, depois de 1694, fizeram pequenas comunidades quilombolas no agreste de matas secas”. Considerando-se o contexto alagoano, esse processo de migração realizado pelos negros saídos do Quilombos dos Palmares, dirigindo-se para o Sertão, foi um elemento

essencial para a formação do campesinato negro do Semiárido de Alagoas (ALBUQUERQUE, 2017):

[...] a destruição de Palmares e de outros pequenos quilombos existentes no território alagoano foi uma ação decisiva para a constituição do campesinato negro, pardo, mameluco e mestiço que hoje habita o Sertão e o Agreste alagoanos (ALBUQUERQUE, 2017, p. 59).

Juntamente com a resistência empreendida no Quilombo dos Palmares, a Guerra dos Cabanos, ocorrida no período de 1832-1850 (COSME, 2019) foi também um importante movimento camponês realizado em Alagoas. De acordo com Cosme (2019), ambos os movimentos camponeses ficaram marcados pelas ações de resistência e luta, bem como pela ocorrência de conflitos, de modo que os processos conflitivos ocorridos no Quilombo dos Palmares e na Guerra dos Cabanos estão na essência e no imaginário do campesinato alagoano.

Nesse aspecto, Cosme (2019, p. 154-155) destaca:

O que gostaríamos de pôr em relevo é que, historicamente, a presença do campesinato em Alagoas ocorreu de forma conflituosa, seja na região canavieira, seja no Sertão ou Agreste. O conflito com a grande propriedade da terra, consequentemente, o uso da violência por parte dos latifundiários, foi uma marca indelével nessa história. Portanto, a luta pela terra e território via reforma agrária no estado, em tempos hodiernos, bem como a violência sofrida, são heranças históricas que se espacializam nas Alagoas do século XXI. O Quilombo dos Palmares (1597-1695) e a Guerra dos Cabanos (1832-1850), ambos ocorridos em terras alagoanas, são evidências históricas importantes, que materializam essas heranças no território e no imaginário cultural daqueles que lutam ainda hoje. Tanto em Palmares, como na Cabanagem, a violência, porque não dizer a barbárie, foi o caminho utilizado pela classe dominante senhorial colonial, escravista e latifundiária, não sendo diferente hoje, contra os que levantam a bandeira da reforma agrária.

Para além da presença camponesa no Quilombo dos Palmares e na Guerra dos Cabanos, a existência do campesinato alagoano nascia em outras porções do território. Como aponta Albuquerque (2017, p. 41), “não só de comunidades quilombolas foi formado o complexo agropastoril campesino em Alagoas. Uma malha de comunidades de pobres livres se espalhou para além do litoral”. Ainda de acordo com esse autor, no decorrer do século XVII muitas comunidades camponesas surgiram nas proximidades dos rios Paraíba do Meio e Mundaú.

Esse campesinato que origina na zona da mata de Alagoas, nasce justamente na parcela do território alagoano em que as condições sociais não lhe eram favoráveis, uma vez que se tratava de um território dominado pelo cultivo da cana-de-açúcar e pelo controle político e econômico exercido pelos latifundiários do setor canavieiro, ao passo que no Semiárido alagoano se desenvolvia uma atividade econômica voltada para a criação de gado e se tinha

uma estrutura fundiária marcada pela presença das pequenas propriedades (ALBUQUERQUE, 2017). Sobre esse processo de formação socioespacial e econômica de Alagoas, Albuquerque (2017, p. 20) destrincha:

As regiões do litoral e, posteriormente, da mata foram dominadas pelo modelo latifúndio-monocultor-agroexportador. O padrão de ocupação do Semiárido, inaugurado sob a égide das pequenas propriedades, disputou permanentemente espaço com as fazendas de gado, contrariando o molde adotado no litoral e na zona da mata.

A região canavieira alagoana sempre se colocou como um espaço hostil para o campesinato do estado. Esse fato foi, gradativamente, acarretando em um fluxo migratório realizado pelos camponeses residentes na região canavieira, os quais foram paulatinamente se dirigindo para o interior alagoano, mais precisamente para o Agreste e o Sertão, como descreve Albuquerque (2017, p. 91) na seguinte passagem:

Por mais diferentes que tenham sido as razões que levaram os pobres livres para as terras do Sertão, há uma que nos parece superior: eles buscavam condições para viver em liberdade e realizar sua condição camponesa. Na região canavieira, não havia lugar para viverem com autonomia [...].

De acordo com Albuquerque (2017), essa massa de camponeses migrantes para o Agreste e o Sertão alagoano era formada por camponeses pobres, quilombolas e indígenas, os quais não enxergavam perspectivas de vida na zona canavieira de Alagoas. Desse modo, a ida para o interior se apresentava como a possibilidade de se viver em um ambiente social menos ríspido e com maiores chances de reprodução social para esse campesinato.

Todavia, a migração realizada por essa massa de camponeses não adentrou em um território vazio, pelo contrário, esses migrantes passaram a ocupar um espaço habitado pelos indígenas, povos que já no período da colonização portuguesa residiam no Sertão, não apenas no alagoano, mas no nordestino.

De acordo com Lindoso (2016) *apud* Lima (2019, p. 03), “as terras no Sertão eram ocupadas originalmente pelos indígenas migrantes Tapuia⁵”, termo que de acordo com Pires (2004, p. 61) era bastante controverso, sendo utilizado “pelos cronistas ora para designar uma tribo específica de índios ora para indicar um conjunto de tribos heterogêneas que possuíam traços de identidade não associada à língua geral”.

⁵De acordo com Pires (2015), “estudos atuais demonstram que esses povos pertenceram aos seguintes grupos culturais: os Jê, os Tarairiu, os Cariri e os grupos isolados e sem classificação. Entre eles podem ser citados os Sucurú, os Bultrim, os Ariu, os Pega, os Panati, os Corema, os Paiaçu, os Janduí, os Tremembé, os Icó, os Carateú, os Carati, os Pajok, os Aponorijon, os Gurgueia, que lutaram ora contra ora a favor dos colonizadores de acordo com as estratégias que visavam à sua sobrevivência”.

Ainda segundo Pires (2004, p. 61), o termo Tapuia era também utilizado para definir indígenas “que falavam diversas línguas e dialetos, ou seja, *‘os que falavam a língua travada’*” (grifo da autora). Para além dessas compreensões, Pires (2004) destaca que existia uma terceira leitura quanto ao termo Tapuia, a que classificava esses indígenas como povos bárbaros:

O termo tinha, ainda, uma conotação de barbárie dupla, pois tanto era usado pelos Tupi para designarem os Tapuia, seus inimigos, de “*bárbaros*” quanto era utilizado pelos colonizadores para distinguirem-nos dos Tupi, sendo estes civilizados e mansos contrariamente aos Tapuia que seriam selvagens e hostis (PIRES, 2004, p. 61-62, grifo da autora).

Seguindo essa leitura, Lindoso (2011) também aponta a existência de tal compreensão relativa ao termo Tapuia, sendo que esses indígenas, residentes no Sertão, eram considerados, pelos colonizadores, como povos selvagens, ao passo que os inimigos dos Tapuia, os Tupi, habitantes do litoral, eram tidos como indígenas mansos (PIRES, 2004).

Residentes no Sertões nordestinos (PIRES, 2015), os Tapuia eram indígenas nômades, cuja reprodução social dava-se por meio da atividade da caça e da coleta de frutos da natureza (LINDOSO, 2011). Segundo Lindoso (2011), a dinâmica social dos Tapuia começou a mudar quando esses indígenas se chocaram com o empreendimento colonial, que no contexto do Sertão ocorreu por meio da expansão da atividade pecuária, o que Lindoso (2011) denomina de currais de boi.

Nesse contexto, Lindoso (2011) coloca que com o avanço dos currais de bois, a natureza, de onde os Tapuia retiravam seu alimento, começou a ser transformada, dando lugar ao gado e passando a servir de alimento para ele. Diante disso, o choque entre a atividade curraleira e os indígenas Tapuia resultaram em um conflito violento, o qual é chamado na historiografia de Guerra dos Bárbaros⁶.

Conforme Lindoso (2011), os Tapuia saíram derrotados da Guerra dos Bárbaros, conflito que ceifou incontáveis vidas indígenas e que provocou, também, grandes mudanças na vida dos indígenas sobreviventes, estes que passaram a ser inseridos em um processo de catequização, pautado na doutrina do cristianismo. Ademais, Lindoso (2011) elucida que muitos Tapuia foram transformados em curraleiros-tangedores, ou seja, passaram a trabalhar nos currais de boi.

Segundo Pires (2015), apesar da vitória dos colonizadores na Guerra dos Bárbaros, os Tapuia desempenharam uma grande resistência frente a expansão da pecuária nos Sertões

⁶Conflito ocorrido “entre os anos de 1650 e 1720, a Guerra dos Bárbaros envolveu os colonizadores e os povos nativos chamados Tapuia e teve como palco uma área que correspondia em termos atuais a um território que inclui os sertões nordestinos, desde a Bahia até o Maranhão” (PIRES, 2015).

nordestinos, de modo que a criação do gado “só se desenvolveu, ampliando o seu mercado, após o final do conflito, quando as terras estavam ‘limpas’ dos indígenas” (PIRES, 2015).

De acordo com Lima (2019), como fruto desse contínuo processo de extermínio e catequização, perpetrada contra os povos indígenas pelos colonizadores, o Estado começou, a partir do século XIX, a adotar “uma narrativa que apontava para o desaparecimento de indígenas do Sertão do Nordeste, denominando seus remanescentes de caboclos e legitimando as incursões de criadores de gado e latifundiários sobre as terras de antigos aldeamentos” (LIMA, 2019, p. 04).

É nesse contexto histórico de ataques realizados contra os aldeamentos indígenas, e de um silenciamento étnico imposto pelo Estado, que se situam os indígenas que atualmente habitam no Sertão alagoano, povos que carregam consigo a resistência inerente aos Tapuia, materializada atualmente na luta pela terra e na defesa da sua cultura. Perante o exposto, destacamos a assertiva de Lima (2019, p. 01) que faz referência a trajetória dos atuais povos indígenas do Sertão alagoano:

No Sertão de Alagoas estão cinco povos indígenas Geripankó, Kalankó, Karuazu, Katokinn e Koiupanká. Tributários do tronco Pankararu, fugiram do Sertão pernambucano em direção ao estado de Alagoas, nos estertores do século XIX, quando se intensificaram as violentas investidas sobre as terras do antigo aldeamento de Brejo dos Padres. Durante a maior parte do século XX foram impedidos de acessar e cultivar a terra, bem como de manifestar livremente suas práticas culturais. Silenciados e dispersos por décadas, decidiram assumir sua condição étnica entre o último quartel do século XX e o início do século XXI, protagonizando retomadas de terras e expressando, publicamente, seus vínculos étnicos, em meio a uma região marcada pela histórica violência, engendrada pelo mando oligárquico local.

Como resultado desse processo histórico de resistência contra a violência e usurpação de suas terras, temos os atuais povos indígenas do Sertão alagoano, os quais se constituem como um campesinato indígena que tem na relação com a terra um elemento imprescindível para a sua reprodução social. Nesse sentido, ancorado no apanhado histórico realizado, vemos que a formação do campesinato do Semiárido alagoano se deu pela migração do litoral para o interior, assim como pela presença dos Tapuia, desvelando desse modo que o campesinato do Semiárido de Alagoas foi forjado em um amplo processo histórico, ocorrido em diversos períodos e contextos, conforme cita Albuquerque (2017, p. 85):

Mesmo que seja impossível datar com precisão a presença campesina no Agreste e no Sertão – isso ocorreu em diferentes momentos e por variados processos históricos –, é certo assegurar que muito cedo os pobres da terra (índios, negros e brancos pobres e livres) ocuparam a região. Sem erro, a presença destes sujeitos não foi obra e graça do gado; a formação do

campesinato do Semiárido não ocorreu nos arredores dos currais; os pobres da terra não pegaram carona nos carros de boi. Na verdade, a presença deles no Semiárido aconteceu antes, durante e depois – e apesar – do gado.

A formação do campesinato do Agreste e do Sertão alagoano, portanto do Semiárido de Alagoas, não se realizou em decorrência da atividade da pecuária que historicamente se desenvolveu na região. A criação desse campesinato ocorreu, como destacado por Albuquerque (2017), impulsionada pela necessidade de se dirigir para um território que permitisse a essa classe a sua reprodução social e a sua liberdade, elementos esses que os latifúndios da zona da mata colocavam em risco.

Nesse aspecto, Albuquerque (2017, p. 91) destaca que a reprodução social do campesinato do Semiárido alagoano refletia na produção realizada por esses trabalhadores, os quais, através das relações de trabalho, “[...] produziram alimentos, tabaco, algodão; criaram animais diversos – e outras formas de existência –; consumiram, trocaram e venderam produtos e, ontem como hoje, marcaram e marcam a vida na região”.

Contudo, tanto no passado quanto no presente, a vida do camponês no Semiárido alagoano, sobretudo no Sertão, não se configura como uma tarefa das mais simples. Em que pese a existência de uma estrutura fundiária menos desigual que a zona da mata alagoana, as intempéries climáticas se apresentam como um grande desafio para esse campesinato.

Como aponta Albuquerque (2017, p. 36):

Viver no Sertão é um desafio permanente. A seca, inimiga natural, tem sido enfrentada com bravura ao longo da história. A convivência com o Semiárido é mais difícil quando a propriedade é pequena ou muito pequena. Com pouca terra e com clima adverso, o camponês do Semiárido alagoano não tem como viver apenas da produção que realiza; ela é insuficiente e precisa ser complementada com outras rendas.

A seca é uma grande inimiga para esse camponês. Tal fato fez com que a sua capacidade de resistência tenha sido ampliada, assim como os conhecimentos referentes às relações com a terra e com a natureza, uma vez que residir no Semiárido requer uma gama de saberes para que se possa conviver e produzir em um ambiente marcado pela escassez da chuva.

O acesso à terra também se constituiu como uma luta do camponês residente no Semiárido alagoano. Embora a concentração fundiária seja mais intensa na região canavieira, a pouca terra, ou mesmo a falta dela, também se apresentou como um componente desafiador, fato que proporcionou, na década de 1970, o surgimento de coletivos campesinos em defesa da reforma agrária (COSME, 2019), movimento que deve ser lido como um aspecto importante da trajetória camponesa em Alagoas, conforme delineia Cosme (2019, p. 216-217):

Para compreendermos a gestação da luta pela reforma agrária no estado de Alagoas, é mister um retorno aos anos 1970 e, notadamente, à primeira metade dos anos 1980, pois nessa década foi semeada a resistência em prol da reforma agrária, pelo protagonismo do campesinato no e a partir do Sertão alagoano.

O campesinato do Semiárido alagoano, notadamente o residente no Sertão, passou a ocupar um papel de grande importância no interior da questão agrária alagoana, pois foi a partir da movimentação desse campesinato que se intensificou a luta em defesa da reforma agrária. Nesse cenário, destaca-se a organização dos camponeses não apenas do Sertão, mas de Alagoas como um todo, por meio do MST, articulação que segundo Cosme (2019) é iniciada desde o nascedouro do referido movimento:

O campesinato em Alagoas, através das organizações e movimentos sociais do campo, passa a se articular desde o início da constituição do MST. Sem necessitar pedir licença a quem quer que fosse, o campesinato alagoano, dando mais um passo à frente, enquanto classe social, foi forjando suas estratégias rebeldes para a arena da luta de classes. A luta pela terra, que sempre esteve presente ao longo da formação territorial alagoana, agora se materializava na bandeira da reforma agrária com o nascimento do MST no estado. Assim, foram pensando nos mecanismos de resistências, sabedores da necessidade de conquistar a terra como forma de garantir sua existência, enquanto sujeitos/classe de dentro do capitalismo [...] (COSME, 2019, p. 226).

Como elucidado por Cosme (2019), o campesinato em Alagoas, tendo como vanguarda os camponeses do Sertão, intensificam nas décadas de 1970 e 1980 o processo de luta em defesa da reforma agrária, em um movimento de resistência que representou, e representa, um resgate das raízes do camponês alagoano, e também do próprio camponês brasileiro, classe que tem como uma de suas principais bandeiras a luta pela terra.

Assim como no processo de formação do campesinato brasileiro, a atuação da Igreja Católica também se fez presente na constituição do camponês alagoano, sobretudo na organização política dos movimentos camponeses a favor da reforma agrária. Ao discorrer sobre o papel da Igreja Católica nesse contexto, Cosme (2019, p. 221) cita: “[...] fazemos questão de ressaltar a importância desses setores eclesiais, com base na Teologia da Libertação⁷, para a luta camponesa pela reforma agrária no campo alagoano”.

⁷De acordo com Marchioni (2019), a “América Latina do período pós Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência Episcopal Latina Americana realizada em Medellín-Colômbia em 1968 assistiu ao nascimento de uma teologia essencialmente libertadora que trazia em sua essência, como condição *sine qua non*, para viver o Evangelho de Cristo, a opção preferencial pelos pobres e a defesa de seus direitos. Estamos nos referindo à Teologia da Libertação” (grifo nosso). Ainda segundo Marchioni (2019), “[...] a Teologia da Libertação engloba várias correntes de pensamento, que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação das injustiças impostas aos mais pobres pelas condições econômicas, políticas e sociais determinadas pelo poder dominador”.

Seguindo esse raciocínio, Cosme (2019, p. 217), ao versar sobre a ação da Igreja Católica junto aos camponeses do Sertão alagoano, assim descreve:

[...] há um consenso também nos depoimentos e nos poucos autores que abordaram esse processo de luta pela reforma agrária em Alagoas, sobre o papel fundamental desempenhado por setores da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação. Percebemos como estes foram primordiais na gestação e disseminação de outra postura dos religiosos diante da problemática da questão agrária alagoana, consequentemente, influenciando uma nova postura dos sindicatos rurais e do campesinato com relação à reforma agrária no e a partir do Sertão alagoano.

Além da atuação junto ao campesinato alagoano, a Igreja Católica, por meio de seus setores progressistas, também atuou na construção de um novo entendimento, nos católicos, a respeito da importância da realização da reforma agrária. Diante disso, apesar das contradições existentes, o papel desempenhado pela Igreja Católica no seio dos movimentos camponeses, tanto em Alagoas como no Brasil, tem a sua importância social e histórica.

Retomando o debate sobre as lutas realizadas pelo campesinato alagoano em defesa da reforma agrária, Albuquerque (2017) destaca a importância social desempenhada por esse movimento. Nesse aspecto, Albuquerque (2017, p. 23) menciona a ocorrência de um processo de recampesinização em Alagoas, verificado nos últimos 20 anos, sendo “[...] consequência das tantas frentes de luta pela terra que ocorreram no Estado nas décadas de 1990 e 2000”.

Apesar do processo de recampesinização registrado em Alagoas, citado por Albuquerque (2017), o acesso à terra continua a ser um grande desafio para o campesinato alagoano, em especial para o camponês do Semiárido, este que em função da pequena quantidade de terra que dispõe para cultivar, se vê na necessidade de buscar outras fontes para garantir a sua reprodução.

Sobre essa problemática, Albuquerque (2017, p. 172) afirma:

A terra é pouca e o camponês do Semiárido alagoano não têm como viver apenas do que realiza nela. A produção é insuficiente e precisa ser complementada com outras rendas. A venda de dias de trabalho para um grande proprietário da região, ou mesmo a realização de trabalhos como pedreiro, marceneiro ou outros, também não garantem a sobrevivência do camponês e de sua família. Migrar é preciso.

Perante o exposto, chegamos a um aspecto que se faz presente de maneira intensa na vida do camponês habitante no Semiárido de Alagoas: o migrar. Como aponta Martins (1995), a migração é uma característica que faz parte da natureza do campesinato brasileiro, não sendo

diferente com o camponês do Semiárido alagoano, este que foi formado, dentre outros elementos, pela migração realizada do litoral para o Agreste e Sertão.

Todavia, na busca por obter a renda necessária para suprir a si, e a sua família, este camponês do Semiárido realiza um movimento migratório que, agora, vai no sentido contrário: ele migra do Sertão para o litoral, para trabalhar no setor canavieiro, se sujeitando assim ao assalariamento e a exploração da sua força de trabalho. Para Albuquerque (2017), esse movimento migratório se configura como uma ação de resistência, pois trata-se de uma medida adotada pelo camponês para garantir a sua sobrevivência.

Destarte, Albuquerque (2017, p. 17) discorre:

No contexto do Semiárido alagoano, migrar e resistir são movimentos afins. Por sua recorrência, a migração impacta a sociedade camponesa de diferentes formas – mas ela não é causa, é manifestação, e só ocorre porque a realidade em que vivem milhares de camponeses impõe, exige que eles migrem.

A pouca terra para trabalhar, e as dificuldades impostas pelo clima, são alguns dos fatores que levam o camponês a migrar para a zona da mata alagoana, sujeitando-se ao árduo trabalho nos canaviais. Segundo Albuquerque (2017), esses trabalhadores que migram possuem particularidades entre si, as quais quando analisadas dão origem a dois distintos grupos de camponeses migrantes:

[...] primeiro, os desempregados do campo e da cidade, maioria dos migrantes. São trabalhadores rurais, ex-camponeses ou não, com vida no campo ou na cidade, que, quando têm oportunidade, sobrevivem do trabalho que realizam nas médias e grandes propriedades da região. O segundo grupo de migrantes é formado pelos camponeses com pouca terra. Sem ou com pouca tecnologia e assistência técnica, produzem para a reprodução da unidade familiar e destinam pequena margem da produção para o mercado (ALBUQUERQUE, 2017, p. 21).

Enquanto que no primeiro grupo podemos encontrar trabalhadores que são ex-camponeses, o segundo é formado justamente por um campesinato que, por dispor de pouca terra, não consegue realizar uma produção suficiente, o que o obriga a caminhar para o assalariamento. Essa situação da migração camponesa, do Sertão para os canaviais da zona da mata alagoana, se configura como um dos elementos que fazem parte da trajetória do campesinato de Alagoas, pois como já mencionado, se trata de um forma de resistência adotada pelos camponeses, como podemos verificar na citação de Albuquerque (2017, p. 172):

A recorrência migratória mexe com a existência camponesa daquele que migra. Durante um período do ano, ele também é um assalariado. Essa dualidade tem inspirado teses preches de determinismos que decretam o fim do campesinato, tomado como uma categoria pretérita, em decomposição; e

reduzido sua existência a um fenômeno residual no conjunto da sociedade moderna. A realidade nos revela mais. Compreendemos a migração como parte da resistência camponesa, como um fenômeno de conteúdo mais denso e resistente às abordagens que tentam reduzir o campesinato à categoria de trabalhadores para o capital.

Ancorado na reflexão de Albuquerque (2017), vemos que o ato de migrar é uma ação adotada pelo campesinato para garantir a sua sobrevivência. Por outro lado, a migração traz consequências para o camponês, pois uma vez que ele está dentro do modo de produção capitalista, não é proprietário dos meios de produção e tampouco do objeto fruto do seu trabalho,

O fato é que o movimento migratório faz parte da vida do camponês do Semiárido alagoano, do mesmo modo que fazem parte da essência desse campesinato a luta pela terra e por reforma agrária, assim como a resistência às adversidades do Semiárido e ao avanço do capitalismo. Esse mesmo camponês alagoano também é fruto da colonização, da insurgência negra e da resistência indígena. Todos esses elementos históricos e condicionantes sociais estão presentes na essência desse campesinato.

2.4 O território como elemento de resistência camponesa e o recrudescimento do processo de acumulação primitiva na atualidade

O modo de vida camponês, como discutido ao longo do capítulo, tem na relação com a terra um de seus pilares, pois é por meio das relações de trabalho na agricultura e do contato com a natureza que o campesinato realiza a sua produção, e conseqüentemente a sua reprodução social, constituindo assim uma classe que possui em sua essência traços da luta e resistência.

Diante disso, percebemos como a terra é um elemento indispensável para o campesinato, pois é a partir das relações com ela (a terra) que o camponês se afirma enquanto trabalhador cujo modo de produção é antagônico ao capitalismo, este que enquanto um sistema inexorável busca a todo instante desintegrar a unidade econômica camponesa, retirando esses trabalhadores da terra e sujeitando-os a proletarização.

Nesse sentido, a ligação do camponês com a terra faz com que esta se constitua enquanto um elemento de resistência (FABRINI, 2008). Continuar na terra e nela produzir, para além de um ato voltado para garantir a sobrevivência camponesa, é também uma ação de resistência contra aqueles que buscam destruir a propriedade camponesa e coloca-la a serviço da exploração capitalista.

Essa relação estabelecida entre o camponês e a terra, além de se constituir como um elemento de resistência, cria também um território do campesinato, o qual se coloca contra a

exploração imposta pelo capital. Sobre esse fato, Fabrini (2008, p. 239) aponta: “É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista”.

Neste cenário, emerge um elemento central para o campesinato, assim como para a Geografia, uma vez que se trata de um dos principais conceitos inerentes a essa ciência: o território, este que é resultado da apropriação do espaço, sendo o território “[...] um *espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder*” (SOUZA, 2000, p. 78, grifo do autor).

O espaço, conceito principal da Geografia, é palco das ações humanas, as quais se estabelecem, historicamente, por meio do contato com a natureza e das relações sociais. A partir desse processo temos a origem de aspectos abstratos e concretos, fato que proporciona o surgimento de novos elementos, dentre os quais o território (SAQUET, 2007), este que “[...] se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Seguindo nesse viés, Corrêa (1998, p. 251) aponta que o “território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”. Nesse prisma, o território é fruto das atividades humanas no espaço, um processo permeado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

A partir de sua construção social, o território se torna também palco das ações humanas, as quais se manifestam de maneira abstrata e concreta, fazendo emergir as territorialidades, as quais envolvem um “[...] conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1998, p. 252).

De acordo com Raffestin (1993, p. 158), “[...] a territorialidade-adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. As territorialidades, enquanto manifestações das práticas sociais no território, refletem as ações realizadas pelos diferentes atores sociais, bem como os atos engendrados pelos capitalistas.

Assim, os modos de vida, as relações de trabalho, as lutas e as resistências realizadas pelo campesinato configuram-se enquanto territorialidades, pois são práticas camponesas manifestadas em seu território. Diante desse cenário, o capital tem buscado desintegrar essas ações, pois as mesmas apresentam-se como antagônicas ao modo de produção capitalista, pois

como enfatiza Fabrini (2008, p. 258), o território camponês “[...] se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista”.

As ações empreendidas pelo capital, afim de romper o território camponês, não se constituem como atos recentes, pelo contrário, elas se caracterizam como elementos cujas raízes remontam aos primórdios do capitalismo. Referimo-nos à acumulação primitiva, processo que de acordo com Marx (1996) consiste na separação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo desse modo um elemento fundante do sistema capitalista.

Segundo Marx (1996), para que o modo capitalista de produção pudesse se estabelecer, era preciso a existência de trabalhadores desprovidos dos meios de produção necessários para a sua sobrevivência, uma vez que tal fato tornaria esses trabalhadores livres para venderem sua força de trabalho, sujeitando-se assim ao assalariamento. Ao versar sobre esse processo, Marx (1995, p. 287) coloca:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Para dispor da força de trabalho livre para o assalariamento, o capitalismo atuou realizando a expropriação dos trabalhadores dos elementos necessários para a sua reprodução, pois estando desprovidos de qualquer meio que lhe permita produzir para manter o seu sustento, esse trabalhador não terá outro caminho que não seja vender sua força de trabalho para o capital.

Marx (1996, p. 340) denomina esse processo de separação do trabalhador dos seus meios de produção de acumulação primitiva:

[...] o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Por meio da acumulação primitiva, o capitalismo construiu a base sobre a qual se ergueu e se difundiu, tornando-se um sistema mundialmente dominante. A separação entre o trabalhador e os meios de produção não se restringiu ao contexto de nascimento do capital, pelo contrário, como coloca Marx (1996, p. 340): “Tão logo a produção capitalista se apóie sobre

seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente”.

Trata-se, pois, de um processo que não cessa, mas que está em constante movimento e com tendência a ampliar sua abrangência. Seguindo esse raciocínio, Lencioni (2012) enfatiza que, na atualidade, no contexto de mundialização capital e consolidação dos grandes grupos multinacionais, a acumulação primitiva tem se tornado um movimento cada vez mais intenso.

Olhando para a trajetória do campesinato brasileiro, notamos como a acumulação primitiva esteve presente desde o início da formação desse camponês: na retirada do indígena de sua terra e na negação do acesso a ela, confirmada com a Lei de Terras de 1850; na vitória do projeto de modernização da agricultura, em detrimento da realização da reforma agrária, no limiar da década de 1960.

Em ambos os contextos referidos, evidencia-se a busca do capital em separar o trabalhador da terra, sendo o Estado um ator de importante atuação a favor do capital, pois em todos os momentos históricos acima descritos, a atuação do Estado foi fundamental para a cisão entre o camponês e a terra. Nos dias de hoje, a acumulação primitiva tem buscado retirar do campesinato, além da terra, a água, as sementes e os seus saberes, e mesmo quando esse camponês não é retirado da terra, o capital impõe seu controle por meio do processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 2016).

Neste ponto, chegamos a um aspecto muito importante: os rebatimentos territoriais ocasionados pela expansão capitalista e as resistências empreendidas perante esse avanço, fatos estes que fazem com que o território seja, também, um produto da reprodução do capital e *lócus* das lutas realizadas pelas classes sociais, como disserta Oliveira (2004, p. 40) ao colocar que o território

[...] deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbióticas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência.

Seguindo sua linha de pensamento, Oliveira (2004, p. 40) acrescenta:

Dessa forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza (grifos do autor).

Como evidenciado por Oliveira (2004), o território, além de se configurar como um palco onde ocorrem disputas de poder, é também um elemento construído por meio das relações sociais de produção. Se tratando do modo de produção capitalista, este vem provocando alterações no espaço agrário por meio de dois processos: a territorialização do monopólio, esta que ocorre quando o capital se territorializa, varrendo do campo os trabalhadores (OLIVEIRA, 2004); e a monopolização do território, movimento que se realiza quando “[...] o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar [...]” abrindo “[...] espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social” (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

A territorialização e a monopolização, enquanto dois processos que se materializam por meio das ações das empresas capitalistas, principalmente os grupos do agronegócio, vêm gerando novas configurações na construção territorial. Desse modo, Oliveira (2004, p. 43) afirma que “[...] a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo”.

A partir desses movimentos de reprodução capitalista, novos percalços vão sendo postos nos caminhos das lutas camponesas, classe social que na monopolização do território é inserida em uma situação de subordinação ao capital, este que abre o caminho para a continuidade da existência camponesa, fato que ilustra o quanto contraditória é a lógica capitalista.

Todavia, em que pese esses novos mecanismos adotados pelo capital para ampliar a sujeição camponesa, a história mostra que o campesinato jamais arrefeceu seus ânimos, mas seguiu defendendo a sua terra, o seu território e o seu modo de vida. Em se tratando do camponês brasileiro, sua trajetória é marcada por importantes atos de luta pela terra, os quais fizeram surgir movimentos que, na atualidade, continuam lutando contra o avanço do capital e a favor da uma reforma agrária popular, para que através desta possam surgir novos territórios camponeses.

Realizando uma análise do debate feito neste capítulo, ao longo do mesmo refletimos sobre as concepções clássicas referentes ao campesinato, seu modo de produção, de vida e sua capacidade de resiliência perante a lógica capitalista. Na sequência de nosso estudo, apontamos os elementos históricos e sociais presentes na formação do campesinato no Brasil e mostramos como esse camponês brasileiro possui, desde sempre, uma natureza de luta e resistência.

A partir da análise da formação do campesinato brasileiro, construímos a base para compreender o processo de constituição do camponês em Alagoas, e particularmente no

Semiárido do referido estado. Um campesinato que possui em sua essência, além luta e da resistência, a realidade da migração.

Por fim, destrinchamos sobre o processo de formação do território, em especial o território camponês, no qual se manifesta as territorialidades campesinas, as quais são resultados das lutas, modos de vida e relações de trabalho realizadas por essa classe. Contra este território, o capital vem realizando ataques a fim de sujeita-los à sua lógica de produção, sendo tal fato uma manifestação da acumulação primitiva, elemento fundante do capital.

Alicerçado nesse debate, bem como nas reflexões realizadas no primeiro capítulo, sucederemos agora para uma análise da atuação do campesinato alagoano na realidade do Semiárido, os quais vem empreendendo um processo de resistência territorial em defesa das sementes crioulas, luta que se realiza em um contexto de avanço da indústria sementeira e dos ataques realizados pelo capital por meio da intensificação dos processos de concentração, centralização e acumulação primitiva.

CAPÍTULO 3

SEMENTES DA RESISTÊNCIA: UM OLHAR PARA A LUTA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO



Feijão crioulo, povoado Tabuleiro, Água Branca – AL.
Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Forjados em um espaço marcado pelas intempéries climáticas e por uma realidade socioeconômica vulnerável, os camponeses do Semiárido alagoano trazem em sua essência o direcionamento para as ações de lutas e resistências, práticas primordiais para a reprodução social desses trabalhadores, as quais se realizam em decorrência de diferentes fatores e que no contexto atual necessitam serem intensificadas.

Dentre as lutas empreendidas por esses camponeses, destacamos aquelas que vêm sendo realizadas na defesa das sementes crioulas, organismos que carregam “[...] *el pasado, la visión, el conocimiento y las prácticas acumuladas de las comunidades campesinas en todo el mundo que, durante miles de años, han creado la base de todo lo que nos sostiene en el presente*” (VÍA CAMPESINA, 2013, p. 03).

Frutos do trabalho camponês, as sementes crioulas “[...] *se adaptan por sí mismas a la diversidad y variabilidad de los suelos, los climas, las prácticas agrícolas y a las necesidades alimentarias y culturales locales*” (VÍA CAMPESINA, 2013, p. 03). Diante disso, vemos que os organismos crioulos possuem grande importância para os camponeses, principalmente os que habitam do Semiárido, pois são sementes adaptadas às condições de clima e solo da referida região.

Como forma preservar esse patrimônio genético e cultural, camponeses do Semiárido alagoano vêm materializando sua resistência por meio da criação de uma rede estadual de BCS, prática que busca garantir a proteção das sementes crioulas, estabelecendo também laços de vínculos na comunidade.

Perante o exposto, neste capítulo encontram-se sistematizados os resultados obtidos nas pesquisas, as quais foram realizadas por meio do levantamento de dados quantitativos e qualitativos, bem como através de trabalhos em campo, estes que tiveram início com a observação preliminar da rede alagoana de BCS e da atuação das organizações camponesas, com ênfase nas atividades desenvolvidas pela COPPABACS.

Com a observação prévia, estruturamos elementos que nos permitiram a escolha das duas localidades a serem estudadas: Tabuleiro, povoado onde se encontra o primeiro BCS de Alagoas, construído na década de 1980 como resultado das ações realizadas pelas CEBs, sendo o berço das lutas em defesa das sementes crioulas em território alagoano; e Aldeia Ouricuri, residência da maior parte do povo Jeripankó, comunidade que possui um BCS construído em 2016, fruto da política pública de expansão da rede alagoana de bancos comunitários.

Localizados em espaços socioculturais distintos, e construídos em contextos históricos diferentes, os BCS das referidas localidades se colocaram como possibilidade de se analisar, e

compreender, diferentes estratégias de resistência realizadas pelos camponeses na defesa das sementes crioulas, no passado e no presente.

A fim de entendermos esse processo histórico de lutas, realizamos oito entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas: aos camponeses que são considerados referências, nas comunidades estudadas, como guardiões de sementes crioulas; aos integrantes da diretoria da COPPABACS; e ao então secretário de agricultura do município de Pariconha.

Diante disso, na presente sessão destrincharemos sobre o processo histórico de resistência realizado pelo campesinato do Semiárido alagoano na defesa das sementes crioulas, tendo como ênfase as experiências dos BCS do Povoado Tabuleiro e da comunidade Jeripankó. Apontaremos, também, as ações realizadas pelo capital para destruir essa luta e quais as estratégias adotadas pelas organizações camponesas a fim de frear esses ataques.

3.1 Semiárido brasileiro: espaço de lutas e resistências

Refletindo sobre o processo histórico de formação social, econômica e cultural do Semiárido brasileiro, vemos que a referida região se constitui como um espaço marcado por ações de lutas e resistências empreendidas pela população residente nessa faixa do território brasileiro, povos que resistem às intempéries climáticas, às hostilidades praticadas pelos grupos oligárquicos locais e às políticas públicas implantadas pelo Estado, sobretudo às de combate à seca, essas que ao longo da história se mostraram ineficientes, constituindo-se como verdadeiros dispêndios do erário público.

Nesse sentido, o Semiárido brasileiro, que segundo Ab'Sáber (1999, p. 07) “é uma das regiões Semiáridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos ou entre os trópicos [...]”, se configura como uma importante região do território brasileiro, a qual foi no passado, e continua sendo no presente, palco de intervenções estatais, que por meio de políticas públicas, buscam amenizar os problemas sociais e econômicos presentes no Semiárido, sendo os aspectos edafoclimáticos tidos como os causadores de tais vulnerabilidades.

Ab'Sáber (1999, p. 07), ao apontar os principais elementos naturais que caracterizam as regiões Semiáridas, assim coloca:

Os atributos que dão similitude às regiões Semi-áridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos

carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones.

Como muito bem destacado por Ab'Sáber (1999), são os fatores de ordem natural (como o clima, a hidrografia e a vegetação) que conferem ao Semiárido seus aspectos singulares. Ancorado nesse fato, o Estado brasileiro utilizou-se desses fatores naturais para delimitar, ao menos do ponto de vista da legislação, a região Semiárida do país, e consequentemente intervir na mesma por meio de políticas públicas.

No contexto mais atual, o Estado brasileiro instituiu, por meio das Resoluções nº 107, de 27 de julho de 2017 e nº 115, de 23 de novembro de 2017, três aspectos que devem ser registrados pelo município para que o mesmo possa ser integrante da região Semiárida, e desse modo ser assistido por políticas públicas elaboradas especialmente para essa região: “precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano” (SUDENE, 2020).

A partir do deliberado pelas referidas Resoluções o Semiárido brasileiro abrange, na atualidade, 1.262 municípios (Figura 05), distribuídos entre os estados de Alagoas (38 municípios), Bahia (278 municípios), Ceará (175 municípios), Maranhão (2 municípios), Minas Gerais (91 municípios), Paraíba (194 municípios), Pernambuco (123 municípios), Piauí (185 municípios), Rio Grande do Norte (147 municípios) e Sergipe (29 municípios). Ao todo, o Semiárido brasileiro possui uma área de 1.128.697 km², onde viviam, no ano de 2017, 27.870.241 milhões de pessoas (SUDENE, 2017).

Figura 05: Delimitação do Semiárido brasileiro (2017).



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (2020).

Todavia, as ações de delimitação da região Semiárida brasileira não se constituem como algo recente, pelo contrário, se trata de uma ação que vem sendo realizada pelo Estado há décadas, fato que ilustra como a questão da seca na realidade brasileira não é algo que envolve apenas uma questão da natureza, mas também uma disputa política. Nesse contexto, entendemos ser pertinente nos remetermos a década de 1930, precisamente a Constituição de 1934, que em seu Artigo 177º instituiu:

A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que dependerá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial (BRASIL, 1934).

O Artigo 177º, da Constituição Federal de 1934, se apresenta como um importante elemento para que possamos compreender as ações pensadas pelo Estado para a região Semiárida, pois no contexto histórico que estamos tratando, década de 1930, vemos que o combate à seca se tornou uma ação constitucional, fato corroborado com a promulgação da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, criada justamente para regulamentar o Artigo 177º.

A Lei nº 175/36 apontou a necessidade de se elaborar planos sistemáticos de combate à seca nos estados do Nordeste, ações que seriam norteadas por meio de dois mecanismos: a execução de obras e serviços em caráter permanente e a realização de obras emergenciais durante os períodos de graves crises climáticas (BRASIL, 1936, Art. 1º).

Neste cenário, a Lei nº 175/36 se constitui como um importante dispositivo jurídico para as ações de combate à seca, pois a mesma representou o reconhecimento, por parte do Estado, e do ponto de vista jurídico, da existência do chamado polígono das secas, este que envolvia uma parcela do território brasileiro, situada majoritariamente no Nordeste, que apresentava uma deficiência hídrica, a qual, na leitura dos governantes, deveria ser combatida com políticas públicas.

Assim, iniciou-se uma escalada de ações estatais voltadas para combater a seca na região Semiárida. De acordo com Malvezzi (2009), uma dessas ações foi a recomposição do chamado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ocorrida em 1945, órgão que nasceu em 1909 com o nome de Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas (IOCS). Segundo Malvezzi (2009), as ações do DNOCS no Semiárido se materializaram por meio de um amplo processo de construção de açudes na referida região: aproximadamente 70 mil, fato que tornou o Semiárido brasileiro uma “[...] uma das regiões mais açudadas do planeta [...]” (MALVEZZI, 2009, p. 67).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (2013), até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, o DNOCS foi “[...] o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região” semiárida. Diante disso, percebemos como o DNOCS é considerado, pelo Estado, um órgão de importante atuação, fato evidenciado com a instituição da Lei nº 4.229, de 1 de junho de 1963, a qual elevou o DNOCS a condição de autarquia federal.

Outro órgão estatal criado com o objetivo de intervir no Nordeste, e nessa perspectiva na região Semiárida, foi a SUDENE. Instituída em 1959, no governo Juscelino Kubitschek, a SUDENE também atuou na elaboração de mecanismos voltados combater a seca, todavia, segundo Malvezzi (2009), essas medidas não obtiveram êxito, uma vez que a SUDENE foi cooptada pelos grupos oligárquicos da região nordestina, os quais tinham forte influência no meio político e absorveram os recursos destinados para as políticas de combate à seca.

A SUDENE foi extinta no ano de 2001, porém não totalmente. A Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001, ao extinguir a SUDENE, criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Todavia, em 2007, no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, a SUDENE foi recriada com a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, estando dessa forma em atuação no contexto atual.

O fato é que as ações de combate à seca historicamente realizadas pelo DNOCS, e posteriormente intensificadas com a criação da SUDENE, se configuraram enquanto mecanismos ineficazes, em grande medida abarcadas pelas elites oligárquicas locais, fazendo emergir o que ficou conhecido como indústria da seca. Ademais, a considerável quantidade de dispositivos legais, instituídos para implementar as políticas de combate à seca no Brasil, mostra como o Estado se utiliza da estrutura jurídica para realizar suas ações em benefício dos grupos dominantes.

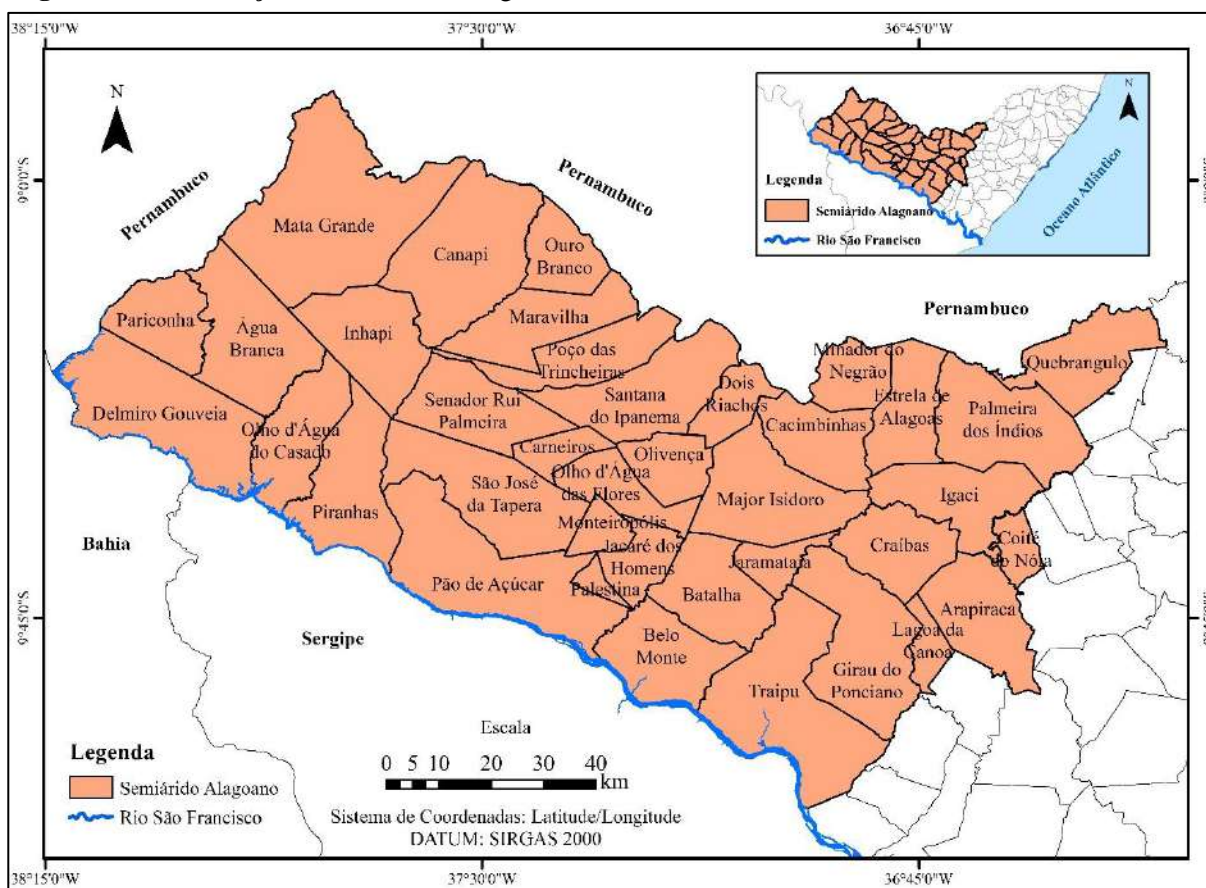
Segundo Malvezzi (2009), diante das políticas de combate à seca historicamente implantadas pelo Estado, organizações da sociedade civil iniciaram um processo de articulação tendo como pilar o entendimento de que não se é possível combater à seca, haja vista se tratar de um fenômeno natural, de modo que o caminho a ser percorrido é o da convivência com ela. É a luz desse entendimento que nasce, em meados do ano 2000, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), surgida com o propósito de elaborar ações voltadas para a convivência no Semiárido, de modo a utilizar de forma racional e equilibrada os recursos naturais da região citada.

Nesse cenário, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), implementado no limiar dos anos 2000, foi a primeira política desenvolvida pela ASA, uma ação voltada para o

atendimento de “[...] uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber” (ASA, 2020). Em 2007, a ASA cria mais uma política de convivência com a seca: o Programa 1 Terra e Duas Águas (P1+2), ação que consiste na construção de uma “[...] estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais” (ASA, 2020).

O surgimento da ASA, e do ideal da convivência com a seca, foi uma importante manifestação da resistência de trabalhadores e trabalhadoras do Semiárido, perante o histórico quadro das ineficientes políticas públicas pensadas para combater à seca. Nesse contexto, dentre os territórios integrantes da região Semiárida brasileira em que se presencia, no passado e no presente, ações de resistência, destacamos o alagoano, cuja parte correspondente ao Semiárido engloba o todo o Sertão uma parcela do Agreste (Figura 06), tendo uma área de 12.583 Km², englobando 38 municípios onde residiam, em 2017, 962.641 habitantes (SUDENE, 2017).

Figura 06: Delimitação do Semiárido alagoano.



Base cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

O Semiárido alagoano se configura como um espaço marcado por ações de lutas e resistências, realizadas historicamente pela classe trabalhadora que habita a região. Nesse

sentido, compreendemos ser interessante remetermos aos diferentes processos de povoamento do Semiárido de Alagoas, de modo a clarificar os elementos que proporcionaram a formação dessa população.

Segundo Albuquerque (2017, p. 81), são três os processos que proporcionaram “[...] o povoamento e a sociedade que temos hoje no Semiárido alagoano”, os quais podem ser organizados da seguinte forma:

O primeiro foi composto por diversos deslocamentos migratórios de povos indígenas, de negros rebeldes e pobres livres que deixaram o litoral e a zona da mata e deslocaram-se interior adentro. O segundo foi realizado por fazendeiros que, a partir de Penedo, margeando o rio São Francisco, acompanhados por vaqueiros e escravos, embocaram pelo Sertão, espalhando gado e currais sempre que possível. O terceiro movimento foi realizado por membros de tropas oficiais e por milicianos mobilizados, inicialmente, para combater os rebeldes da região e que acabaram por fixar residência na região, com ou sem a anuência da Coroa Portuguesa (ALBUQUERQUE, 2017, p. 81).

Como apresentado por Albuquerque (2017), o movimento que levou ao povoamento do Semiárido alagoano envolve processos históricos amplos: a migração de indígenas, negros e pobres livres; a presença de fazendeiros, vaqueiros e escravos; a chegada de uma força repressiva, constituída por tropas e milicianos. Esse povoamento foi moldando a configuração social e espacial do Semiárido alagoano. Nesse sentido, enxergamos ser necessário, também, destacar a presença do capital e apontar o movimento que o mesmo realizou no processo de formação do Semiárido de Alagoas.

A presença do capital no Semiárido alagoano foi condicionada pelos fatores naturais dessa região, principalmente os de ordem hídrica (LESSA, 2013). Nesse sentido, Lessa (2013, p. 312) aponta que, no contexto do Semiárido de Alagoas, o movimento do capital “[...] foi o de renunciar à propriedade da terra e concentrar-se em posições que lhe permitem apropriar-se da renda rural”.

Ainda de acordo com Lessa (2013, p. 312):

A renúncia à propriedade fundiária explica-se pela instabilidade produtiva existente na maior parte do universo agropecuário da região submetida ao clima Semiárido, determinada pela falta de infraestrutura adequada para a convivência com a seca. Sem um eficiente sistema de obras hídricas públicas, o investimento de uma grande massa de capital em unidades rurais no Semiárido sempre foi e ainda é um suicídio econômico evitado pelos capitalistas.

Como dissertado por Lessa (2013), a ausência de uma estrutura de obras hídricas adequada configurou-se como um fator que gerou uma espécie de repulsa para o capital,

fazendo com que os capitalistas evitassem realizar altos investimentos na região Semiárida alagoana. Desse modo, Lessa (2013, p. 312) aponta que o caminho trilhado pelos proprietários do capital foi o de subordinar “[...] um numeroso número de campesinato livre aos seus interesses por meio de mecanismos de comercialização e crédito”.

Apesar de o movimento do capital ter se realizado no Semiárido alagoano assentado na busca pela sujeição do campesinato aos imperativos capitalistas, essa classe social não esmoreceu seu ímpeto de resistência, pelo contrário, como debatemos no capítulo 2, o camponês do Semiárido alagoano se constitui como um sujeito histórico que possui na sua essência o direcionamento para a luta.

Nesse sentido, as ações do camponês da região Semiárida alagoana ganham contornos mais notórios, quando percebemos que sua atuação se dá em um contexto que também é marcado pela presença da famigerada indústria da seca. Destarte, assim como nas demais parcelas do Semiárido brasileiro, na realidade alagoana a emergência do paradigma de convivência com a seca, e o próprio surgimento da ASA, são fatores que devem ser colocados em revelo na trajetória do campesinato do Semiárido de Alagoas, pois são frutos da articulação e resistência desses trabalhadores.

No contexto do Semiárido alagoano, a resistência camponesa possui muitas manifestações e materialidades, resultantes das práticas camponesas, do seu modo de vida. Dentre essas ações, destacamos uma que é imprescindível para a reprodução social desses sujeitos: trata-se da guarda das sementes crioulas, atividade realizada por agricultores de vários estados do Brasil, dentre os quais os guardiões de sementes alagoanos, estes que têm na semente crioula um organismo de convivência com o Semiárido, um elemento portador de aspectos culturais e genéticos frutos das relações trabalho e do contato com a natureza. É sobre a trajetória do campesinato do Semiárido alagoano na guarda das sementes crioulas, e suas estratégias de resistência, que destrincharemos nos itens a seguir.

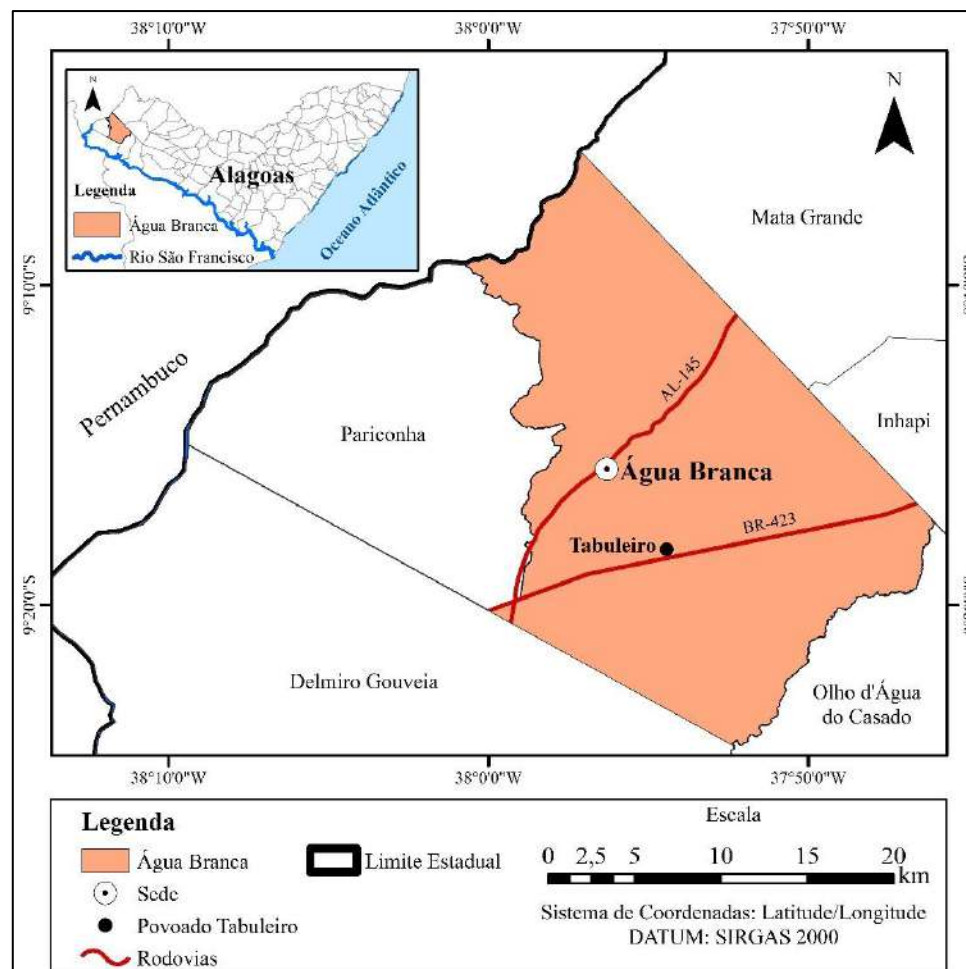
3.2 O surgimento da luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Dentre os processos de resistência realizados no Semiárido de Alagoas pelo campesinato, a luta em defesa das sementes crioulas se constitui como uma importante ação, um ato que vem sendo realizado por décadas e que garante a preservação de um rico acervo cultural, histórico e biológico.

Para que possamos compreender esse movimento de guarda das sementes crioulas, e o processo de resistência empreendido no Semiárido alagoano, torna-se necessário direcionarmos

nossos olhares para aquele que é considerado o berço dessa luta: o Povoado Tabuleiro, localidade pertencente ao município de Água Branca, Semiárido de Alagoas. (Figura 07).

Figura 07: Localização do Povoado Tabuleiro, Água Branca – AL.



Base cartográfica: IBGE (2015).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Integrante da Mesorregião do Sertão alagoano, Água Branca possuía, no ano de 2010, uma população de 19.377 habitantes, dos quais 14.276 residiam na zona rural e 5.101 na área urbana (ATLAS BRASIL, 2010), fato que evidencia como o campo tem uma importante representação na estrutura demográfica do município. Na área social, Água Branca apresentou, em 2010, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁸ de 0,549, revelando um quadro vulnerável, o qual é corroborado nos percentuais de população pobre: em 2010, 33,30% dos habitantes se encaixavam na condição de extremamente pobres⁹, enquanto 52,87%

⁸O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é definido pela “média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais” (ATLAS BRASIL, 2010).

⁹Extremamente pobres: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010” (ATLAS BRASIL, 2010).

eram considerados pobres¹⁰ e 74,54% estavam na condição de vulneráveis à pobreza¹¹ (ATLAS BRASIL, 2010). Os dados evidenciam a fragilidade social existente em Água Branca, um município que é bastante dependente dos repasses realizados pela união.

Além desses aspectos, é importante também pontuarmos que, considerando o período de 2003 a 2017, Água Branca se configurou como o município do Sertão alagoano possuidor do maior quantitativo de pessoas resgatadas da condição de trabalho escravo, sendo tal fato constatado pelos estudos de Lima, Silva e Feitoza (2018), os quais afirmam que “se formou, ao longo de mais uma década, um sólido fluxo espacial de trabalhadores desse município, que se destina à sujeição ao trabalho escravo algures” (LIMA; SILVA; FEITOZA, 2018, p. 1116).

No que diz respeito a economia, com 73,67% de sua população habitando no campo, a agricultura se constitui como um setor importante para o município. Nesse sentido, os principais produtos cultivados são o feijão, a mandioca, o milho e, em uma pequena escala, o plantio de cana-de-açúcar (IBGE, 2017). Ademais, também se verifica a criação de equinos, suínos, caprinos, ovinos, galináceos e bovinos, além da produção de leite, ovos e mel (IBGE, 2017).

É nesse contexto social e econômico, com forte presença do espaço rural, notado na composição demográfica do município, que está localizado o Povoado Tabuleiro, com sua importância histórica no que se refere a preservação das sementes crioulas no contexto do Semiárido alagoano, processo cujo limiar remete à década de 1980, período de grande agitação no Brasil, marcado pelas lutas camponesas na busca pela redemocratização do país.

Foi nesse contexto histórico que teve início a caminhada do campesinato do Semiárido alagoano na construção de uma resistência em defesa das sementes crioulas, luta realizada em um espaço marcado pela forte presença das oligarquias, que dominavam o cenário político e estabeleciam relações clientelistas para com a população local. Diante desse quadro, entraram em cena setores de base da Igreja Católica, fato narrado pela Entrevistada 03¹², participante desse processo de organização dos camponeses do Semiárido de Alagoas:

Aqui no Alto Sertão [de Alagoas] a gente sempre viveu em uma trincheira: os Loyola, os Malta e os Torres [famílias que exerciam o domínio político na região]. E a semente não chegava por necessidade, ou via as associações ou sindicatos. Ela era distribuída pela prefeitura, pelos vereadores, era uma dificuldade. Então, na década de 1980, chegam duas comunidades: uma de mulheres e outra de homens. Lá no Tabuleiro [Povoado localizado em Água Branca] ficaram Frei Angelino e Frei Afonso, e em Inhapi ficaram as irmãs

¹⁰Pobres: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010” (ATLAS BRASIL, 2010).

¹¹Vulneráveis à pobreza: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010” (ATLAS BRASIL, 2010).

¹²Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Delmiro Gouveia – Alagoas.

Gê e Cecília, e aí começam os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base [CEBs], e essas CEBs era animada pela paróquia daqui [de Delmiro Gouveia], de Água Branca, de Inhapi e de Mata Grande [municípios localizados na Mesorregião do Sertão alagoano]. A união dessas paróquias nós chamávamos de Forania do Alto Sertão.

A fala da Entrevistada 03 alude ao histórico processo de domínio político realizado por grupos oligárquicos na região do Semiárido alagoano, principalmente no Alto Sertão, fato que se configurava como entraves para a reprodução do campesinato devido a lógica de clientelismo que era imposta. Nesse sentido, as ações exercidas pela Igreja Católica, por meio das CEBs, se apresentaram como um mecanismo de organização camponesa, buscando dar a esses sujeitos, através da fé, novas perspectivas, novos horizontes.

Com as chegadas do Frei Angelino e Frei Afonso, juntamente com as irmãs Gê e Cecília, no início da década de 1980, foi iniciado, nos municípios abrangidos pela Forania do Alto Sertão, um trabalho de base em comunidades rurais, envolvendo, dessa forma, povos camponeses, fazendo com que a Igreja tomasse ciência das dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, principalmente na localidade denominada Tabuleiro, como descrito pela Entrevistada 03 na seguinte fala:

Como se trabalhava com jovens [na Forania], veio a Pastoral da Juventude do Meio Popular [PJMP], o Movimento de Adolescentes e Crianças [MAC], que foi quando eu iniciei, com meus 16 anos, no MAC. E em Tabuleiro tinha muita dificuldade, tanto da semente, como da água. Então, as reuniões que se fazia na comunidade discutia essas questões, tanto é que o primeiro fórum no estado de combate à seca foi aqui no Alto Sertão. Então, visitando as famílias, e as famílias não tinham o que comer, criaram um movimento chamado Fogo Apagado, pois eles não tinham fogo para acender, porque não tinha o que colocar para cozinhar. E foi levando essa situação para as reuniões, que eles tinham com Frei Afonso e Frei Angelino, que surgiu a proposta de colocarem uma roça comunitária, para que o resultado dessa roça pudesse ser guardado para que todos os anos eles tivessem a semente pra plantar.

Por meio dos encontros realizados pela Igreja no povoado Tabuleiro, a população encontrou, nesses espaços de religiosidade, a oportunidade para externalizar as dificuldades enfrentadas no tocante o acesso à água e às sementes, elementos que junto com a terra são bases para reprodução da vida. Nesse sentido, os momentos de socialização oportunizados pelo trabalho de base da Igreja Católica propiciou a articulação entre os camponeses que, sob o direcionamento dos Freis Angelino e Afonso, enxergaram na construção de uma roça comunitária uma possibilidade para atenuar os percalços existentes naquele momento.

Esse processo de articulação camponesa e construção da roça comunitária do Povoado Tabuleiro é narrado pela Entrevistada 04¹³, uma das primeiras integrantes do BCS do referido povoado, estando a mesma presente em todo o contexto dos trabalhos realizados pelas CEBs:

Chegou aqui uns padres de fora: Frei Afonso e Frei Angelino. Aí se reuniu com nós do Tabuleiro. Aqui ninguém sabia rezar, aqui ninguém sabia o que é uma crisma, aqui ninguém sabia o que era ser uma catequista. Quando eles chegaram aqui, eles ensinaram tudo. Tinha as catequistas de ensinar os meninos e tinha os freis para fazer reunião com nós. Aí a gente contou a eles [Freis] a história do plantio, aí eles se juntou com nós para nós fazer uma roça comunitária e construir um banco de sementes. Mas ninguém tinha terra, aí tinha uma velhinha, que ela tinha uma terra. Aí o Frei Afonso e o Frei Angelino falou com ela, e ela cedeu a terra. Aí o banco de sementes, esse banco de sementes, foi fundado com sete pessoas. Aí o meu compadre, ele já faleceu, cortou a terra, porque ele tinha um arado e tinha os bois. Aí as sete pessoas, cada um levou um pouco de feijão e fizemos a roça comunitária. Dessa roça comunitária foi tirado um pouco para o banco de sementes e o outro cada um pegou um pouquinho e levou pra casa.

A construção da roça comunitária do povoado Tabuleiro representou, de forma concreta, o surgimento do primeiro BCS do estado de Alagoas, no ano de 1984, o qual foi fruto da coletividade do trabalho camponês, que diante das dificuldades enfrentadas naquele contexto, teve na organização política, proporcionada por meio dos espaços de animação das CEBs, um elemento essencial para a realização dessa atuação conjunta. Ademais, a atuação das CEBs ao longo desse processo corrobora a assertiva de Cosme (2019), segundo o qual a Igreja Católica teve uma destacada atuação no espaço agrário do Sertão alagoano.

Iniciado com a participação de 7 camponeses, o BCS do Povoado Tabuleiro (Figura 08) conta atualmente com 27 associados, sendo 17 homens e 10 mulheres, e possui uma organização interna estruturada em 12 cargos, respectivamente: presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro e fiscal (suplente e titular). Além disso, o BCS possui sua agenda mensal, com reuniões ordinárias realizadas em todos os segundos domingos de cada mês. Em seu espaço interno (Figura 09), o BCS expõe o processo histórico que resultou no seu surgimento, evidenciado por meio de um acervo fotográfico, que narra, através das imagens, os vários momentos da articulação camponesa (Figura 10).

¹³Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Água Branca – Alagoas.

Figura 08: BCS do Povoado Tabuleiro.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2019).

Figura 09: Sementes crioulas expostas no BCS do Povoado Tabuleiro.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2019).

Figura 10: Acervo fotográfico, localizado dentro do BCS do Povoado Tabuleiro, expõe os registros históricos da luta.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2019).

No tocante as variedades de sementes preservadas, por meio do BCS os camponeses do Povoado Tabuleiro garantem a guarda do feijão rosinha, feijão vargem roxa e milho jaboatão, contudo, esses trabalhadores também realizam a guarda das sementes nas suas residências, em quantidades menores e com outras variedades.

Em relação ao processo de preservação, algumas técnicas são utilizadas, sendo o uso das folhas verdes de uma árvore denominada Nim¹⁴ o procedimento mais adotado atualmente. O BCS do Povoado Tabuleiro, ao garantir a guarda das sementes crioulas, se constitui como um espaço de preservação da memória, da cultura e dos conhecimentos camponeses, pois estas características se fazem presentes nas sementes crioulas, as quais são a materialidade viva do modo de vida camponês, como podemos atestar na fala da Entrevistada 04:

É uma semente [crioulas] da nossa roça, das nossas mãos, foi passada por nossa mão e eu ainda hoje tenho a minha. Eu acho que é importante porque ela tem muitos anos que tá nas minhas mãos, foi a semente que eu conheci, que meu pai plantava. Ele morreu e deixou as sementes, e eu ainda hoje tenho elas. 30 anos que meu pai morreu e eu ainda tenho as sementes. Em cada ano eu renovo elas, se eu plantar e só der para guardar, eu guardo.

Como descrito pela Entrevistada 04, a semente crioula é um organismo muito importante para os camponeses que as guardam, pois se trata de um elemento repassado através das gerações, um rico conhecimento acumulado durante décadas, que por meio de muita resistência vem sendo preservado no Povoado Tabuleiro e no Semiárido alagoano.

A partir das práticas vivenciadas na localidade Tabuleiro, materializada na roça comunitária e no BCS, a experiência com as sementes começou a se disseminar no Sertão alagoano, sendo essencial para isso as ações desenvolvidas pelas CEBs, que envolviam outras comunidades rurais que foram conhecendo o trabalho realizado pelos camponeses do Tabuleiro.

Sobre esse processo, a Entrevistada 03 assim narra:

Então surge o primeiro banco [do Povoado Tabuleiro], e depois o segundo em Inhapi, e aí vai se expandindo, porque através das CEBs vem gente de Piranhas, vem gente de Poço das Trincheiras, e vão conhecendo a experiência e vão constituindo novos bancos. Inhapi, Poço das Trincheiras, Piranhas, Santana do Ipanema e Ouro Branco [municípios localizados na Mesorregião do Sertão alagoano]. Foram esses que, através das CEBs, e dessas experiências, se constituíram em bancos de sementes sem ser através da roça comunitária, como foi em Tabuleiro. Acharam interessante a ideia, então cada um doava uma quantidade de sementes pra formar aquele banco. Aí funcionava no alpendre da casa de um, ou no armazém da casa do outro.

¹⁴Espécie exótica introduzida no Semiárido brasileiro, “a planta Neem (ou Nim), conhecida cientificamente como *Azadirachta indica*, é uma árvore do sudeste da Ásia e do subcontinente indiano. O Neem é uma árvore de clima tropical, que pode ser cultivada em regiões quentes e solos bem drenados; ela é resistente à seca, tem crescimento rápido, copa densa e pode alcançar até 20 metros de altura” (PORTAL ECICLE, 2014, grifo do autor). De acordo com Neves, Oliveira, Nogueira (2003, p. 02), o Nim “é utilizado há mais de 2000 anos na Índia para controle de insetos pragas (mosca-branca, minadora, brasileiro, carrapato, lagartas e pragas de grãos armazenados) nematóides, alguns fungos, bactérias e vírus, na medicina humana e animal, na fabricação de cosmético, reflorestamento, como madeira de lei, adubo, assim como paisagismo”. Todavia, o uso desse vegetal na caatinga é algo controverso, como destaca Claudino (2013), ao evidenciar que ambientalistas argumentam que a planta “se mostrou incompatível com a flora e fauna da caatinga existente no semiárido do País”.

Na medida em que novos BCS eram criados, paulatinamente foi surgindo a necessidade de se realizar uma organização conjunta desses bancos, emergindo assim, no limiar da década de 1990, a inevitabilidade de se construir uma entidade que realizasse esse trabalho. É nesse contexto que se funda, em 1992, o Banco de Armazenamento e Comercialização de Sementes (BACS), com o objetivo de comercializar as sementes, fato que foi realizado em duas oportunidades.

Todavia, os acirrados debates ocorridos no interior do BACS, provocados, dentre outros fatores, pela proposta de o transformar em uma cooperativa de produtos têxteis, causou divisões internas. Ademais, o insucesso decorrente da segunda comercialização foi um acontecimento que também causou danos. O fato é que a união desse conjunto de fatores provocou, em 1994, a extinção do BACS.

Perante o ocorrido, entre os anos de 1994 a 1996 foram realizados debates a fim de delinear qual seriam os caminhos a serem percorridos após a extinção do BACS. As reflexões realizadas ao longo do referido período apontaram a necessidade de se recriar uma organização voltada para assistir as sementes crioulas, e os BCS, do Semiárido alagoano. É nesse contexto que surge, no ano de 1996, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS) (Figura 11).

Figura 11: Sede da COPPABACS, Delmiro Gouveia – AL.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2019).

Ao discorrer sobre o processo de surgimento da COPPABACS, o Entrevistado 02¹⁵, atual presidente da cooperativa, assim descreve:

¹⁵Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Delmiro Gouveia – Alagoas.

Extingue-se o BACS em 1994, e entre 1994 a 1996 a gente debate no que se iria formar. Então, de 1992 a 1996 é que foi constituído de fato a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes [COPPABACS]. Aí a cooperativa nasce já com 30 bancos.

Atualmente, nós estamos ajudando a constituir novos bancos, mas no passado foi o contrário, foram os bancos quem constituíram a COPPABACS.

A fala do Entrevistado 02, ao colocar em evidência que foi por meio dos BCS que a COPPABACS foi originada, e que hoje é a cooperativa quem trabalha no sentido de criar novos bancos, se apresenta como um reflexo importante, pois ela traz o passado e o presente e como esses dois processos estão articulados na construção do futuro, no fortalecimento desse processo de resistência.

Nascida num contexto em que já havia a existência de 30 BCS, a COPPABACS seguiu essa política de expansão dos bancos e intensificação das lutas, as quais foram ganhando novos sentidos em decorrência das mudanças verificadas no cenário brasileiro nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, marcadas pela escalada das ações neoliberais. Foi nesse contexto que nasceu, como já discutido anteriormente, a ASA, esta que viria a estabelecer uma parceria importante com a COPPABACS, como destaca o Entrevistado 02:

Na mobilização da ASA pelo P1MC, no período de 1999-2001, a gente se articulou mais com as organizações de Alagoas, que até então era cada um no seu canto. Tinha os fóruns da seca, que participava todo mundo, mas internamente em Alagoas nós não tínhamos essa articulação, e aí com essa constituição da ASA, e essa mobilização dos municípios para poder criar as comissões de P1MC, a gente conseguiu ampliar os bancos de sementes para além da COPPABACS. Então, outras organizações também começaram a criar bancos de sementes nas suas áreas de atuação, o que culminou, em 2004, no I Encontro Estadual de Sementes, lá em Santana do Ipanema [município localizado na Mesorregião do Sertão alagoano], onde a gente reuniu cerca de 80 comunidades e batizamos as sementes como sementes da resistência. A gente via a Paraíba lá com as sementes da paixão, aí pensamos: qual o nosso nome? Aí em um concurso interno, entre os agricultores, a gente batizou como sementes da resistência. Resistência porque são sementes que resistem as poucas chuvas, as estiagens, resistem aos pacotes que eram ofertados pelos bancos e pelas linhas de crédito. A resistência da própria luta dos agricultores de se manter e trabalhar com as sementes crioulas.

Por meio das parcerias estabelecidas com a ASA, a COPPABACS encontrou os caminhos para realizar a articulação com outras organizações e, assim, poder ampliar sua atuação e disseminar a proposta dos BCS em frações maiores do Semiárido alagoano. A realização do I Encontro Estadual de Sementes de Alagoas, em 2004, e o consequente batismo das sementes crioulas alagoanas como Sementes da Resistência, foram a demonstração de como essa luta se fortalecia.

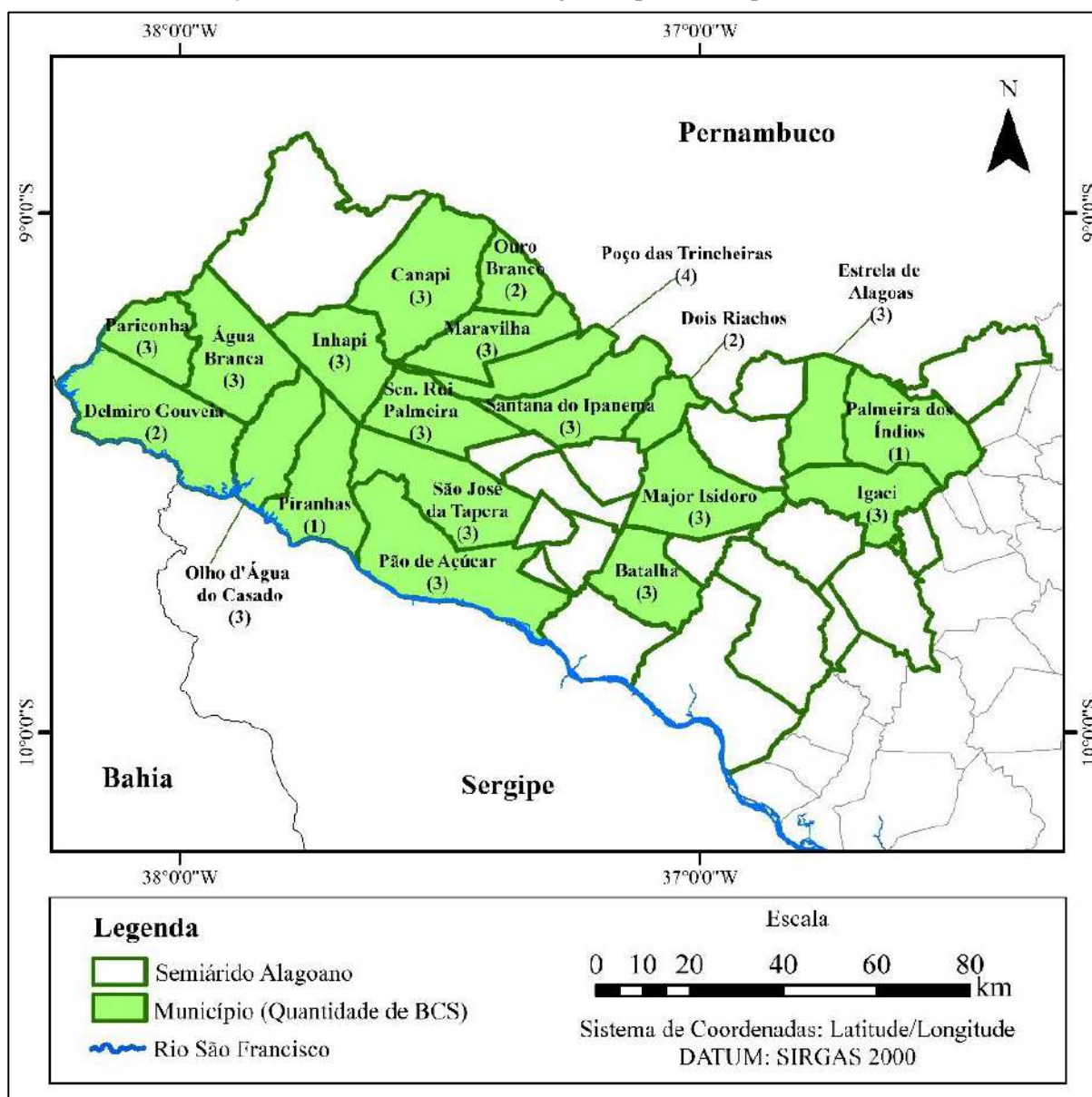
Uma das principais materializações desse fortalecimento ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei Estadual nº 6.903, de 3 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes, estabelecendo a destinação de recursos públicos para se fortalecer os BCS de Alagoas e se ampliar as variedades de sementes crioulas disponíveis. Tal Lei foi fruto da mobilização realizada pelo campesinato, como narra o Entrevistado 02:

Em 2006, nasceu a ideia de a gente fazer uma mobilização para criarmos uma Lei estadual que reconhecesse essa dinâmica das sementes. Em abril de 2007, a gente realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa, em Maceió, onde levamos centenas de agricultores, e nessa audiência a gente apresentou o que eram os bancos, as sementes crioulas, falamos qual a importância. Aí foi criada uma comissão, que se reuniu umas três vezes, e em janeiro de 2008 a Lei nº 6.903/08 foi sancionada, criando o programa estadual de bancos de sementes. A Lei foi aprovada em 2008, e durante todo o ano de 2009 foi discutido como a gente iria operacionalizar ela. A Lei prevê algumas questões que a gente avaliava serem importantes. Uma é que tinha que constar, no orçamento estadual, recursos específicos para as sementes crioulas. A outra coisa é que o estado deveria, no programa de distribuição de sementes, priorizar e garantir a compra de sementes crioulas, e na ocasião em que não houvesse essas, aí sim poderia comprar outras. Isso para garantir que o estado distribuísse sementes crioulas, e não outras sementes, e que as sementes crioulas fossem adquiridas junto aos bancos que já estavam organizados, não sendo adquiridas de qualquer forma. E a Lei também prevê que, além de comprar sementes, o estado deveria fomentar a política de sementes, de organização, de infraestrutura, através de chamadas com a participação da própria sociedade civil.

A Lei Estadual nº 6.903/08 foi uma grande conquista obtida pelos guardiões alagoanos de sementes crioulas, contudo, a mesma ainda não foi implementada na prática, sendo ignorada pelos grupos políticos que governaram, e governam, o estado de Alagoas. Diante desse cenário, o Entrevistado 02 coloca que, embora se trate de um dispositivo legal, a Lei nº 6.903/08 se transformou em um programa de governo, ou seja, as possibilidades de diálogo estão sujeitas às vontades das pessoas que estão governando.

Apesar dos entraves, a luta em busca da implementação da referida Lei seguiu sendo empreendida pela COPPABACS, que também continuou realizando, sobretudo por meio de parcerias com a ASA, ações voltadas para fortalecer os BCS, difundindo essa resistência em mais fações do Semiárido alagoano, abarcando mais comunidades e, naturalmente, ampliando o quantitativo de camponeses e sementes envolvidos nesse projeto. Como resultado desse processo, surgiu a Rede Estadual de Sementes da Resistência de Alagoas, a qual engloba, segundo dados da COPPABACS (2019), um quantitativo de 54 BCS, apoiados pela ASA e distribuídos ao longo do Semiárido alagoano (Figura 12).

Figura 12: Distribuição dos BCS do Semiárido alagoano, por município (2019).



Fonte dos dados: COPPABACS (2019).

Base cartográfica: IBGE (2015).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Como apresentado na Figura 12, a distribuição espacial dos BCS perpassa todo o Semiárido alagoano, abarcando 20 municípios, nos quais estão localizadas as 54 comunidades que integram a Rede Estadual de Sementes da Resistência de Alagoas, como esquematizado no Quadro 01:

Quadro 01: Distribuição dos BCS do Semiárido alagoano, por localidade (2019).

Municípios	Localidades	Municípios	Localidades
Água Branca	Quixabeira Serra do Cavalo Tabuleiro	Olho d'Água do Casado	Lagoa da Vaca Morro Vermelho Rede de Luz
Batalha	Alto do Meio Assentamento Cajá dos Negros Cajá dos Negros	Ouro Branco	Jatobá Pilão do Gato
Canapi	Sítio Areias Sítio Barro Branco Sítio Várzea Vermelha	Pão de Açúcar	Assentamento Salgado Poço do Bom Nome Sítio Soares
Delmiro Gouveia	Araçá Pedrão	Pariconha	Jurema Ouricuri Vieira do Moxotó
Dois Riachos	Sítio Jurema Sítio Pedra do Padre Cícero	Piranhas	Poço Doce
Estrela de Alagoas	Povoado Lagoa da Coroa Sítio Lagoa do Exu Sítio Mendes	Poço das Trincheiras	Barra da Tapera Guari Patos Quandú
Igaci	Sítio Jacaré Sítio Lagoa Funda Sítio Quixabeira	Santana do Ipanema	Camoxinga Curral do Meio Lages dos Barbosas
Inhapi	Baixa do Galo Furanas Patos	São José da Tapera	Sítio Lajinha Sítio Quixabeira Sítio Salão
Major Isidoro	Sítio Lagoa Cercada Sítio Riachão dos Alexandres Sítio Umbuzeiro	Senador Rui Palmeira	Alto do Touro Barra da Talhada Candunda
Maravilha	Açude Boa Vista Passagem Velha	Palmeira dos Índios	Sítio Serra das Pias

Fonte dos dados: COPPABACS (2019).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Segundo informações da COPPABACS (2019), embora o número de BCS oficiais sejam 54, estima-se a existência de aproximadamente 69 no Semiárido alagoano, uma vez que algumas localidades, em virtude de problemas relacionados com a seca, tiveram seu estoque de sementes comprometidos, fazendo com o que o BCS fosse temporariamente desativado. Diante disso, para fins quantitativos, consideram-se ativos os bancos acompanhados pela ASA.

No interior dos 54 BCS, localizados no Semiárido de Alagoas, são preservados um riquíssimo acervo genético, com uma variedade aproximada de 65 tipos de sementes, principalmente de feijão e milho (G1 ALAGOAS, 2019), as quais garantem a reprodução de trabalhadores camponeses. O Quadro 02 apresenta uma amostra da diversidade de organismos crioulos preservados pelos guardiões alagoanos.

Quadro 02: Amostra das variedades das sementes preservadas nos BCS do Semiárido alagoano (2019).

Espécie	Variedades	Espécie	Variedades
Feijão	Feijão Andú Crioulo Feijão Azuki Feijão Beijo de Moça Feijão Bico de Ouro Feijão Boi Deitado Feijão Carioca Feijão Carioquinha Feijão Cavalo Preto Feijão Corujão Enrramado Feijão de Cacho Feijão de Corda Feijão de Corda Coruja Vagem Branca Feijão de Corda Ramador Feijão de Corda Vagem Roxa Feijão Faulta Feijão Fígado de Boi Feijão Fígado de Galinha Feijão Fogo na Serra Feijão Grão de Bico Feijão Jaula Feijão Lavandeia Feijão Leite Feijão Manteiga Feijão Mão Grossa Feijão Mulatão Feijão Mulatinho Feijão Preto Feijão Rím de Porco Feijão Riqueza Feijão Rosado Feijão Rosinha	Milho	Milho Alho Milho Batité Milho Branco Milho Ibra Milho Jaboaão Milho Jaboaão Amarelo Milho Jaboaão Vermelho Milho Roxo Crioulo Milho Roxo de Pipoca Milho Sabugo Vermelho Milho Sorgo Forrageiro Milho Xitado
		Fava	Fava Branca Orelha de Vó Fava Crioula Sete Qualidade Fava Manteiga Fava Olho de Cabra Fava Olho de Ovelha Fava Olho de Peixe Fava Raio de Sol
		Outras	Girassol Semente Nativa de Mororó Umburana de Cheiro

Fonte dos dados: COPPABACS (2019).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Apesar da existência de 54 bancos, o quantitativo daqueles que são associados à COPPABACS é de 14, os quais estão situados em 7 municípios e totalizam 280 cooperados. Assim como os BCS do Semiárido alagoano como um todo, àqueles que são associados à

COPPABACS também possuem diferentes temporalidades, sendo construídos em distintos contextos históricos (Quadro 03), tendo, desse modo, diferentes formas de organização e perspectivas.

Quadro 03: BCS associados à COPPABACS, por município e localidade (2019).

Municípios	Localidades	Ano de criação
Água Branca	Tabuleiro	1984
Água Branca	Serra do Cavalo	1989
Poço das Trincheiras	Patos	1989
Poço das Trincheiras	Guari	1989
Poço das Trincheiras	Barra da Tapera	1989
Santana do Ipanema	Camoxinga	1989
Santana do Ipanema	Lajes dos Barbosas	1989
Ouro Branco	Jatobá	1990
Pariconha	Vieira do Moxotó	1990
Pariconha	Jurema	1990
Delmiro Gouveia	Pedraão	1996
Piranhas	Poço Doce	2000
Água Branca	Quixabeira	2014
Pariconha	Ouricuri	2016

Fonte dos dados: COPPABACS (2019).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Como apresentado no Quadro 03, os BCS associados à COPPABACS foram criados em diferentes anos, sendo 1989 o que registrou o maior surgimento, com um total de 6. Na década de 1990 esse quantitativo foi de 4, enquanto que a partir dos anos 2000, 3 novos bancos foram originados. Esses distintos períodos se materializam, na atualidade, por meio da existência de bancos mais consolidados e melhor organizado internamente, em oposição daqueles que ainda estão em um processo inicial de formação, como é o caso do BCS da comunidade Jeripankó, surgido em 2016 e que ainda está em seus primeiros passos, contudo, a guarda de sementes dos camponeses da referida localidade ocorre há décadas, como destrincharemos no próximo item.

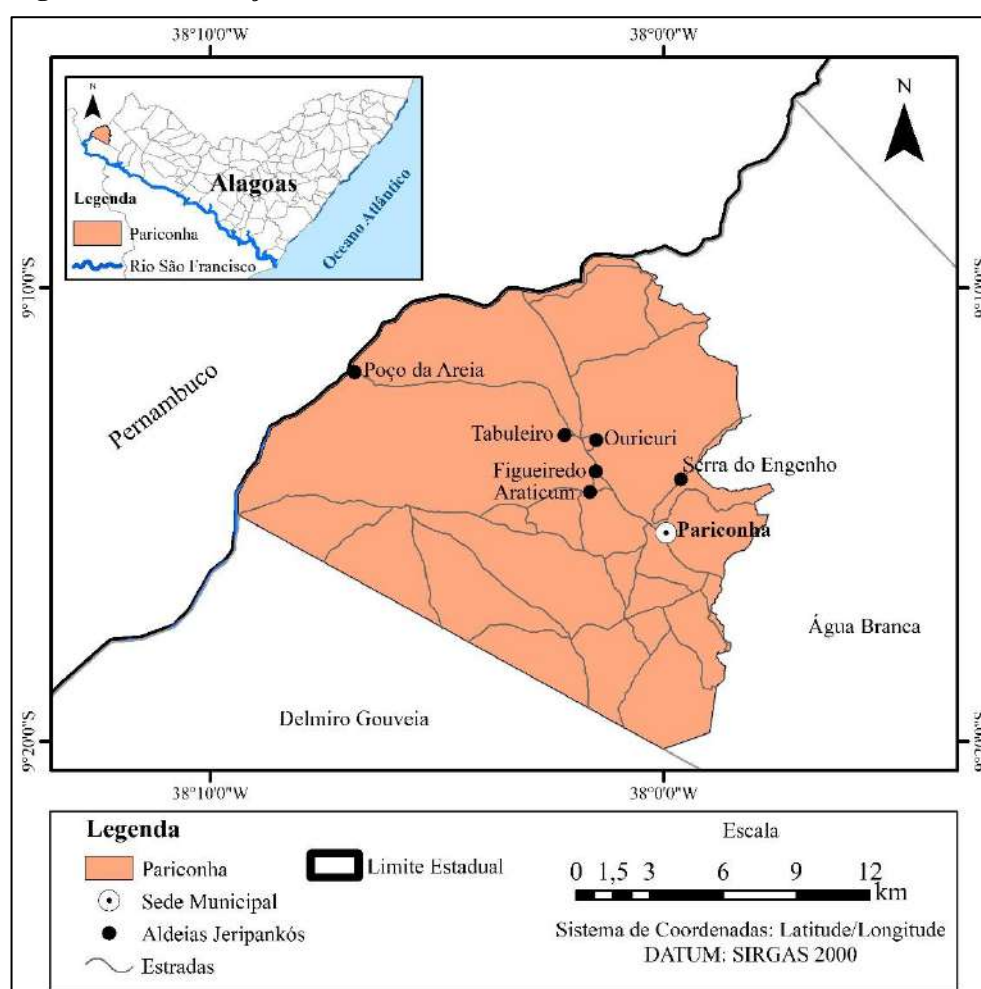
3.3 Um Banco Comunitário de Sementes em um processo incipiente: a luta da comunidade indígena Jeripankó

A comunidade indígena Jeripankó encontra-se localizada na zona rural do município de Pariconha. Com uma população de 1.600 pessoas, dos quais aproximadamente 850 residem no núcleo principal, a Aldeia Ouricuri (onde está localizado o BCS), estando as demais distribuídas em outras 5 localidades (Figura 13), os Jeripankó são frutos da diáspora do povo Pankararu,

provocada pela extinção do aldeamento Brejo dos Padres, no final do século XIX (SILVA, 2009).

Com o fim do aldeamento, os Pankararu iniciaram um processo de migração, dirigindo-se para diferentes espaços. Segundo Lima e Santos (2019, p. 2926), foi nesse contexto histórico que por volta de “1852 o índio Pankararú José Monteiro do Nascimento, popularmente conhecido como Zé Carapina, e sua esposa Izabel migraram para terras alagoanas, se estabilizando em Alagoas e dando início ao surgimento da comunidade Jeripankó”, primeira etnia do Sertão alagoano.

Figura 13: Localização da Aldeia Ouricuri, Pariconha – AL.



Base cartográfica: IBGE (2015).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Como mencionado, os Jeripankó se estabeleceram em Pariconha, município localizado no Sertão alagoano e que possuía, em 2010, uma população de 10.264 habitantes, com 2.796 pessoas residindo na zona urbana e 7.468 na rural, fato que ilustra a forte presença do campo

no que diz respeito a estrutura demográfica, assim como na própria economia, tendo a agricultura um importante papel.

Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura de Pariconha (2019), os principais cultivos do município são o feijão e o milho, e em menor escala se tem o plantio de feijão de corda, melancia e batata doce, além da criação de bovinos de corte, em rebanhos pequenos: máximo de 10 por propriedade. Ainda de acordo com a Secretaria, o feijão e o milho produzidos no município são destinados para o consumo familiar, bem como para a alimentação animal (no caso do milho), sendo o excedente comercializado em feiras livres.

A partir das informações acima, vemos que agricultura aparece como uma atividade importante para o município de Pariconha, o qual possui uma realidade socioeconômica vulnerável, evidenciado em seu baixo IDHM: 0,548 (ATLAS BRASIL, 2010). A fragilidade social da população de Pariconha está ilustrada no percentual de pobreza: no ano de 2010, 28,06% dos habitantes estavam na situação de extremamente pobres; 45,24% na condição de pobres; e 71,08% eram vulneráveis à pobreza (ATLAS BRASIL, 2010), dados que apontam um quadro preocupante.

É nesse contexto social e econômico que se faz presente a resistência Jeripankó, luta que, entre várias frentes, envolve também a defesa das sementes crioulas, organismos que vem sendo repassados de geração em geração pelos indígenas guardiões, preservando a memória e estabelecendo vínculos, como narrado pelo Entrevistado 07¹⁶, indígena Jeripankó, professor na escola da comunidade:

Para mim, a semente crioula tem três importâncias: a primeira é a memória. A semente crioula carrega uma importância de memória porque é algo único, uma espécie que você tem, que você guardou, um tipo de patrimônio que você detém e que mesmo com pouca chuva você sabe que irá colher. Eu pego essa semente e sei que ela foi do meu avô, dos meus pais. A segunda importância é a semente crioula como vínculo, vínculo regional. A gente faz a troca de sementes com o pessoal do Moxotó, da região das serras, da região de Delmiro Gouveia, então essa troca de sementes cria um elo entre os conviventes da região, independente se é indígena, se é quilombola. E a terceira importância é o motivo para se ter as sementes, pois se eu tenho a semente, automaticamente tenho que pensar em buscar meios para que essas sementes sejam produzidas, e aí tem a consciência ambiental da coisa.

Dentre as importâncias atribuídas às sementes pelo Entrevistado 07, destacamos a memória, pois a defesa dos organismos crioulos, na comunidade Jeripankó, possui uma forte ligação com o resgate dos conhecimentos do passado, que foram se perdendo na medida em

¹⁶Entrevista realizada em 25/07/2019, no município de Pariconha – Alagoas.

que as sementes foram diminuindo, em quantidade e variedade, fato descrito pelo Entrevistado 01¹⁷, cacique da comunidade:

Quando eu me entendi por gente, nós tinha vários feijões. Tinha o feijão jaula, tinha o feijão fogo na serra, tinha o [feijão] carioquinha, que era um feijão nosso e acabou, tinha o feijão branco vargem roxa, feijão branco mulatinho, feijão de corda vargem roxa, feijão corujinha, mas nós perdemos essas sementes. Também tem o corujinha da vargem branca, que sumiu também, de vez em quando eu ainda encontro, mas não é do que nós tinha.

A perda das sementes, narrada pelo Entrevistado 01, além de significar o desaparecimento de um elemento essencial para a reprodução desses camponeses, representa um gradual processo de esquecimento dos conhecimentos e práticas construídos ao longo de décadas. Diante desse cenário, a construção do BCS surge, para a comunidade Jeripankó, como a possibilidade de realizar o resgate e a guarda dessas sementes.

Ao relembrar o processo de implantação do BCS, o Entrevistado 01 assim descreve:

Nós começamos com a cisterna de primeira água. Aí tinha duas pessoas que andavam comigo, mas não podiam se dedicar muito, até que chegaram e disseram: nós vamos ter que desistir, porque se não vamos perder nosso emprego. Aí eu continuei e fiquei sempre participando das reuniões. Aí eu consegui uma cisterna calçada pra mim, e 190 para o município de Pariconha. Eu comecei a trabalhar também construindo as cisternas, fiz um curso pra trabalhar nelas. Aí terminou e eu fiquei sempre participando das reuniões, nunca deixei. Foi quando o presidente da COPPABACS disse: vai aparecer uns projetos aí dos armazéns de sementes, você tem interesse em puxar um pra lá? Aí ele passou os detalhes de como era, aí eu disse: me interesse. Aí foi quando ele falou: olha, nós vamos trabalhar em cima das sementes crioulas. Aí eu falei: é isso que eu quero também. Aí veio uma menina, que trabalha na COPPABACS, dar o curso aqui e ela passou como era os detalhes. Aí fizemos o cadastro e eu expliquei como era, como não era, e aí os que tiveram interesse falaram: nós queremos isso, nós queremos puxar as nossas sementes para o nosso local. E começou desse jeito o banco de sementes né, organizar para preservar a nossa semente, que nosso tataravô deixou e que tava fugindo.

Como narrado pelo Entrevistado 01, com a constatação do desaparecimento das sementes, a comunidade iniciou uma luta voltada para o resgate e preservação dos organismos crioulos. Assim, por meio da luta, a comunidade teve acesso à política pública, através da qual se elaborou, em 2015, o projeto do BCS Jeripankó, sendo o mesmo construído no ano seguinte.

O processo de implantação do referido banco é também recordado pelo Entrevistado 07, que versou sobre as primeiras sementes recebidas:

¹⁷Entrevista realizada em 16/04/2019, no município de Pariconha – Alagoas.

Em 2016, nós começamos a receber as primeiras sementes que as famílias tinham em casa, começou com uma quantidade pequena. Aí, em 2017, nós começamos a guardar as primeiras sementes advindas das safras, pequenas quantidades. Um dos gargalos de sustentação do banco é o meio de produção, pois a quantidade de terras limitadas condiciona a quantidade de sementes que você vai guardar.

Na fala do Entrevistado 07, verificamos a abordagem de uma questão importante para a preservação das sementes crioulas: o acesso à terra, situação que não se restringe apenas à realidade Jeripankó, pois envolve a realidade enfrentada pelo campesinato brasileiro como um todo. O fato é que, mesmo diante da limitação das terras disponíveis, o BCS Jeripankó (Figuras 14 e 15) está se estabelecendo, de modo que atualmente o mesmo conta com 20 associados, estes que realizam a guarda de sementes como milho jaboatão, milho batité, feijão branco, feijão carioca, dentre outras variedades. Sobre a organização interna, o banco possui uma comissão composta por quatro pessoas, que gerenciam o processo de retirada e devolução das sementes.

Figura 14: BCS da Comunidade Jeripankó.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2019).

Figura 15: Sementes crioulas expostas no BCS Jeripankó.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2019).

Ao destacar a importância do BCS para a comunidade, o Entrevistado 07 apontou:

O banco de sementes é um marco entusiasta. O banco de sementes é um ponto materializado dessa referência pela luta. Ter um banco de sementes na comunidade significa: conseguimos algo mediante a nossa organização com outras organizações, é um marco referencial. Ele serve também como uma abertura para as outras comunidades conhecerem o modo de produção, de organização política e social do povo Jeripankó, que eles não teriam condições de conhecer através das manifestações culturais, não teriam condições de conhecer através dos nossos conselhos, das nossas comissões internas. O banco de sementes é um espaço universalizado, onde nós podemos discutir os nossos problemas e encontrar soluções, assim como ampliar a busca por novos projetos e também chamar outras pessoas que não fazem parte do nosso

universo para discutir problemas comuns, então ter um banco de sementes é um ganho muito grande. O banco foi uma maneira que encontramos para socializar ideias com outros grupos que possuem o mesmo costume de guardar sementes. Nós conseguimos um espaço de discussão e guarda de sementes.

A fala do Entrevistado 07 ilustra, de maneira precisa, a importância que o BCS representa não apenas para a sua comunidade, mas para todas as localidades que realizam a guarda das sementes crioulas, de modo que o banco simboliza a materialidade dessa resistência, ele é a expressão concreta da organização camponesa, da luta que é realizada para proteger um bem tão valioso para esses trabalhadores.

No tocante ao processo de estocagem e preservação das sementes, os guardiões Jeripankó utilizam a cinza, obtida com a queima da madeira no fogo a lenha, durante o cozinhar dos alimentos, e a pimenta malagueta. Além disso, é observada também as fases da lua, sendo o período da lua crescente o mais recomendável para realizar a guarda. Apesar da observância do ciclo lunar, é importante frisarmos que as sementes crioulas não se constituem enquanto elementos integrantes da cosmovisão Jeripankó, como destaca o Entrevistado 07:

A semente crioula não tem relação [com a cosmovisão]. Ela é o alimento, mas eu não vou fazer a festa do umbu, a corrida do cansaço [manifestações ritualísticas dos Jeripankó] associada ao cultivo do feijão, do milho. Não tem associação. Não tem uma relação mística.

Perante o exposto, compreendemos que as sementes crioulas são, para o povo Jeripankó, portadoras de um acervo de saberes e fazeres surgidos por meio das relações de trabalho realizadas por seus antepassados, sendo transmitidas ao longo das gerações, contudo, elas não se inserem no universo religioso desse povo, entretanto é um elemento essencial para a reprodução desses trabalhadores.

Embora esteja em um processo ainda incipiente, necessitando ampliar sua organização, o BCS da comunidade Jeripankó já se depara com desafios que começam a serem postos por grupos do agronegócio ligados ao ramo da produção de sementes, sendo esse quadro uma ameaça não apenas para a referida localidade, mas uma situação que se coloca para todos os guardiões de sementes crioulas do Semiárido alagoano.

Referimo-nos ao avanço das sementes do agronegócio, que vem ocorrendo por meio da atuação das corporações empresariais sementeiras e também a partir das ações realizadas pelo estado de Alagoas, movimentos que vêm colocando novos desafios para a guarda das sementes crioulas, representando assim uma ameaça para a comunidade Jeripankó e todas as possuem em seu território um BCS, fato que vem suscitando a elaboração de novas estratégias de

resistência por parte do campesinato, aliada com a intensificação das já existentes, como discutiremos na sessão seguinte.

3.4 O perigo bate à porta: avanço das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano e as novas estratégias de resistência na defesa das sementes crioulas

Como discutido nos itens anteriores deste capítulo, no contexto da década de 1980 camponeses do Semiárido alagoano, diante das dificuldades presentes naquele momento, encontraram na organização comunitária um caminho para superar os percalços existentes, processo que proporcionou a construção do BCS, garantindo assim a guarda e preservação das sementes crioulas. Com o decorrer dos anos, outras dificuldades foram emergindo, ocasionando assim o surgimento de novos cenários para a luta camponesa.

Nesse aspecto, temos o movimento do capital, que ao adentrar na agricultura, vem ocasionando o nascer de situações preocupantes para o processo de guarda das sementes crioulas. Como discutido no capítulo 01, corporações empresariais do agronegócio estão realizando, por meio da aplicação dos pacotes biotecnológicos na agricultura, a intensificação da produção de sementes melhoradas e a disseminação das mesmas nos distintos espaços agrários.

Tal processo já se apresenta como uma realidade no Semiárido alagoano, que vem sendo palco de dois movimentos de difusão das sementes do agronegócio: o primeiro ocorre através da distribuição de sementes híbridas por intermédio das ações realizadas pelo estado de Alagoas; o segundo, por sua vez, se dá por meio da expansão das sementes transgênicas, essas que representam uma grande ameaça para os organismos crioulos.

As ações de distribuição de sementes realizadas pelo estado de Alagoas ocorrem por meio do Programa de Distribuição de Sementes, uma política pública que visa distribuir sementes para organizações representativas da agricultura familiar e para a sociedade civil, de modo a disponibilizar para esses coletivos as cultivares para o plantio. Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (SEAGRI – AL), estão credenciados a participarem do Programa de Distribuição de Sementes:

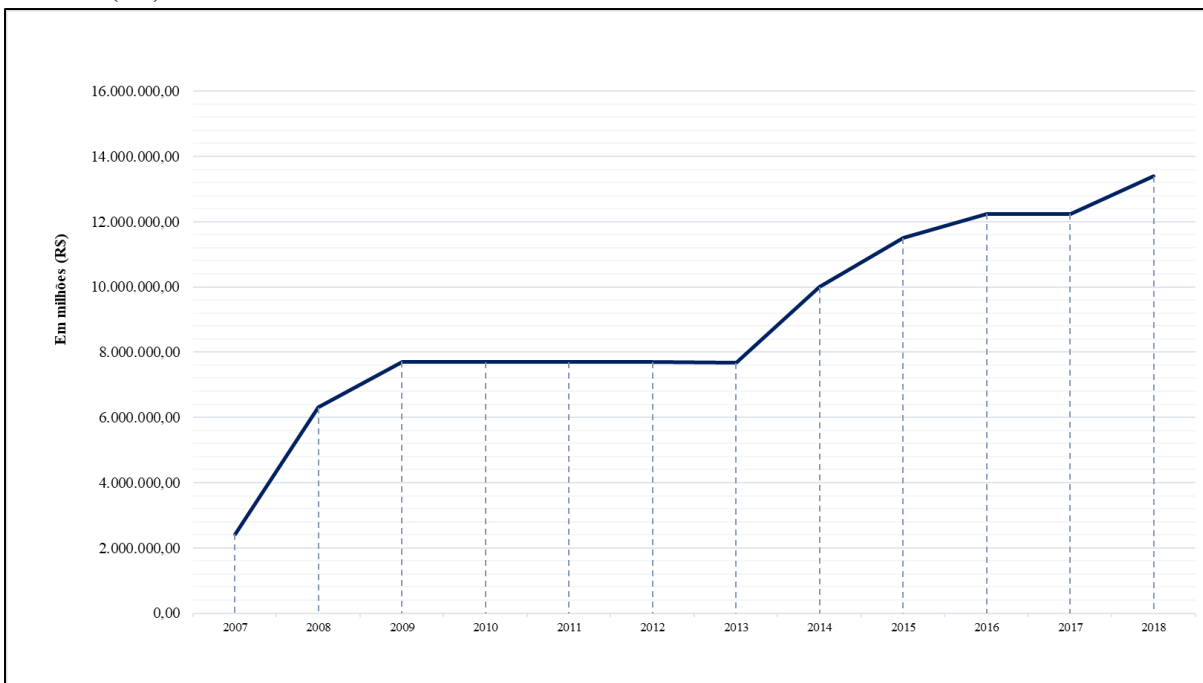
[...] qualquer organização representativa da agricultura familiar, tais como: Associações Comunitárias Rurais, Federações dessas associações, Cooperativas de Produção e/ou Cooperativas de Crédito, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, bem como Prefeituras Municipais, desde que preencham as condições colocadas por este instrumento. Poderá também, ter acesso ao edital e à distribuição de sementes e cultivares crioulas, qualquer organização da Sociedade Civil Organizada, formalizada, ligadas ao segmento agropecuário, à filantropia e aos Programas de Governo de Inclusão Social, desde que devidamente comprovada (SEAGRI – AL, 2018)

A fonte de recursos do Programa de Distribuição de Sementes é o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP). O referido fundo, instituído pela Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.532, de 26 de abril de 2005, tem como objetivo

[...] viabilizar para toda a população de Alagoas o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e em outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal (Art. 1º, Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004).

A partir do que é preconizado pelo FECOEP, vemos que o Programa de Distribuição de Sementes se encaixa como uma política pública que transpassa a função de provedor de sementes para o plantio, assumindo também o papel de ser uma ação social desenvolvida pelo estado. Nesse sentido, os dados referentes ao período de 2007 a 2018¹⁸ (Figura 16), ilustram como essa política recebeu uma considerável quantidade de recursos.

Figura 16: Recursos destinados pelo estado de Alagoas para a compra de sementes (2007-2018) – em milhões (R\$).



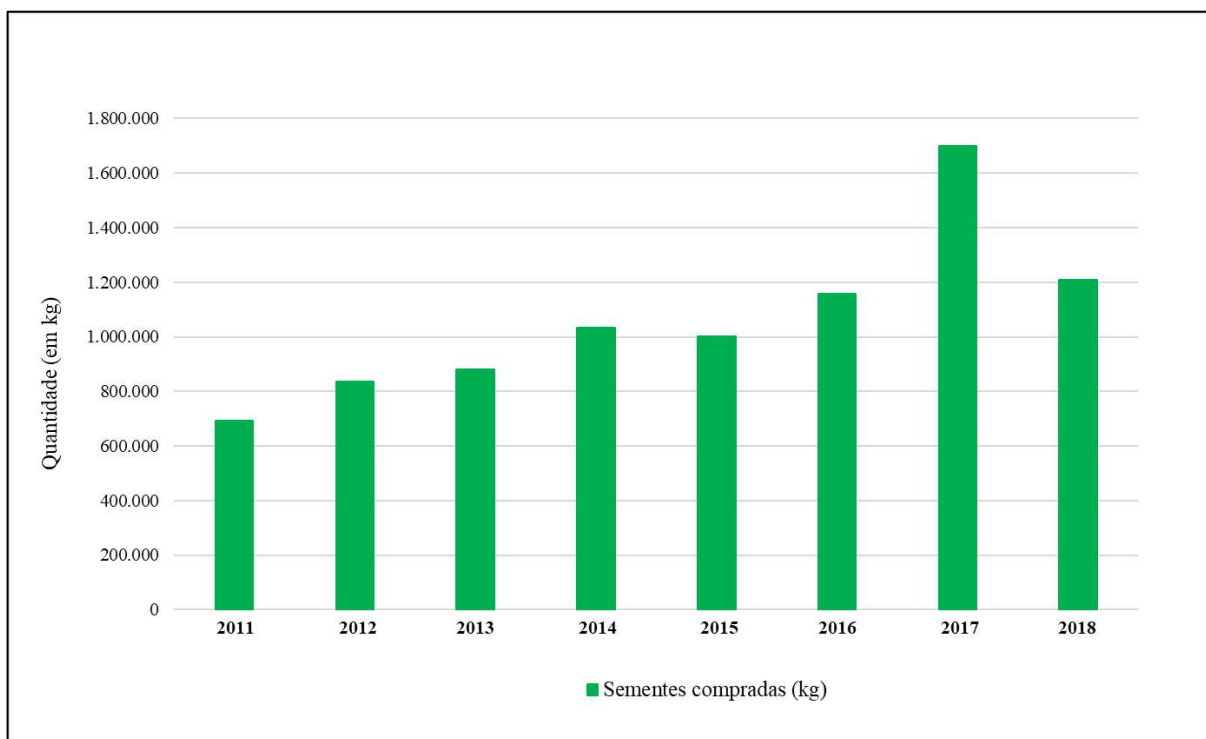
Fonte dos dados: Portal de Transparência Graciliano Ramos (2018).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

¹⁸O período delimitado para análise foi definido com base nos dados disponibilizados pelo Portal da Transparência Graciliano Ramos (2018).

Como apresentado na Figura 16, entre os anos de 2007 a 2018, o estado de Alagoas destinou um total de R\$ 106.555.545,75 milhões de reais para a aquisição de sementes, sendo 2018 o ano em que se realizou o maior investimento: aproximadamente 13 milhões de reais. No tocante ao volume de sementes, os dados apontam que, no período de 2011 a 2018¹⁹, um total de 8.513.125 quilos foram adquiridos, como podemos observar na Figura 17.

Figura 17: Quantidade de sementes compradas pelo estado de Alagoas, em quilos (2011-2018).



Fonte dos dados: SEAGRI – AL (2019).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

Com leves crescimentos e decréscimos, entre os anos de 2011 e 2016, da quantidade de sementes compradas, o estado de Alagoas efetuou, em 2017, a maior aquisição do período: 1.700.000 quilos, volume que caiu consideravelmente no ano seguinte, fato que chama a atenção, pois foi em 2018 que se destinou o maior montante de dinheiro, fato que não significou a ampliação do volume de sementes.

A partir dos dados apresentados, em um primeiro momento vemos que o Programa de Distribuição de Sementes aparece como uma política pública importante para os pequenos produtores alagoanos, pois fornece para esses trabalhadores as sementes que serão utilizadas para o plantio. Contudo, quando saímos do campo da aparência e direcionamos nossa ótica para a origem dessas sementes, nos deparamos com a outra face da moeda: a atuação das corporações

¹⁹O período delimitado para análise foi definido com base nos dados disponibilizados pela SEAGRI – AL (2019).

empresariais sementeiras, como evidenciado na Tabela 02, a qual aponta quem foram os fornecedores de sementes para o estado de Alagoas e o percentual de recursos que cada um deles receberam, no período de 2007 a 2018.

Tabela 02: Despesas com aquisição de sementes, por fornecedor (2008-2018) – em R\$.

Posição	Empresas	Sede	Valor (R\$)	(%)
1º	Grupo Santana	RN	91.664.434,50	86,03%
2º	Rural Representações e Comércio	RN	4.088.000,00	3,84
3º	Grupo Fernando João Prezzotto	SC	3.388.100,00	3,18
4º	Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN	RN	3.294.936,25	3,09
5º	Agrocana Comércio e Representações	AL	2.685.400,00	2,52
6º	B&G Comércio e Serviços	GO	986.180,00	0,93
7º	Safranorte e Sementes	BA	364.680,00	0,34
8º	COPPABACS	AL	83.815,00	0,08
TOTAL	-	-	106.555.545,75	100,00

Fonte dos dados: Portal da Transparência Graciliano Ramos (2018).

Elaboração da tabela: SANTOS, Flávio (2018).

Com exceção da COPPABACS, que aparece com o irrisório percentual de 0,08%, a Tabela 02 mostra que os fornecedores de sementes para o estado de Alagoas foram empresas do agronegócio, com destaque para o Grupo Santana, que sozinho recebeu 84,91% dos recursos, equivalente a R\$ 91.664.434,50 milhões de reais. Tendo como principal atividade a produção de sementes, o “Grupo Santana surgiu há 18 anos com objetivo de promover o desenvolvimento no segmento do agronegócio” (GRUPO SANTANA, 2020). Atualmente, a empresa tem forte participação “em programas de distribuição de sementes para agricultura familiar” e carrega o status de ser considerada “uma das maiores empresas do agronegócio do Nordeste” (GRUPO SANTANA, 2020).

Ocupante do posto de principal fornecedora de sementes para o estado de Alagoas, o Grupo Santana vem intensificando as suas atividades no espaço agrário alagoano, fato materializado com a implantação de duas fazendas no município de Anadia, ocupadas com o cultivo de milho, feijão, sorgo e milheto (AGÊNCIA ALAGOAS, 2017), além da instalação de uma unidade de beneficiamento de arroz em Igreja Nova – AL (GRUPO SANTANA, 2020).

Ao refletir sobre a expansão do Grupo Santana no território alagoano, o Entrevistado 02 colocou:

Nós sempre criticamos, dizendo que a empresa Santana é de fora, o produto [as sementes] é produzido fora, vem de outra realidade, de outro clima. O que a Santana fez? Instalaram uma Santana Sementes em duas fazendas aqui em Alagoas, com mega galpões, maquinários dos mais modernos possíveis. Estão

em duas fazendas, com uma roça enorme de milho, feijão, e com uma faixa bem grande, dizendo: Santana agora é alagoana. Então, mesmo que a semente venha de fora, eles têm uma base dentro do estado, que legítima.

A fala do Entrevistado 02, ao frisar que o Grupo Santana tem utilizado o discurso de que, agora, também é alagoano, está evidenciada na Figura 18, publicação do jornal Gazeta de Alagoas, um dos principais do estado, mostrando uma das estratégias dessa empresa do agronegócio: divulgar, através dos veículos da imprensa, as ações que vêm sendo realizadas.

Figura 18: Publicidade destaca as ações do Grupo Santana em Alagoas.



Fonte: Gazeta de Alagoas (2019).

Retomando a análise da Tabela 02, completando a lista temos, em segundo lugar, o grupo Rural Representações e Comércio LTDA, com 3,84% (R\$ 4.088.000,00). Grupo Fernando João Prezzotto – 3,18% (R\$ 3.388.100,00); Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – 3,9% (R\$ 3.294.936,25); Agrocana Comércio e Representações LTDA – 2,52% (R\$ 2.685.400,00); B&G Comércio de Serviços LTDA – 0,93% (R\$ 986.180,00); Safranorte e Sementes LTDA – 0,34% (R\$ 364.680,00); e COPPABACS – 0,08% (R\$ 83.815,00) completam o ranking.

As informações presentes na Tabela 02 colocam em evidência que o Programa de Distribuição de Sementes tem atendido aos interesses do agronegócio, fato que põe em relevo como a política pública, apesar das contradições existentes, se constitui como um instrumento voltado para facilitar a acumulação capitalista, processo que se intensifica no âmbito da agenda neoliberal, este que engendrou modificações no interior das políticas públicas.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 20-21) explica que com o neoliberalismo se deu um renascimento do campo das políticas públicas, fato que segundo a autora vem ocorrendo nas últimas décadas e é impulsionado por três elementos: 1. crescente necessidade da adoção de políticas de controles de gastos; 2. novas visões de governo, que trocaram o viés keynesiano por políticas restritivas de gastos; 3. questão dos países em desenvolvimento e/ou de recente democracia, que não conseguiram realizar uma coalizão política capaz de formular políticas públicas que atendam às necessidades sociais.

A implantação das políticas públicas com o viés de restrição financeira e de controle social só é possível graças as ações do Estado, este que no contexto da mundialização do capital e modernização da agricultura atua na elaboração de mecanismos que ampliem a acumulação, sendo as políticas públicas um facilitador desse processo.

Diante disso, vemos que as políticas públicas, embora apareçam como ações importantes no que diz respeito ao enfrentamento de problemas sociais, são instrumentos que melhoram a fluidez da acumulação de capital, e desse modo, juntamente com as demais engrenagens que movimentam esse sistema, assentadas na exploração da natureza e da força de trabalho, atuam na produção do espaço geográfico desigual, nas suas múltiplas escalas, com as multinacionais comandando o processo.

Ancorado nessas reflexões vemos que o Programa de Distribuição de Sementes, além de ser uma política pública que nutre o agronegócio sementeiro com volumosas quantias de dinheiro, também reforça uma situação de clientelismo político, uma vez que os trabalhadores se tornam dependentes das sementes fornecidas pelo Estado, fato verificado no ano de 2019, em que não houve a compra de sementes, e conseqüentemente não ocorreu a distribuição.

Conforme noticiado pelo portal Cada Minuto (2019), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas (FETAG – AL) declarou que, para o ano de 2019, o governo de Alagoas realizou um corte de 50% dos recursos destinados para a compra de sementes, sendo aprovado no FECOEP a quantia de 5,9 milhões de reais. A reportagem também apontou que, de acordo com a FETAG – AL, em decorrência de atrasos durante a tramitação do processo, a compra de

sementes em 2019 ficou comprometida, de modo que a distribuição possivelmente aconteceria em junho, fora do período de plantio, o que não aconteceu²⁰.

Seguindo nossa reflexão, ainda sobre os dados da Tabela 02, é importante apontarmos a presença da COPPABACS, pois foi por meio de um intenso processo de luta que a cooperativa conseguiu efetuar a venda de 12 toneladas de sementes crioulas (ASA, 2018), recebendo a pequena quantia, porém simbólica, de 83 mil reais. A comercialização desse quantitativo junto ao governo de Alagoas constituiu-se como uma conquista importante para a COPPABACS, pois abriu novas perspectivas de se obter o apoio para o fortalecimento dos BCS.

Trata-se de uma articulação recente, cujos primeiros passos foram dados entre os anos de 2017 e 2018, como narra o Entrevistado 02:

Em 2017, a gente realizou o Encontro Estadual de Sementes, lá na UFAL [Universidade Federal de Alagoas], no Campus A. C. Simões, em Maceió, e conseguimos levar a reitoria para participar. Nessa investida, a gente descobriu que as sementes que o governo do estado compra são com recursos do FECOEP, e para que esses projetos sejam aprovados no FECOEP eles passam por uma comissão, e nessa comissão estão a UFAL, a Pastoral da Criança, dois deputados estaduais, que tem uma certa relação com a gente, e várias secretarias do próprio governo. Tendo o entendimento de que a semente crioula é estratégica para agricultura familiar, e enxergando que essa relação entre a UFAL e a ASA seria muito importante, quando o estado apresentou a demanda de 14 milhões para comprar sementes convencionais, a UFAL fez um pedido de vistas no processo. Com esse pedido de vistas, se articularam esses quatro conselheiros: os dois deputados, a Pastoral da Criança e a UFAL e condicionaram que só aprovariam os 14 milhões se fosse garantido a inclusão das sementes crioulas na compra. Além disso, acordaram que em 2018 se aprovaria 5% desses recursos para as sementes crioulas, em 2019 subiria para 10%, até chegar a 30% nos anos seguintes.

A partir das articulações realizadas, a COPPABACS conseguiu efetuar a venda de sementes crioulas para o Programa de Distribuição de Sementes. Além disso, foi inserida a previsão de se aumentar o percentual dos recursos destinados para a aquisição dos organismos crioulos, até chegar na casa dos 30%. O fato dessa conquista ter ocorrido em 2018 é também algo simbólico, pois marca os 10 anos da promulgação da Lei 6.903/08. Desse modo, a atuação junto ao FECOEP se apresenta como uma tentativa, por parte da COPPABACS, de fazer a referida Lei ser aplicada.

Como fruto desse recente processo de lutas, destacamos também o Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019, o qual tem por objetivo alterar o Artigo 2º da Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu o FECOEP. Nesse sentido, as mudanças propostas

²⁰Segundo Ferreira (2020), o Governo de Alagoas planejou “distribuir mil toneladas de sementes de milho, feijão, sorgo e de arroz” no ano de 2019, porém a distribuição não foi realizada.

preveem a inclusão do §4º, determinando o mês de março como prazo limite para a realização da distribuição de sementes; do §5º, tornando obrigatória a aquisição das sementes crioulas, em um percentual mínimo de 20%, bem como a destinação de saldo remanescente para o fortalecimento dos BCS; e o §6º, estipulando que o processo de compra se dará por meio de chamada pública. Conforme o portal eletrônico da Assembleia Legislativa Alagoana (2020), atualmente o Projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Agricultura e Política Rural, aguardando análise e parecer.

Perante o exposto, caso seja aprovado, o Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019 será uma importante conquista para a luta das sementes crioulas em Alagoas, pois de acordo com o Entrevistado 02, a venda para o estado deve se configurar como um mecanismo que promova o fortalecimento e a ampliação dos BCS, e não ser um círculo vicioso, assentado em uma política de dependência.

O outro movimento de chegada das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano vem ocorrendo por meio da disseminação dos OGMs, processo que está despertando uma grande preocupação por parte das organizações camponesas, uma vez que se trata de uma realidade que abrange a região Semiárida brasileira como um todo e que já causa danos para as sementes crioulas.

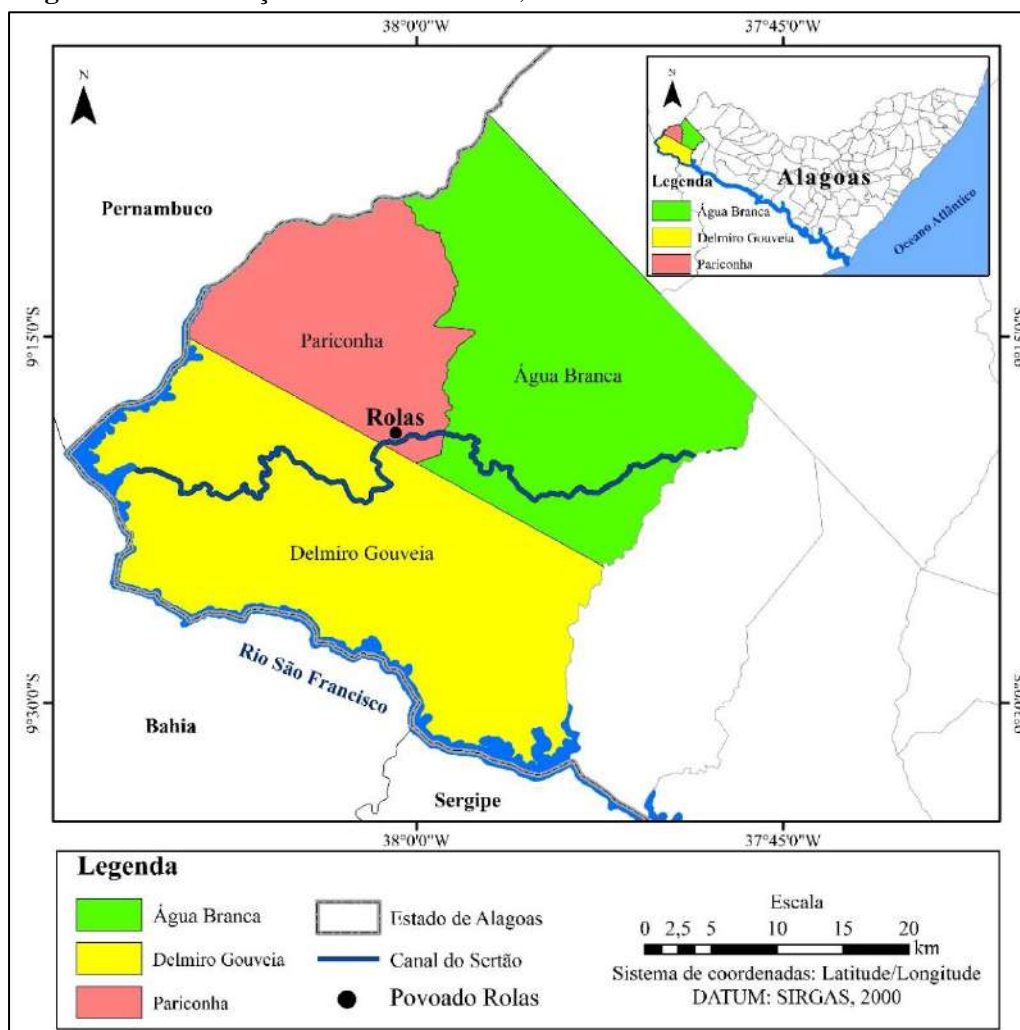
Tal situação foi descrita por Luciano Marçal Sequeira, membro da ASA, em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (2019), ao colocar que o cultivo do material transgênico “tem produzido um efeito devastador, contaminando a grande diversidade das variedades de milho crioulo do Semiárido. Esse é o quadro mais grave da atualidade”. Informou também que a ASA “fez um monitoramento recente por meio de testes de transgenia junto à rede de casas ou bancos de sementes e, dos 900 testes realizados, quase 300 apontaram contaminação do milho crioulo” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

Considerando o contexto do Semiárido alagoano, o Entrevistado 02 apontou que o milho transgênico tem chegado por quatro caminhos:

Um é o canal do Sertão, que tem aberto e incentivado muito a produção do milho irrigado. O canal do Sertão trouxe isso, porque as casas comerciais vendem com força, estimulam. Outra forma de entrada ocorre no Agreste, onde é muito forte o Grupo Coringa, que incentiva, faz roças em sistemas de parcerias, fornecendo para os agricultores os insumos, as sementes transgênicas. Isso tem se alastrado muito forte no Agreste. A outra forma é a partir das feiras livres, onde o pessoal compra as sementes sem saber a origem, às vezes já é um milho contaminado. E uma outra é o próprio balcão de vendas da CONAB, que eles trazem sementes do Sul para vender aqui como ração, mas os agricultores, quando compram, muitos terminam plantando.

Dentre os caminhos que o milho transgênico tem utilizando para chegar ao Semiárido alagoano destacamos o canal do Sertão, maior obra hídrica realizada no estado de Alagoas (AGÊNCIA ALAGOAS, 2019) e que vem atraindo os olhares de setores do agronegócio, principalmente o sementeiro, o qual enxerga na referida obra uma oportunidade para realizar o processo de monopolização do território. Nesse sentido, embora não existam ainda dados quantitativos, as pesquisas de campo evidenciaram que tem havido um crescimento exponencial do cultivo de milho transgênico no município de Pariconha, sobretudo no Povoado Rolas, localidade situada nas proximidades do canal (Figura 19) e que tem recebido as primeiras sementeiras de transgenia no Sertão alagoano.

Figura 19: Localização do Povoado Rolas, Pariconha – AL.



Base cartográfica: IBGE (2015).

Elaboração do mapa: SANTOS, Flávio (2019).

Ao analisar a chegada do milho transgênico em Pariconha, o Entrevistado 05²¹, então secretário de agricultura do município, colocou:

Todas essas áreas aqui, do canal, a maioria são transgênicas. Pequenas propriedades de pequenos produtores que plantavam os milhos tradicionais e que agora estão com uma visão diferente, olhando para os transgênicos. Em Pariconha temos em média uns 15 hectares cultivados com milho transgênico. Se o canal tiver os perímetros, a tendência é essa área aumentar.

Aqui tem um povoado chamado Rolas que você der semente crioula lá eles não querem mais. Lá foi feito um planejamento de produção e a cada 10 dias é plantado 15 linhas de milho. A maioria do milho que atualmente é consumido em Delmiro Gouveia, no caso o milho assado, é produzido no povoado Rolas. Eles estão conseguindo vender o milho a 0,50 centavos a espiga. Esse milho transgênico tem três espigas, uma grande, outra média e outra menor, a menor está sendo vendida a 0,30 centavos.

A fala do Entrevistado 05 ilustra um cenário preocupante, pois é destacada a rejeição da semente crioula por parte de alguns agricultores, que agora enxergam no milho transgênico uma nova possibilidade de aumentar a produção e obter um maior rendimento financeiro. Ademais, a tendência de ampliação dos espaços ocupados com plantios transgênicos começa se colocar como um percurso natural que aos poucos irá se materializar no Semiárido alagoano.

O fato é que a presença da transgenia já começa a causar danos para as sementes crioulas do Semiárido de Alagoas. Tal identificação vem sendo feita por meio dos testes de transgenia, o qual é realizado a partir da seguinte metodologia: primeiramente, tritura-se a semente de milho em um liquidificador industrial; logo após, coloca-se a semente triturada em um copo com água e se realiza a mistura de ambos; em um terceiro momento, retira-se a mistura do copo e a adiciona em pequenos frascos em que, na sequência, são inseridas fitas que acusam a existência, ou não, de determinada proteína transgênica (Figura 20).

Figura 20: Teste de transgenia realizado pela COPPABACS.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2019).

²¹Entrevista realizada em 22/07/2019, no município de Pariconha – AL.

As fitas acusam a presença, ou não, de material transgênico por meio do surgimento de pequenas linhas: o surgimento de apenas uma significará que a semente não está contaminada, por outro lado, acima de uma linha indicará a presença de contaminação. Atualmente, existem 11 proteínas transgênicas no mercado, contudo a ASA possui testes que identificam 7 e a COPPABACS, por sua vez, 5.

Diante disso, a ASA divulgou, em março de 2019, os resultados parciais dos testes de transgenia realizados em 333 amostras, das quais 234 eram sementes crioulas. Os testes buscaram identificar a presença, ou não, de sete proteínas, as quais possuem como principais características a resistência ao glifosato e a lagarta do cartucho, sendo produzidas pelas empresas Bayer/Monsanto²², ChemChina/Syngenta²³, Dow Agrosience e DuPont (Quadro 04).

Quadro 04: Proteínas presentes em sementes transgênicas: características e empresas que as comercializam.

Proteínas testadas	Características	Empresas que comercializam
CP4ESPS	Resistência ao herbicida glifosato	Bayer/Monsanto, Dow Agrosience e DuPont
Cry1Ab	Resistência à lagarta do cartucho	Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta e DuPont
Cry1F	Ação na resistência à lagarta do cartucho	Dow Agrosience e DuPont
Cry2AB	Resistência à lagarta do cartucho	Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta e Dow Agrosience
Cry3BB	Resistência à lagarta diabrotica	Bayer/Monsanto e Dow Agrosience
Liberty Link	Resistência ao herbicida glifosato	Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta, Dow Agrosience e DuPont
Vip3A	Resistência à lagarta do cartucho	ChemChina/Syngenta, Dow Agrosience e DuPont

Fonte: ASA (2019).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

O Quadro 04 mostra como essas multinacionais do agronegócio, por meio dos processos de concentração e centralização de capital, vem ampliando o uso de transgenia na escala mundial, colocando em risco a preservação dos organismos crioulos, fato comprovado por meio

²²Em junho de 2018, alemã Bayer efetuou a compra da estadunidense Monsanto, por US\$ 63 bilhões (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

²³Em uma transação que envolveu US\$ 43 bilhões, a estatal chinesa ChemChina adquiriu a suíça Syngenta, compra efetivada em junho de 2017 (G1, 2017).

dos testes realizados pela ASA, em que das 234 sementes, 20% estavam contaminadas. As sementes crioulas que vem sofrendo contaminação são as de milho, processo que ocorre durante a polinização, com o vento trazendo o material transgênico de plantações próximas à dos camponeses guardiões.

No caso alagoano, os resultados parciais apontaram que, dos 16 testes realizados com sementes crioulas, um percentual de 35% apresentou contaminação, acusando a presença das proteínas CP4ESPS, Cry1Ab, Cry2AB, Cry3BB e Vip3A (ASA, 2019). Juntamente com as sementes híbridas distribuídas pelo estado, que acabam chegando até alguns camponeses sócios de BCS, os OGMs estão se configurando como ameaças para a preservação dos organismos crioulos.

Nesse cenário, o movimento do capital, ao buscar suplantiar as sementes crioulas e substituí-las pelas cultivares híbridas e transgênicas, preconiza realizar o processo de acumulação primitiva, bem como sujeitar a renda da terra, esta que é materialidade da propriedade privada, sendo o Estado condição *sine qua non* para sua existência.

Ao abordar a questão da renda da terra, Marx (2017) analisa várias formas de renda, evidenciando que no capitalismo a renda absoluta, obtida pelo simples fato de deter a propriedade da terra, constitui uma parte da mais-valia que o capitalista arrendatário utiliza para pagar o proprietário. O autor analisa também a existência da renda diferencial, que se subdivide em renda diferencial I e renda diferencial II, sendo a primeira resultante de condições favoráveis da natureza, como a qualidade do solo e a localização do mesmo. Já a segunda decorre dos investimentos realizados, ou seja, resulta da ação antrópica, como o uso de fertilizantes, construção de obras de infraestrutura, como canais de irrigação, entre outros.

O campesinato também obtém a renda por sua produção agrícola, que neste caso é fruto do seu trabalho e de sua família. Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista no campo, o capital historicamente se apropriou de parte da renda camponesa, transformando-a em lucro. Isso ocorre por meio de vários mecanismos, sendo que o mais conhecido é a imposição de baixo preço nas mercadorias produzidas pelos camponeses, enquanto os consumidores pagam altos preços nos mercados. Entretanto, a venda de insumos, incluindo as sementes, elevando o custo e principalmente tornando o campesinato refém deste processo de produção, atrelado a um pacote tecnológico, é também uma forma de se apropriar da renda camponesa.

Neste cenário, o capital tem atuado no sentido de subordinar a renda da terra camponesa aos seus imperativos, sendo o processo de monopolização do território um dos mecanismos adotados para o alcance de tal objetivo, pois se mantém o campesinato na terra e se sujeita a

produção desses trabalhadores. Com o avanço das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano, o jogo realizado pelo capital é o de subordinação da renda camponesa da terra, pois a transgenia e os organismos híbridos estão chegando nas propriedades desses trabalhadores.

Outro processo que tem caracterizado o avanço do capital no Semiárido alagoano é a intensificação da acumulação primitiva. Além da forma clássica desse fenômeno, que consiste na expropriação do campesinato da terra, tão bem analisados por Martins (1995), Oliveira (2004), Albuquerque (2017) e Cosme (2019), destacamos que esse processo também vem ocorrendo por meio da difusão das sementes do agronegócio. A produção das sementes crioulas consiste em um processo de conhecimento que caracteriza uma determinada forma de trabalho com a terra, uma determinada relação com a natureza.

Ao utilizar as sementes do agronegócio, com o passar dos tempos os camponeses vão perdendo as sementes crioulas e os saberes, elementos tão fundamentais para sua reprodução social, sendo transformados em trabalhadores expropriados, disponíveis para a relação social de produção capitalista, como evidencia Fontes (2010, p. 43) ao colocar que “a produção social de trabalhadores ‘livres’ (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista”.

Nesse sentido, ao inviabilizar a produção de sementes crioulas, o capital vai separando o campesinato das condições necessárias à sua reprodução social, nas condições materiais e simbólicas historicamente construídas, o que caracteriza, em nosso entendimento, um processo de acumulação primitiva. Diante desse quadro sombrio, perpetrado pelas corporações empresariais sementeiras, urge as organizações camponesas a ampliação das resistências, dentre as quais situamos o fortalecimento dos BCS, estes que vem tendo sua importância intensificada perante o cenário que se apresenta, como coloca o Entrevistado 02:

O banco de sementes é um ambiente muito estratégico, mais hoje do que nunca, porque se antes o desafio era só você ter a semente para plantar e garantir que ela estivesse ali na época da chuva, hoje, para além disso, é como se organiza para se proteger dessas outras sementes que estão vindo.

Nesse sentido, com objetivo de fortalecer, e ampliar, os BCS do Semiárido brasileiro, foi criado em 2015 o Programa Sementes do Semiárido, da ASA, surgido por meio da ação coletiva de diferentes organizações camponesas e órgãos do Estado. Ao descrever o surgimento do referido programa, o Entrevistado 02 narra:

Quando a gente realizou o II Encontro Nacional de Sementes, no ano de 2011 em Maceió, saiu de lá uma comissão com a responsabilidade de formatar um programa de sementes para o Semiárido. Em 2014, a ASA ensaiou dentro do P1+2 a ideia de banco de sementes. Aí no P1+2 começaram a viabilizar uma

cota para as comunidades comprarem as sementes crioulas dentro da própria comunidade, era o ensaio do que seria o programa de sementes.

Em 2015, finalmente se lança o Programa Sementes do Semiárido. Na primeira etapa eram 600 bancos, financiados pelo MDS [Ministério do Desenvolvimento Social] e pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], e desses 600 bancos que seriam capacitados e intercambiados, tinham 400 construções pagas pelo BNDES.

Ainda de acordo com o Entrevistado 02, os bancos construídos por meio do Programa Sementes do Semiárido possuem uma dimensão de 40m², não sendo necessária a construção padronizada, e são equipados com os seguintes itens: bombonas para armazenamento; 1 balança com capacidade de pesar até 150 quilos; 1 lona de algodão para secagem das sementes; estantes; 1 kit de peneira manual para seleção; 1 mesa; e 1 cadeira.

Desde a sua criação até o mês de março de 2019, o Programa Sementes do Semiárido realizou a construção de 708 bancos (ASA, 2020), sendo desse modo uma importante ação voltada para a preservação das sementes crioulas. No contexto alagoano, o programa vem prestando assistência para os BCS já existentes e contribuindo na construção de novos.

Além do fortalecimento da resistência por meio da construção de novos bancos, a COPPABACS, juntamente com a ASA, vem realizando outras ações em Alagoas preconizando o fortalecimento das lutas. Dentre essas atividades, destacamos o Encontro Nacional de Sementes (Figura 21), realizado em março de 2019, em Maceió, e o 8º Encontro Estadual de Sementes e Agroecologia de Alagoas (Figura 22), ocorrido em maio do mesmo ano, no município alagoano de Igaci. Ambos os momentos se configuraram como espaços de diálogo, socialização das experiências comunitárias, apresentação dos desafios existentes e estabelecimento de estratégias para o enfrentamento dos mesmos.

Figura 21: Encontro Nacional de Sementes 2019.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (março de 2019).

Figura 22: Encontro Estadual de Sementes 2019.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (maio de 2019).

A festa da colheita, realizada anualmente pela COPPABACS, também se insere dentre as estratégias de resistência, pois se trata de uma celebração em que os guardiões de sementes realizam uma confraternização, trocando conhecimentos, estabelecendo novos vínculos e ofertando os frutos da terra, resultantes de mais um ano de trabalho. Em sua 23ª edição, ocorrida no dia 27 de outubro de 2019 (Figura 23), a festividade teve como tema “Alimentando o campo e a cidade com comida de verdade” e contou com a participação de camponeses oriundos de diferentes BCS alagoanos.

Figura 23: Início das celebrações da Festa da Colheita 2019.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Fonte: Pesquisa de campo (outubro de 2019).

Por meio das ações mencionadas, bem como através de sua contínua atuação, a COPPABACS segue realizando o fortalecimento das lutas em defesa das sementes crioulas, prática que está presente na natureza da cooperativa, pois a mesma é resultante desse processo de resistência. Contudo, apesar dos avanços realizados, é sabido que existem muitas dificuldades enfrentadas pelos bancos, cada um possuindo sua especificidade, devendo tais percalços serem analisados e refletidos. Nesse viés, nesta dissertação destrinchamos sobre os contextos de dois bancos de sementes, objetos de nossos estudos: Povoado Tabuleiro e comunidade Jeripankó, os quais possuem, ao seu modo, situações que requerem um olhar atento para que possamos entender a conjuntura atual e as perspectivas futuras.

3.5 Fortalecer as lutas hoje para construir as resistências do amanhã: as atuais conjunturas dos BCS do Povoado Tabuleiro e da comunidade Jeripankó

Para além das lutas empreendidas frente aos ataques realizados pelas corporações empresariais sementeiras, os camponeses guardiões de sementes crioulas do Semiárido

alagoano também se defrontam com os desafios locais, ou seja, as dificuldades existentes no interior dos próprios bancos que acabam por colocar em questão a própria continuidade dos mesmos.

Ao falar sobre essa preocupante situação, o Entrevistado 02 descreve:

Os bancos mais antigos, não sei se é o cansaço, eles estão menos estimulados do que os bancos que a gente tem fomentado mais recentemente. Esses recentes possuem uma sede de querer mais, de querer entender, de ampliar.

O quadro narrado reflete perfeitamente a realidade que vem sendo presenciada nos dois BCS focos de nossa análise: BCS do Povoado Tabuleiro e BCS da comunidade Jeripankó, o primeiro sendo o pioneiro da luta em defesa das sementes crioulas em Alagoas, enquanto o segundo se insere no contexto dos bancos criados recentemente.

No Povoado Tabuleiro, a grande dificuldade que se verifica atualmente está relacionada com o interesse da própria comunidade em participar do BCS. Segundo o Entrevistado 02, com exceção de 1 ou 2 pessoas, o banco de sementes do referido povoado é composto pelos mesmos camponeses que estão desde o início, não tendo havido muitos ingressos.

Segundo a Entrevistada 04, tal fato está relacionado com a diminuição do número de camponeses, o que afetou a agricultura do povoado:

Os moradores do Tabuleiro acabou-se tudo, os agricultores velhos. Os agricultor velho morreram e os novo que ficaram não gosta de trabalhar. O que acabou com a agricultura do Tabuleiro foi os agricultor que morreram.

Seguindo nesse raciocínio, o Entrevistado 06²⁴, morador do Povoado Tabuleiro e técnico extensionista do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER – AL), pontuou mais dois motivos para o enfraquecimento do BCS:

O número de agricultores diminuiu bastante, por dois motivos: um dos motivos é porque nós passamos por muitos anos de seca, e aí o pessoal vai e planta, e não colhe, e como é um meio de subsistência as pessoas acabam indo trabalhar nas empresas, viajando pra fora. E a juventude, principalmente, deixou o campo para ir para as grandes cidades buscar emprego. Aí quem acaba ficando são os mais velhos, pessoal da terceira idade, ficam lutando, mas não é aquela coisa, é um meio de subsistência, mas produtividade mesmo diminuiu muito.

Na fala do Entrevistado 06, vemos a presença de dois aspectos que fazem parte da vida do camponês do Semiárido alagoano: as dificuldades impostas pelo clima, que afetam a produção, e a questão do fluxo migratório com destino a outras regiões do país, na busca por

²⁴Entrevista realizada em 24/07/2019, no município de Delmiro Gouveia – AL.

emprego. Esse segundo fator também impacta no processo de resistência, uma vez que, ao se deslocarem para outras realidades, esses trabalhadores, a maioria composta por jovens, acabam se descolando da realidade Semiárida, e mesmo aqueles que permanecem, não demonstram o interesse em trabalhar na agricultura.

Em decorrência das três situações descritas, vemos que o BCS do Povoado Tabuleiro, que possui uma rica e linda história, teme por sua continuidade, por seu futuro. Diante disso, é momento de, mais uma vez, o campesinato demonstrar sua capacidade de resistência, de fortalecer sua luta perante a situação que se apresenta, sendo primordial para isso a rearticulação política, resgatar na memória as ações realizadas pelas CEBs, no contexto da década de 1980, que parecem ter se perdido ao longo das décadas.

Por seu lado, o BCS da comunidade Jeripankó, embora não tenha ainda uma grande história, por ser um banco recente, alimenta boas perspectivas para o futuro, com o resgate das sementes que estavam sendo perdidas e com o agregar de novos membros. Todavia, questões políticas existentes dentro da comunidade ainda causam um engessamento no tocante a expansão do banco, sendo um desses motivos o fato de apenas 20 pessoas poderem, oficialmente, estarem inscritas, sendo tal quantitativo uma deliberação do Programa Sementes do Semiárido, fato que vem causando, dentro da comunidade, o entendimento de que o BCS está aberto, exclusivamente, para 20 sócios.

A escola da comunidade Jeripankó, fundada em 2003 e com um alunado, em 2019, de aproximadamente 360 pessoas, distribuídos nos ensinos fundamental e médio, é uma interessante porta para a divulgação da importância das sementes crioulas, do BCS e das atividades que vêm sendo realizadas no mesmo, o que poderia mobilizar a comunidade também nessa luta. Contudo, ainda não há nenhum intercâmbio entre escola e banco de sementes.

A mobilidade espacial do trabalho também se coloca como uma realidade para os Jeripankó, com muitos indígenas estando, atualmente, residindo em outras regiões do país, como descreve o Entrevistado 07:

Eu acredito que nós temos cerca de uns 200 Jeripankó trabalhando em diversos lugares. Daqui do Ouricuri nós temos cerca de umas 60-70 pessoas. Uma das maiores concentrações daqui, da comunidade central, é em Ferraz de Vasconcelos, São Paulo, onde tem praticamente uma outra Jeripankó lá, a maioria trabalhando na via férrea. Em Barrinhas, São Paulo, também tem outra comunidade.

A considerável quantidade de indígenas submersos na lógica da migração é mais uma evidência de como esse processo está presente na vida desse camponês do Semiárido de Alagoas. Na realidade Jeripankó, para além de provocar um descolamento da agricultura, e

consequentemente da questão das sementes crioulas, a mobilidade espacial do trabalho faz com que esses indígenas estejam distantes do seu território e das suas territorialidades.

Além das situações descritas, a preocupação com a saúde também tem se colocado como um dos aspectos que tem despertado a atenção. Segundo as informações da Unidade Básica de Saúde Jeripankó, tem-se verificado um aumento no número de hipertensos e diabéticos, bem como na ocorrência de Acidente Vascular Cerebral, sendo a questão alimentar uma das principais causas, como aponta o Entrevistado 08²⁵, técnico de enfermagem da comunidade:

Eu diria que 80%-90% desse aumento do número de doenças é causado pela questão da alimentação, porque a alimentação não é só chegar e encher a barriga, você tem que ter uma alimentação adequada, que contenha aquelas vitaminas, que contenha aqueles nutrientes e que você possa se prevenir principalmente das doenças. Além de você ter uma saúde saudável, você vai evitar muitas doenças.

A partir dessa fala o Entrevistado 08, apesar de não ser um dos associados do BCS da comunidade, situou também a importância que a sementes crioulas possuem para a promoção da saúde:

Com as sementes crioulas você está guardando uma coisa que você colheu, que você sabe que não tem substância química nenhuma, então você vai estar comendo uma coisa que você produziu, sabe que não é contaminado e automaticamente a sua saúde vai melhorar.

Diante do exposto, notamos como a guarda das sementes crioulas se faz importante para uma alimentação saudável, pois são organismos preservados e cultivados com a ausência de produtos químicos, que são danosos para o corpo humano, garantindo assim a ingestão de fontes alimentares nutritivas e benéficas para a saúde.

A partir os aspectos mencionados, relativos ao BCS Jeripankó, constatamos a existência de entraves que afetam a expansão dessa luta, não permitindo que a mesma se difunda com mais intensidade no interior da comunidade. Contudo, a animação existente entre os camponeses associados se constitui como um aspecto importante, trazendo boas perspectivas para o caminhar da resistência Jeripankó no tocante às sementes crioulas.

Conforme o exposto, as realidades inerentes aos BCS do Povoado Tabuleiro e da comunidade Jeripankó envolvem diferentes aspectos históricos, sociais e culturais. Ambos possuem sua história, seja ela longa ou ainda incipiente, seus desafios e suas perspectivas. Entretanto, essa situação não se restringe aos dois bancos aludidos, ela envolve os BCS do

²⁵Entrevista realizada em 26/07/2019, no município de Pariconha – AL.

Semiárido alagoano como um todo, pois cada um possui suas singularidades, potencialidades e percalços. Diante disso, torna-se cada vez mais importante ampliar a união comunitária e a organização interna dos bancos, de modo a intensificar a proteção dada aos organismos crioulos e frear o avanço das sementes do agronegócio, fortalecendo assim o território camponês no Semiárido alagoano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Frutos da terra ofertados pelos camponeses na Festa da Colheita 2019.
Autoria: SANTOS, Flávio (2019).

Ao longo da presente dissertação, realizamos uma análise do processo de mundialização do capital, destrinchamos sobre os seus rebatimentos na agricultura e como esse movimento de reprodução capitalista se materializou no campo brasileiro, fato ocorrido por meio da modernização implementada pelos governos militares, que ao engendrar um conjunto de novas técnicas agrícolas no espaço agrário do país, colocou o mesmo no caminho para se tornar um grande produtor mundial de *commodities*, fato consumado com o advento da economia do agronegócio, sobretudo no limiar dos anos 2000.

Ao passo em que provocou grandes alterações no processo produtivo no campo brasileiro, a modernização referendou a desigual estrutura fundiária do país e nutriu com altos volumes de créditos as elites agrárias locais, estas que recrudesceram seus ataques contra os trabalhadores do campo e contra a agricultura camponesa, sendo o Estado uma estrutura de importante papel nesse cenário, uma vez que foi, e é, o garantidor das benesses recebidas pelo capital.

A emergência das empresas multinacionais ligadas ao agronegócio, surgimento esse propiciado pelos processos de concentração e centralização de capital, e o domínio que esses grupos impuseram, e impõem, sobre a agricultura, se constituem como uma das faces dos ataques realizados contra os povos camponeses, neste caso, ações cometidas não apenas pelas elites agrárias brasileiras, mas sim pelo capitalismo mundial.

Dentre esses grupos, frisamos a atuação das corporações empresariais sementeiras, as quais atuam em uma dimensão multiescalar e vem ampliando o mercado de *commodities* por meio da aplicação de pacotes biotecnológicos na agricultura, em um processo que resgata os preceitos da Revolução Verde e que vem fortalecendo o mercado mundial de sementes, o qual se configura como um processo altamente valioso para o capital, uma vez que se obtém altos quantitativos de lucro e concomitantemente se busca sujeitar a renda da terra camponesa.

Perante esse cenário, destacamos a resistência que vem sendo realizada por trabalhadores camponeses, estes que ao empreenderem suas lutas também realizam um resgate de sua história, a qual é marcada por processos que buscaram a desintegração dessa classe social, porém sem obter êxito, pois a trajetória histórica do campesinato evidencia como esses trabalhadores possuem, em sua natureza, a formidável capacidade de se reestabelecerem perante situações adversas.

Nesse contexto, ao situarmos o campesinato brasileiro, e em sequência o alagoano, mostramos como esses camponeses se constituíram enquanto sujeitos de resistência, forjados em um contexto social de muita hostilidade e perseguições. Todavia, seguindo sua própria

natureza, essa classe resistiu, e resiste, e continua com suas lutas que, no Brasil, estão direcionadas na busca pelo acesso à terra, este que foi negado ao longo da história.

Todavia, em que pese sua essencial importância para a reprodução camponesa, é sabido que as lutas realizadas por esses trabalhadores não se restringem à questão do acesso à terra, vai além, envolvendo um conjunto maior de ações. Em nossa pesquisa, situamos uma das lutas realizadas pelos camponeses brasileiros e analisamos sua trajetória considerando o contexto do Semiárido alagoano.

Referimo-nos à luta em defesa das sementes crioulas, que no Semiárido de Alagoas teve seu limiar na década de 1980, articulação impulsionada em função das dificuldades enfrentadas pelo campesinato naquele contexto. Diante disso, vimos como o trabalho de base realizado pela Igreja Católica se configurou como um elemento essencial, pois organizou os trabalhadores e mostrou a eles o caminho a ser trilhado, percurso que vem sendo realizado até os dias atuais.

Para além de sua importância do ponto de vista agrônômico, pois são sementes adaptadas aos solos e ao clima do Semiárido brasileiro, os organismos crioulos carregam também os conhecimentos e a cultura camponesa, estes que foram originados por meio do trabalho, da relação com a natureza, sendo transmitidos de geração em geração, preservados com zelo pelos guardiões.

No Semiárido alagoano, além dos elementos culturais, as sementes crioulas trazem em seu nome um aspecto marcante do campesinato da referida região: a resistência, processo que em Alagoas se materializa por meio da construção dos BCS, através dos quais se busca proteger os organismos crioulos. Ademais, os BCS se constituem como espaços em que há o estabelecimento de vínculos, de articulação política, de fortalecimento das lutas.

Diante disso, a consolidação da resistência no Semiárido de Alagoas, por meio da formação de uma Rede Estadual de BCS, se apresenta como a construção de um território camponês. Nessa perspectiva, os BCS alagoanos promovem a emergência das territorialidades, as quais se materializam através das atividades realizadas pelos camponeses, como a guarda das sementes, as reuniões, as celebrações e as articulação políticas, um conjunto de relações sociais estabelecidas a partir dos bancos.

Esse território camponês, marcado por suas territorialidades, se ergue contra o avanço das sementes do agronegócio, processo que se intensifica no Semiárido alagoano e já começa a causar danos nas sementes crioulas. Nesse movimento de expansão que ocorre em Alagoas, entendemos que dentre os objetivos pretendidos pelo capital está a busca pela renda da terra camponesa, assim como a realização da acumulação primitiva, esta que vem se materializando

com a contaminação dos organismos crioulos e a substituição desses pelos pacotes do agronegócio, como vem acontecendo no Povoado Rolas, em Pariconha.

O quadro apresentado evidencia como a reflexão teórica assentada nas categorias marxistas concentração e centralização, acumulação primitiva e renda da terra se constitui como um elemento essencial para a leitura da questão agrária na atualidade. Ao longo do trabalho, fomos resgatando cada um desses conceitos e colocando os mesmos em relevo, uma vez que são fundamentais para a explicação e entendimento desse movimento de reprodução ampliada do capital, que busca por meio do mercado mundial de sementes aumentar seu domínio, subordinando o campesinato e extraindo a sua renda.

Tendo como alicerce metodológico o Materialismo Histórico-Dialético, trouxemos informações quantitativas que evidenciam a intensificação dos processos de concentração e centralização do capital no contexto da mundialização da agricultura, em que o mercado de sementes é cada vez mais dominado por um grupo reduzido de empresas que atuam em escala global e tem ampliado seu domínio sobre a produção agrícola, sobretudo nos países subdesenvolvidos. O crescimento extraordinário da importação de sementes no Brasil é um dos indicativos deste processo.

No Semiárido alagoano, uma das categorias teóricas que mais contribuíram com a análise realizada nesta dissertação foi a acumulação primitiva, processo que na realidade estudada vem ocorrendo por meio da disseminação das sementes do agronegócio, fato que coloca em risco a preservação dos organismos crioulos e todo o conjunto de saberes camponeses, pois gradativamente essas sementes e esses conhecimentos vão sendo retirados da classe camponesa, sendo substituídos pelos pacotes difundidos pelas corporações empresariais sementeiras.

Perante o avanço desses grupos, o desafio que está sendo colocado para os camponeses é o de ampliação da luta em defesa das sementes crioulas, pois esse processo representa também a preservação dos modos de vida, do trabalho e do território do campesinato. Desse modo, se trata de uma resistência voltada para a proteção de um modo de existência.

Para além de ampliar as lutas contra o avanço das sementes do agronegócio, processo que envolve o trabalho conjunto, é necessário também olhar para as particularidades de cada comunidade, de cada BCS, pois os mesmos possuem suas próprias dificuldades. Nesse sentido, evidenciamos em nosso trabalho como o banco do Povoado Tabuleiro carrega a história de resistência em defesa das sementes crioulas, contudo constatamos como o mesmo vem enfrentando, na atualidade, uma situação de desarticulação, acarretada pela diminuição do número de agricultores e pelo desinteresse dos mais jovens.

O BCS da comunidade Jeripankó, por seu lado, possui uma história recente, mas apresenta uma interessante animação, o que lhe confere boas perspectivas futuras. Contudo, ainda persistem os olhares desconfiados dentro da comunidade em relação ao banco, fato que de certo modo é produzido pela quantidade limitada de pessoas que podem, oficialmente, serem sócias do mesmo: 20, número determinado pela própria política pública, o que provoca um engessamento na ampliação da resistência.

Tal fato se constitui como um elemento componente da política pública, as quais no contexto contemporâneo, sob as rédeas do neoliberalismo, são implantadas com o objetivo de impor um controle social. Em nossa leitura, esse processo está inserido em um movimento maior de transformações na acumulação capitalista no contexto neoliberal, que impõe mudanças ao papel do Estado e por conseguinte altera a forma, e o conteúdo, das políticas públicas.

Frente a todo esse contexto, entendemos que o território, elemento marcado pelas relações de poder e fruto das ações humanas ocorridas no espaço, embora seja resultado das atividades capitalistas, contraditoriamente se coloca como possibilidade para o fortalecimento da resistência camponesa, pois ele também se materializa por meio das lutas realizadas por essa classe, a qual é insurgente em sua natureza.

Nessa perspectiva, o território camponês que se levanta no Semiárido alagoano, por meio dos BCS, se constitui como um mecanismo de luta perante a ofensiva do capital no campo, sendo os bancos comunitários a expressão maior desse processo de resistência, pois os mesmos também são sementes, que foram plantadas na década de 1980, germinaram, deram frutos e se multiplicaram, sendo uma estratégia fundamental para a existência desse campesinato guardião dos organismos crioulos.

Portanto, inspirados no percurso histórico realizado até aqui, e tendo os bancos comunitários como uma semente, camponeses do Semiárido alagoano estão seguindo com suas ações em defesa dos organismos crioulos, construindo um território campesino e dando continuidade na trajetória das lutas camponesas, classe que faz da resistência a sua própria forma de existência.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 5-59, 1999.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Área de produção de sementes é implantada em Alagoas**. Disponível em: <<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/20599-area-de-producao-de-sementes-e-implantada-em-alagoas>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Renan Filho inaugura duplicação de rodovia e sistema de abastecimento no Sertão**. Disponível em: <<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/30697-renan-filho-inaugura-duplicacao-de-rodovia-e-sistema-de-abastecimento-no-sertao>>. Acesso em: 13 de out. 2019.

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES. **Semiárido Alagoano**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/semiario-alagoano>>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

ALAGOAS. Decreto nº 2.532, de 26 de abril de 2005. **Regulamenta a Lei nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, quanto ao adicional do ICMS**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/fundo-de-combate-e-erradicacao-da-pobreza-fecoep/Decreto_2532-05_26.04.05.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

ALAGOAS. Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004. **Institui o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000**. Disponível em: <<http://www.trabalho.al.gov.br/editais/edital-capacitacao-mulheres-maceio/Lei%20no%206.558-%20de%2030.12.04.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

ALAGOAS. Lei Estadual nº 6.903, de 3 de janeiro de 2008. **Dispõe sobre a criação do programa estadual de bancos comunitários de sementes e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/legislacao/http___www.iteral.al.gov.br_legsilacao_lei_sementesa_lagoas.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

ALAGOAS. **Portal da Transparência Graciliano Ramos**. Disponível em: <<http://transparencia.al.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

ALAGOAS. Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019. **Altera a Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, para instituir uma data limite para a distribuição de sementes adquiridas com recursos do FECOEP**. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2019/5372/protocolo_20190917_151301.pdf>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

ALAGOAS. **Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019: Documentos Acessórios**. Disponível em: <<https://sapl.al.al.leg.br/materia/5372/documentoacessorio>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do Semiárido para a zona da mata alagoana**. 230f. Tese (Doutorado em Ciências

Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2016.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **Campesinato e migração em Alagoas**. Edufal: Maceió, 2017.

ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Angela. **Semente da paixão: estratégia de conservação locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Prefácio**. In.: GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil: política agrária e modernização econômica brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ASA. **Ações**. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ASA. **Resultado parcial dos testes de transgenia**. In.: Encontro Nacional de Sementes. Maceió, AL: ASA, 2019.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ASA. **Sementes crioulas de Alagoas são vendidas para os governos federal e estadual**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10481-sementes-crioulas-de-alagoas-sao-vendidas-para-os-governos-federal-e-estadual>>. Acesso em: 03 de dez. 2018.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ASA. **Sementes do Semiárido** Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#objetivos-sementes-do-semiarido>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS. **Sistema de apoio ao processo legislativo**. Disponível em: <<https://sapl.al.al.br/materia/pesquisar-materia>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Água Branca, AL**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/agua-branca_al>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Pariconha, AL**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pariconha_al>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (Tradução de Luís Antero Reto). São Paulo: Edições 70, 2016.

BOND, Letycia. **Agricultores familiares debatem importância da semente crioula.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-02/agricultores-familiares-debatem-no-ce-importancia-da-semente-crioula>>. Acesso em: 19 de fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** 16 de Julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição das República Federativa do Brasil.** 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. **Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp125.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936. **Regula o disposto no art. 177 da Constituição.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L175.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963. **Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4229.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001. **Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2146-1.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

BRASIL. Resolução nº 107/2017, de 27 de julho de 2017. **Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência.** Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

BRASIL. Resolução nº 115/2017, de 23 de novembro de 2017. **Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017.** Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/resolucoes/resolucao115-23112017-delimitacaodosemiarido.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

CADA MINUTO. **Fetag-AL alerta que recursos liberados para aquisição de sementes têm corte de 50%.** Disponível em:

<<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/339436/2019/05/21/fetag-al-alerta-que-recursos-liberados-para-aquisicao-de-sementes-tem-corte-de-50#>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio:** trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona v. 11, n. 245, p. 1-10, ago. 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Do materialismo no método de Marx. In: Colóquio Marx e Engels, 4, 2005, Campinas. **Anais do IV Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, SP: Unicamp, 2005.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina Mutti. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 04, p. 679-684, out.-dez., 2006.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. (Tradução de José Bonifácio Amaral Filho). In.: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Xamã editora, São Paulo, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 02, p. 221-236, 2003.

CLAUDINO, Silvania. **Ambientalistas alertam contra cultivo do nim**. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/ambientalistas-alertam-contra-cultivo-do-nim-1.243149>>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

CONSUMO RESPONSÁVEL. **O rótulo de transgênicos pode sumir, e agora consumidor?** Disponível em: <<http://noticias.consumoresponsavel.org.br/?p=339>>. Acesso em: 05 de fev. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo In.: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária:** da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no sertão alagoano. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, PE, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOURADO, Maiara. A Luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar. **Campos**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 99-120, 2014.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In.: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (orgs.). **Campe sinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, Arnaldo. **Agricultura familiar do governo Renan Filho enfrenta segundo ano sem semente**. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/03/agricultura-familiar-enfrenta-segundo-ano-sem-semente-do-governo-renan-filho_99908.php> Acesso em: 21 de jul. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Bayer conclui compra da Monsanto e se torna líder mundial em sementes e pesticidas**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/bayer-conclui-compra-da-monsanto-e-se-torna-lider-mundial-em-sementes-e-pesticidas.shtml>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

G1 ALAGOAS. **Encontro em Igaci debate ideias para preservar o plantio das sementes crioulas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/gazeta-rural/videos/t/edicoes/v/encontro-em-igaci-debate-ideias-para-preservar-o-plantio-das-sementes-crioulas/7662858/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

G1. **ChemChina completa a compra da Syngenta por US\$ 43 bilhões**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chemchina-completa-a-compra-da-syngenta-por-us-43-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

GAZETA DE ALAGOAS. **Rural**. Maceió: Gazeta de Alagoas, ago.-set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 02, p. 57-63, mar.-abr. 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrária e modernização econômica brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRUPO SANTANA. **Grupo Santana**. Disponível em: <<http://gruposantanarn.com.br/grupo-santana/>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Tradução de Carlos Szlak). São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Bases e referenciais**. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 04 de abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Transgenia é a maior ameaça à expansão e preservação de sementes crioulas. Entrevista especial com Luciano Marçal Silveira**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/593290-transgenia-e-a-maior-ameaca-a-expansao-e-preservacao-de-sementes-crioulas-entrevista-especial-com-luciano-marcal-silveira>>. Acesso em: 12 de out. 2019.

INTERNATIONAL SEED FOUNDATION. ISF. **Seed statistics**. Disponível em: <<https://www.worldseed.org/resources/seed-statistics/>>. Acesso em: 16 de jan. 2018.

INTERNATIONAL SERVICE FOR THE ACQUISITION OF AGRI-BIOTECH APPLICATIONS. ISAAA. **Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2016**. Ithaca: ISAAA, 2016.

INTERNATIONAL SERVICE FOR THE ACQUISITION OF AGRI-BIOTECH APPLICATIONS. ISAAA. **Biotech Crop Adoption Leads to Greater Sustainability and Socioeconomic Opportunities for Global Farmers and Citizens**. Disponível em: <<http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/53/default.asp>>. Acesso em: 05 de fev. 2019.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. (Tradução de Iperoig.). 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. (Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LABOURIAU, Luiz Fernando Gouvêa. O interesse do estudo das sementes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 228-242, mai.-ago. 1990.

LENCIONI, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/7424>>. Acesso em: 13 de dez. 2019.

LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In.: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva (orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

LIMA, Érica Franciele da Silva; SANTOS, Flávio dos. A resistência do território indígena frente o avanço do capital: um olhar para a comunidade Jeripankó. In.: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9, 2019, Recife. **Anais do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Recife, PE: UFPE, 2019.

LIMA, Lucas Gama. Capital mundializado e a geopolítica dos alimentos: uma análise das contradições da oferta de sementes. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 19, 2018, João Pessoa. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, PB: UFPB, 2018.

LIMA, Lucas Gama. **Limites da política de compra e distribuição de sementes em Alagoas**. Disponível em: <<http://asaalagoas.blogspot.com/search?updated-max=2017-10-11T08:47:00-07:00&max-results=7&reverse-paginate=true>>. Acesso em: 23 de jan. 2019.

LIMA, Lucas Gama. Território e territorialidade indígena no Sertão de Alagoas: breves notas acerca de um processo de resistência. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 13, 2019, São Paulo: **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPEGE**, São Paulo, SP: USP, 2019.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 41, p. 192-217, jan.-mar. 2018.

LIMA, Lucas Gama; SILVA, Genilda Maria da; FEITOZA, Gleiton do Nascimento. Mobilidade espacial do trabalho: redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 55, p. 1103-1121, 2018.

LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

LINS, Letícia. **Mais sustentáveis, sementes crioulas conquistam agricultores do Nordeste**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/mais-sustentaveis-sementes-crioulas-conquistam-agricultores-do-nordeste-11287145>>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. 2 ed. Brasília: Confea, 2009.

MARCHIONI, Antônio Luís. **A Teologia da Libertação está mais atual do que nunca**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-teologia-da-libertacao-esta-mais-atual-do-que-nunca/>>. Acesso em: 19 de jul. de 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan.-jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo I. (Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo II. (Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** (Tradução de Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa). 1. ed. São Paulo: Bointempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, jul.-set. 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. MDS. **DNOCS: história**. Disponível em: <<https://www2.dnocs.gov.br/historia>>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST. **Nossa história**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 11 de dez. 2019.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NEVES, Belmiro Pereira das; OLIVEIRA, Itamar Pereira de; NOGUEIRA, João Carlos Mohn. **Cultivo e Utilização do Nim Indiano**. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/212487/1/circ62.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 4-18, jan.-jun. 2014.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros – O terrível genocídio que a História oficial não conseguiu esconder**. Disponível em: <<http://blog.editoracontexto.com.br/guerra-dos-barbaros-o-terrivel-genocidio-que-a-historia-oficial-nao-conseguiu-esconder/>>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vias pombalinas (1757-1823)**. 284f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, PE, 2004.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface**, Botucatu, v. 1, n. 1, ago. 1997.

PORTAL ECICLE. **Neem: benefícios da raiz às folhas**. Disponível em: <
[https://www.ecycle.com.br/1955-
 neem.html#:~:text=O%20neem%20%C3%A9%20uma%20planta,%C3%81sia%20e%20do%20subcontinente%20indiano.>](https://www.ecycle.com.br/1955-neem.html#:~:text=O%20neem%20%C3%A9%20uma%20planta,%C3%81sia%20e%20do%20subcontinente%20indiano.>). Acesso em: 20 de jul. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. (Tradução de Maria Cecília França). São Paulo: Editora Ática, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHTER, Leonice Matilde. Clássico Marxista: “Dialética do concreto”. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 236-248, 2012.

ROCES, Elena Álvarez-Buylla. Comunalidad: imprescindible para la sobrevivencia de la diversidad del maíz campesino. In: ROCES, Elena Álvarez-Buylla; GARCÍA, Areli Carreón; TELLO, Adelita San Vicente (Orgs.). **Haciendo milpa: la protección de las semillas y la agricultura campesina**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA. SEAGRI – AL. **Edital de credenciamento SEAGRI nº 01/2018 Programa de Distribuição de Sementes e Cultivares Crioulas para plantio da safra 2018**. Disponível em:
 <http://www.agricultura.al.gov.br/editais/2018/EDITAL%20DE%20CREDENCIAMENTO%20DE%20SEMENTES%20SAFRA%202018.pdf/at_download/file>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA. SEAGRI – AL. **Site oficial**. Disponível em:
 <<http://www.agricultura.al.gov.br/>>. Acesso em: 06 de fev. 2020.

SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político. In.: **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica: 1979.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In.: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi; (orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. Terra, tradição e etnia: as estratégias de resistência dos Geripakó. In.: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (orgs.). **Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul.-set. 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 7-64, mai. 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. SUDENE. **Delimitação Semiárido**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. SUDENE. **Nova delimitação Semiárido**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, 15, 2006, Manaus. **Anais do XV Congresso Nacional do Conpedi**. Manaus, AM: CONPEDI, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto Riberto. Decidindo quais indivíduos estudar. In.: TURATO, Egberto Riberto (org.). **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VERGES, Armando Bartra. **Campesíndios**: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Equador: Ediciones La Tierra: 2010.

VÍA CAMPESINA. La vía campesina: nuestras semillas, nuestro futuro. **Cuadernos de La Vía Campesina**, Jacarta, n. 6, p. 01-57, jun. 2013.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 21 de ago. 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. (Tradução de Paulo Cezar Castanheira). São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



INFORMAÇÕES DAS ENTREVISTAS

Ordem das entrevistas	Identificação do entrevistado (a)	Data da entrevista	Local de realização	Município - UF
1ª	Cacique da comunidade Jeripankó	16/04/2019	Aldeia Ouricuri	Pariconha - AL
2ª	Presidente da COPPABACS	17/04/2019	Sede da COPPABACS	Delmiro Gouveia - AL
3ª	Integrante da COPPABACS	17/04/2019	Sede da COPPABACS	Delmiro Gouveia - AL
4ª	Associada do BCS do Povoado Tabuleiro	17/04/2019	Povoado Tabuleiro	Água Branca - AL
5ª	Secretário de Agricultura de Pariconha	22/07/2019	Secretaria de Agricultura de Pariconha	Água Branca - AL
6ª	Técnico extensionista da EMATER e morador do Povoado Tabuleiro	24/07/2019	Sede da COPPABACS	Delmiro Gouveia - AL
7ª	Indígena Jeripankó e professor de História na escola da comunidade	25/07/2019	Aldeia Ouricuri	Pariconha - AL
8ª	Indígena Jeripankó e técnico em enfermagem atuante na Unidade Básica de Saúde da comunidade	26/07/2019	Aldeia Ouricuri	Pariconha - AL

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro-me ciente dos objetivos da pesquisa de mestrado intitulada “Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano”, realizada por **FLÁVIO DOS SANTOS**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, com o número de matrícula 201811003229, tendo como orientadora a professora **CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS**. Autorizo o uso e publicação, por meio de textos e eventos científicos, das informações por mim prestadas, as quais foram fornecidas por meio de entrevista gravada. Igualmente, posso desautorizar o uso dessas informações, caso as mesmas não correspondam com o que originalmente foi por mim colocado.

_____, Alagoas.

_____ de _____ de 2019.

Assinatura do entrevistado (a)

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

Entrevistado (a):

ENTREVISTA

**COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DOS BANCOS
COMUNITÁRIOS DE SEMENTES**

▪ **INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

1. Qual o ano de criação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS)?
2. De que forma ocorreu o surgimento da COPPABACS?
3. Quantos Bancos Comunitários de Sementes compõem a COPPABACS atualmente? Em quais municípios?
4. Quantas pessoas se envolvem neste trabalho?
5. Que sementes são preservadas nos bancos vinculados a Cooperativa?

▪ **SURGIMENTO DOS BCS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO**

6. Como se deu o processo histórico de surgimento dos BCS no Semiárido alagoano?
7. Quais as motivações que levaram a organização e construção da atual rede de BCS no Semiárido Alagoano?
8. Qual a importância dos BCS para a preservação das sementes crioulas?
9. Atualmente, existe algum plano que objetive a expansão dos BCS para outras localidades?

▪ **ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS BCS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO**

10. Como é realizada a gestão dos BCS do Semiárido alagoano?
11. Quais técnicas são utilizadas para preservar as sementes crioulas dentro dos BCS?
12. Qual o período máximo em que as sementes podem ser guardadas nos BCS sem perder sua capacidade de germinação?
13. Qual o principal destino dado às sementes colhidas que não vão para os BCS?

▪ **ATUAÇÃO DA COPPABACS**

14. Como se organiza internamente e quais as ações desenvolvidas pela COPPABACS (eventos, festividades, atos públicos)?
15. Para quem a COPPABACS realiza a venda das sementes crioulas e qual o destino dessas sementes?
16. Como se deu o processo de elaboração e aprovação da Lei 6.903/2008?
17. Qual a avaliação que a COPPABACS faz da lei 6.903/2008?

▪ **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DO GOVERNO ALAGOANO**

18. Os associados aos BCS do Semiárido alagoano recebem/receberam as sementes distribuídas pelo governo?
19. Em caso afirmativo, quais os tipos de sementes recebidas? Qual a quantidade?
20. Qual o destino que esses associados dão/deram a essas sementes?
21. O Governo de Alagoas oferece algum tipo de assistência técnica para os associados aos BCS?
22. Atualmente, como se encontra a venda das sementes crioulas para o governo Alagoano?

▪ **AVANÇO DAS SEMENTES DO AGRONEGÓCIO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO**

23. Qual o perigo que as sementes melhoradas em laboratório representam para as sementes crioulas?
24. A COPPABACS tem constatado o avanço das sementes transgênicas no Semiárido alagoano?
25. Como são realizados os testes de transgenia e em que frequência?

26. Quais ações a COPPABACS têm desenvolvido junto aos associados ao BCS para lutar contra o avanço dos transgênicos no Semiárido alagoano?

▪ **ANÁLISE DA RESISTÊNCIA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS**

27. Qual a importância, e representatividade, das sementes crioulas para os camponeses do Semiárido alagoano?

28. Em Alagoas, as sementes, crioulas foram batizadas se sementes da resistência. Por que?

29. Você compreende que as ações desenvolvidas para a proteção e guarda das sementes crioulas no Semiárido alagoano são atos de resistência? Por que?

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

Entrevistado (a):

ENTREVISTA COMUNIDADE JERIPANKÓ

▪ INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. Qual o ano de criação do Banco Comunitário de Sementes (BCS) da comunidade Jeripankó?
2. Qual o número de associados ao BCS da comunidade Jeripankó?
3. Quais as variedades de sementes preservadas no BCS da comunidade Jeripankó?

▪ PROCESSO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO BCS DA COMUNIDADE JERIPANKÓ

4. Como se deu o processo de surgimento do BCS da comunidade Jeripankó?
5. Quais as motivações que levaram a organização e construção de um BCS da comunidade Jeripankó?
6. Qual a importância do BCS da comunidade Jeripankó para a preservação das sementes crioulas?

▪ ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO BCS DA COMUNIDADE JERIPANKÓ

7. Como é realizada a gestão do BCS da comunidade Jeripankó?
8. Quais técnicas são utilizadas para preservar as sementes crioulas dentro do BCS?
9. Qual o período máximo em que as sementes podem ser guardadas sem perder sua capacidade de germinação?

10. Qual o período do ano em que os associados ao BCS da comunidade Jeripankó realizam o plantio e a colheita das sementes crioulas?

11. Qual o principal destino dado às sementes colhidas que não vão para o BCS?

12. Como mulheres e homens participam do trabalho de preservação das sementes?

▪ **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DO GOVERNO ALAGOANO**

13. Os associados do BCS da comunidade Jeripankó recebem/receberam as sementes distribuídas pelo governo?

14. Em caso afirmativo, quais os tipos de sementes recebidas?

15. Qual o destino que os associados dão/deram para essas sementes?

16. O Governo de Alagoas oferece algum tipo de assistência técnica? Qual?

▪ **AVANÇO DAS SEMENTES DO AGRONEGÓCIO NO SEMIÁRIDO**

17. Qual o perigo que as sementes melhoradas em laboratório representam para as sementes crioulas?

18. Na comunidade Jeripankó já foi registrado algum caso de contaminação de semente crioula?

▪ **ANÁLISE DA RESISTÊNCIA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO CONTEXTO DA COMUNIDADE JERIPANKÓ**

19. Qual a importância das sementes crioulas para os trabalhadores e trabalhadoras do Povoado Tabuleiro?

20. Você acha que o trabalho de guarda das sementes crioulas é importante para a preservação da cultura da comunidade Jeripankó? Por que?

21. Você compreende que as ações desenvolvidas para a proteção e guarda das sementes crioulas da comunidade Jeripankó são atos de resistência? Por que?

APÊNDICE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

Entrevistado (a):

ENTREVISTA POVOADO TABULEIRO

▪ INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

22. Qual o ano de criação do Banco Comunitário de Sementes (BCS) do Povoado Tabuleiro?
23. Qual o número de associados ao BCS do Povoado Tabuleiro?
24. Quais as variedades de sementes preservadas no BCS do Povoado Tabuleiro?

▪ PROCESSO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO BCS DO POVOADO TABULEIRO

25. Como se deu o processo de surgimento do BCS do Povoado Tabuleiro?
26. Quais as motivações que levaram a organização e construção de um BCS no Povoado Tabuleiro?
27. Qual a importância do BCS do Povoado Tabuleiro para a preservação das sementes crioulas?

▪ ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO BCS DO POVOADO TABULEIRO

28. Como é realizada a gestão do BCS do Povoado Tabuleiro?
29. Quais técnicas são utilizadas para preservar as sementes crioulas dentro do BCS?
30. Qual o período máximo em que as sementes podem ser guardadas sem perder sua capacidade de germinação?

31. Qual o período do ano em que os associados ao BCS do Povoado Tabuleiro realizam o plantio e a colheita das sementes crioulas?

32. Qual o principal destino dado às sementes colhidas que não vão para o BCS?

33. Como mulheres e homens participam do trabalho de preservação das sementes?

▪ **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DO GOVERNO ALAGOANO**

34. Os associados do BCS do Povoado Tabuleiro recebem/receberam as sementes distribuídas pelo governo?

35. Em caso afirmativo, quais os tipos de sementes recebidas?

36. Qual o destino que os associados dão/deram para essas sementes?

37. O Governo de Alagoas oferece algum tipo de assistência técnica? Qual?

▪ **AVANÇO DAS SEMENTES DO AGRONEGÓCIO NO SEMIÁRIDO**

38. Qual o perigo que as sementes melhoradas em laboratório representam para as sementes crioulas?

39. No povoado tabuleiro já foi registrado algum caso de contaminação de semente crioula?

▪ **ANÁLISE DA RESISTÊNCIA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO CONTEXTO DO POVOADO TABULEIRO**

40. Qual a importância das sementes crioulas para os trabalhadores e trabalhadoras do Povoado Tabuleiro?

41. Você compreende que as ações desenvolvidas para a proteção e guarda das sementes crioulas no Povoado Tabuleiro são atos de resistência? Por que?

APÊNDICE F



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

Entrevistado (a):

ENTREVISTA CAMPONESES

1. A qual Banco Comunitário de Sementes (BCS) você é associado?
2. Quando e por que começou a cultivar as sementes crioulas?
3. Qual a importância deste trabalho com as sementes crioulas para você?
4. Quais os tipos e variedades de sementes que você produz e preserva?
5. Qual a importância dos BCS para a preservação das Sementes Crioulas?
6. Quais técnicas você utiliza para preservar as sementes crioulas?
7. Você acha que tem diferença no trabalho de mulheres e homens nas ações de guarda das sementes crioulas? Quais?
8. Você recebe/recebeu as sementes distribuídas pelo governo? Em caso afirmativo, quais sementes e em que quantidade? Qual o destino dado a essas sementes?
9. Qual o perigo que as sementes melhoradas em laboratório representam para as sementes crioulas?
10. Você compreende que as ações desenvolvidas para a proteção e guarda das sementes crioulas no Semiárido alagoano são atos de resistência? Por que?

APÊNDICE G



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

ENTREVISTA
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DE PARICONHA

1. Quais são as políticas agrícolas que atualmente estão sendo implementadas pelo município?
2. Quais os principais cultivos realizados pelos agricultores do município de Pariconha?
3. A secretaria de agricultura é ciente da guarda das Sementes Crioulas realizada em algumas comunidades do município?
4. A Secretaria de Agricultura considera relevante essa prática da guarda das Sementes Crioulas e dos Bancos Comunitários de Sementes? Por que?
5. A secretaria de agricultura oferece algum tipo de apoio para os agricultores guardiões de Sementes Crioulas para a manutenção desses Bancos?
6. Há um controle de quantos agricultores guardam sementes no município?
7. Qual a avaliação que vocês têm do programa de distribuição de sementes do governo Estadual? Há um trabalho conjunto com os municípios nesta área?
8. As sementes transgênicas já existem aqui no município? Em que produtos? De que empresas são essas sementes e como chegam aqui?
9. Tem idéia de quantos hectares foram plantados com sementes transgênicas no município e nos municípios vizinhos?
10. A difusão das sementes transgênicas na região é uma preocupação para o município? Por que?

APÊNDICE H



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

ENTREVISTA

TÉCNICO AGRÍCOLA DO POVOADO TABULEIRO

▪ INFORMAÇÕES INICIAIS

1. Você é associado ao Banco Comunitário de Sementes do Povoado Tabuleiro?
 - 1.1 Em caso negativo, por que?
2. Você possui as suas Sementes Crioulas?
 - 1.2 Em caso positivo, onde as guarda e quais variedades você preserva?
3. Para você, qual a importância das Sementes Crioulas e dos Bancos Comunitários de Sementes?

▪ SOBRE O POVOADO TABULEIRO

4. Você acha que há um aumento ou diminuição da quantidade de agricultores do Povoado Tabuleiro? Quais os motivos para isso?
5. Muitos trabalhadores do Povoado Tabuleiro migram para outras regiões em busca de emprego? Em caso positivo, você acha que esse fato impacta na questão das Sementes Crioulas? Por que?
6. Quais os principais produtos cultivados pelos agricultores do Povoado Tabuleiro?

▪ SOBRE A ATUAÇÃO JUNTO AO BCS

7. Há quanto tempo você acompanha o BCS do Povoado Tabuleiro?
8. Quais os tipos de orientação técnica você fornece?
9. Os agricultores utilizam as folhas da árvore “Nim” para preservar as sementes dentro dos vasos. Quais as vantagens de se utilizar as folhas dessa árvore? Não há contraindicações?

10. Quais as outras técnicas de preservação você recomenda para os agricultores?

▪ **FUTURO DO BANCO E OS CONFLITOS NA COMUNIDADE**

11. Você acha que, no povoado, está havendo um maior ou menor interesse pelo Banco Comunitário de Sementes? Por que?

12. Os jovens do Povoado demonstram interesse pela questão das Sementes Crioulas e do Banco Comunitário de Sementes?

13. Qual a sua perspectiva quanto ao futuro do Banco Comunitário de Sementes do povoado?

14. Existe o conflito entre o Banco Comunitário de Sementes e a Associação dos Moradores do Povoado Tabuleiro pela disputa do terreno que se localiza ao lado do Banco. Como se encontra essa situação atualmente?

▪ **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DO GOVERNO ALAGOANO E AVANÇO DOS TRANSGÊNICOS**

15. O que você acha das políticas de distribuição de sementes do governo de Alagoas?

16. Você acha que as sementes distribuídas pelo governo enfraquecem a luta em defesa das sementes crioulas? Por que?

17. Qual o perigo que as sementes transgênicas representam para as sementes crioulas?

18. Você vem detectando o cultivo de sementes transgênicas na região? Em que produtos, que comunidades, que tamanho de área?

19. O que contribui para o aumento dos transgênicos, como eles chegam até os agricultores? Que impactos dos transgênicos já são possíveis observar?

▪ **COMPREENSÃO DA GUARDA DAS SEMENTES ENQUANTO UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA**

20. Em Alagoas as Sementes Crioulas são chamadas de Sementes da Resistência. Você acha essas sementes vem cumprindo esse papel, de ser resistência? Por que?

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

ENTREVISTA

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES JUNTO A COPERATIVA DOS PEQUENOS
PRODUTORES AGRÍCOLAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES**

1. Atualmente quantos Bancos Comunitários de Sementes integram a Rede Sementes da Resistência?

1.1 Em quais municípios esses Bancos estão localizados (quantidade por município)?

1.2 Quais os anos de criação de cada Banco?

1.3 Qual a quantidade de sócios desses Bancos (se não dispuser de números exatos, falar uma estimativa)?

2. Quantos Bancos são cooperados junto a COPPABACS?

2.1 Em quais municípios esses Bancos estão localizados (quantidade por município)?

2.2 Qual a quantidade de sócios desses Bancos (se não dispuser de números exatos, falar uma estimativa)?

3. Em Alagoas, quantos Bancos estão sendo construídos na atual fase do Programa Sementes do Semiárido?

3.1 Em quais municípios estão localizados esses Bancos?

3.2 Qual a quantidade de pessoas que se pretende abarcar com esses novos Bancos?

4. Quantas são as variedades de sementes preservadas nos Bancos? 4.1 Quais variedades são essas?

5. O governo de Alagoas se comprometeu a implantar um amplo programa de apoio aos bancos de sementes em que consiste este programa? Qual a expectativa da COOPABACS com ele?
6. Este programa de apoio do governo estadual de algum modo limita a autonomia dos agricultores? Por que?
7. Percebem que há diferença de atuação quando o banco é formado por iniciativa da comunidade e quando é incentivado por política pública?

APÊNDICE J



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

ENTREVISTA
PROFESSOR INDÍGENA DA COMUNIDADE JERIPANKÓ

▪ **IMPORTÂNCIA DAS SEMENTES CRIOULAS E DOS BCS**

11. A qual Banco Comunitário de Sementes (BCS) você é associado?
12. Qual a importância, e representatividade, das sementes crioulas para você?
13. Quais os tipos e variedades de sementes que você produz e preserva?
14. Qual a importância dos BCS para a preservação das Sementes Crioulas?
15. Quais técnicas você utiliza para preservar as sementes crioulas?
16. Como você enxerga o papel desenvolvido pelas mulheres nas ações de guarda das sementes crioulas?
17. Você recebe/recebeu as sementes distribuídas pelo governo? Em caso afirmativo, quais sementes e em que quantidade? Qual o destino dado a essas sementes?
18. Qual o perigo que as sementes melhoradas em laboratório representam para as sementes crioulas?

▪ **O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO LUTA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS**

19. A escola da comunidade possui uma articulação com o Banco de Sementes Comunitário Jeripankó?
20. Atualmente, a escola da comunidade desenvolve algum projeto de conscientização sobre a importância das sementes crioulas?

- a. Caso desenvolva, desde quando? Quantos estudantes envolve? De que turmas? Já tem algum resultado?
 - b. Caso não desenvolva, você acha que o desenvolvimento desse tipo de atividade seria importante? Por que? O que impede a realização deste tipo de atividade?
21. Você percebe que há um interesse por parte dos alunos em querer se envolver com a agricultura da comunidade?
- **PERSPECTIVAS PARA COM A COMUNIDADE E COMPREENSÃO DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA**
22. Você percebe que as pessoas da comunidade têm demonstrado interesse em participar do BCS?
23. Em Alagoas, as Sementes Crioulas são chamadas de Sementes da Resistência. Você acha que as ações desenvolvidas para a proteção e guarda das sementes crioulas no Semiárido alagoano são ações de resistência? Por que?

APÊNDICE K



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

ENTREVISTA
ALIMENTAÇÃO E SAÚDE NA COMUNIDADE JERIPANKÓ

1. Como você avalia a qualidade da saúde da comunidade Jeripankó?
2. Quais são os principais problemas de saúde enfrentados pela comunidade?
3. Como você avalia a questão alimentar na comunidade Jeripankó? Você percebe que houve mudanças na alimentação das famílias da comunidade?
4. Você percebe que nos últimos anos que houve mudanças na saúde da comunidade?
4.1 Em caso positivo, você acha que essas mudanças estão ligadas com a alimentação?
5. Você percebe na comunidade uma preocupação de se ter uma alimentação saudável (com produtos livres de agrotóxicos, transgenia, etc.)?
6. Você conhece o banco de sementes? Considera este tipo de iniciativa relevante para a saúde da comunidade? Por que?

APÊNDICE L



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa de mestrado: Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano

Mestrando: Flávio dos Santos

Orientadora: Christiane Senhorinha
Soares Campos

Local da Entrevista:

Data: / /

Início: h min

Término: h min

ENTREVISTA

NÃO INTEGRANTES DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES

1. Você cultiva alguma lavoura? Tem alguma roça?
 - 1.1 Caso positivo, quais lavouras você cultiva?
 - 1.2 A propriedade é sua?
 - 1.3 Qual a finalidade do plantio: consumo próprio; comercialização; as duas opções?
2. Você já ouviu falar sobre Sementes Crioulas?
 - 2.1 Em caso positivo, o que você acha das sementes crioulas?
 - 2.2 Você já chegou a possuir Semente Crioula? Caso não, pensa em cultivar e guardar?
3. Você já ouviu falar em Banco Comunitário de Sementes?
 - 3.1 Em caso positivo, o que você acha do Banco Comunitário de Sementes?
4. Você sabia que existe um Banco Comunitário de Sementes aqui na comunidade?
5. Você acha que atividades realizadas pelo Banco de Sementes da Comunidade são divulgadas?
6. Você acha importante esse processo de preservação das Sementes Crioulas? Por que?
7. Você pensa em se tornar sócio (a) do Banco de Sementes da comunidade? Por que?